



Relatório de Gestão

Prestação de Contas do Exercício de 2024

UO 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário

DEPLAG / TJMG

abril de 2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Presidente

Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Superintendente

Desembargador André Luiz Amorim Siqueira

Juízes de Direito Auxiliares da Presidência na temática

Marcela Maria Pereira Amaral Novais

Thiago Colnago Cabral

DIRETORIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E QUALIDADE NA GESTÃO INSTITUCIONAL – DEPLAG

Diretor Executivo

João Victor Silveira Rezende

Elaboração


Assessoria Técnica e Jurídica ao Planejamento e à Gestão Institucional – ASPLAG

Centro de Controle da Execução Orçamentária – CECOEX

abril / 2025

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, por meio de sua Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG e para fins da Prestação de Contas Anual referente ao Exercício de 2024, nos termos da [Instrução Normativa TCE-MG nº 14, de 14 de dezembro de 2011](#), ora apresenta o **Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 4.03.1 – FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO – FEPJ**, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 5º e no Item 3 do Anexo V da [Decisão Normativa TCE-MG nº 01, de 5 de fevereiro de 2025](#), de forma a evidenciar os resultados e o desempenho físico e orçamentário do ano de exercício de 2024 relativos aos Programas e Ações governamentais do referido fundo estadual sob responsabilidade deste Egrégio Tribunal no âmbito da referida Unidade Orçamentária.

Documento assinado digitalmente
 **JOAO VICTOR SILVEIRA REZENDE**
Data: 28/04/2025 22:01:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

João Victor Silveira Rezende

Diretor Executivo de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional

DEPLAG / TJMG

SIGLAS E ABREVIATURAS

art.	artigo
arts.	artigos
AGE/MG	Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores.
DENGEP	Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial.
DEPLAG	Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional.
DIRCOR	Diretoria Executiva da Atividade Correicional.
DIRDEP	Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas.
DIRFOR	Diretoria Executiva de Informática.
DIRSUP	Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional.
EJEF	Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes
ENTIC-JUD	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.
FEPJ	Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ.
GECON	Gerência de Contabilidade.
GESAD	Gerência de Sistemas Administrativos Informatizados
IE	Iniciativa Estratégica.
iGovTIC-JUD	Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.
IPU	Identificador de Procedência e Uso
LDOMG	Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais.
LOAMG	Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais.
LODJMG	Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais
ODS	Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável
PCMG	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.
PDA	Plano de Desenvolvimento Anual.
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional.

PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais.
PÓS	Programa de Pós-Graduação da EJEJF.
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental.
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
REAP-MG	Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais.
SEI	Sistema Eletrônico de Informações.
SEPAD	Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária.
SEPLAG/MG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.
SIAFI-MG	Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais.
SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento.
TAO	Termo de Autorização para Ocupação.
TCE-MG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação.
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
TRP	Termo de Recebimento Provisório.
TXC	Taxa de Congestionamento.
UO	Unidade Orçamentária.

NORMAS

- ★ [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.](#)
- ★ [Constituição do Estado de Minas Gerais.](#)
- ★ [Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.](#) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- ★ [Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.](#) Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- ★ [Lei Complementar Estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001.](#) Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.
- ★ [Lei Complementar Estadual nº 91, de 19 de janeiro de 2006.](#) Dispõe sobre a instituição, gestão e extinção de fundos estaduais.
- ★ [Lei Estadual nº 20.802, de 26 de julho de 2013.](#) Cria o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ.
- ★ [Lei Estadual nº 24.404, de 02 de agosto de 2023.](#) Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.
- ★ [Lei Estadual nº 24.677, de 16 de janeiro de 2024.](#) Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027.
- ★ [Lei Estadual nº 24.678, de 17 de janeiro de 2024.](#) Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024.
- ★ [Decreto com Numeração Especial Estadual nº 86, de 1 de fevereiro de 2024.](#) Abre crédito suplementar no valor de R\$290.759.388,63.
- ★ [Decreto com Numeração Especial Estadual nº 279, de 16 de abril de 2024.](#) Abre crédito suplementar no valor de R\$152.422.082,55.
- ★ [Decreto com Numeração Especial Estadual nº 442, de 26 de junho de 2024.](#) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 47.365.783,73.
- ★ [Resolução CNJ nº 159, de 12 de novembro de 2012.](#) Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.
- ★ [Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020.](#) Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.
- ★ [Resolução CNJ nº 370, de 28 de janeiro de 2021.](#) Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD.
- ★ [Resolução SEE-MG nº 4.690, de 23 de dezembro de 2021.](#) Credenciamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF, com a finalidade de oferta de cursos de pós-graduação *lato*

sensu, especialmente o curso de pós-graduação lato sensu em Direito Empresarial, ênfase em falência e recuperação judicial de empresas.

- ★ [**Resolução do Tribunal Pleno do TJMG nº 03, de 26 de julho de 2012.**](#) Contém o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.
- ★ [**Resolução TJMG nº 518, de 8 de janeiro de 2007.**](#) Dispõe sobre os níveis hierárquicos e as atribuições gerais das unidades organizacionais que integram a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
- ★ [**Resolução TJMG nº 522, de 8 de janeiro de 2007.**](#) Revoga as Resoluções nº 424/2003 e nº 425/2003 e dispõe sobre a Superintendência Administrativa.
- ★ [**Resolução TJMG nº 739, de 27 de setembro de 2013.**](#) Regulamenta o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- ★ [**Resolução TJMG nº 821, de 15 de junho de 2016.**](#) Dispõe sobre a reestruturação da Corregedoria Geral de Justiça, altera o Anexo V da Resolução da Corte Superior nº 533, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a lotação dos cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça e dá outras providências, e revoga a Resolução da Corte Superior nº 493, de 12 de dezembro de 2005, que reestrutura a Corregedoria-Geral de Justiça.
- ★ [**Resolução TJMG nº 862, de 19 de dezembro de 2017.**](#) Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e revoga a Resolução da Corte Superior nº 685, de 1º de março de 2012, que “dispõe sobre a implantação da Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”.
- ★ [**Resolução TJMG nº 873, de 19 de março de 2018.**](#) Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos de Solução de Conflitos, da Superintendência da Gestão de Inovação e do órgão jurisdicional da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculado à Terceira Vice-Presidência, e estabelece normas para a instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
- ★ [**Resolução TJMG nº 952, de 27 de novembro de 2020.**](#) Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégicos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para os anos de 2021 a 2026.
- ★ [**Resolução TJMG nº 969, de 12 de julho de 2021.**](#) Dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência e dá outras providências.
- ★ [**Resolução TJMG nº 974, de 4 de outubro de 2021.**](#) Dispõe sobre o programa de assistência em creche ou em pré-escola para os dependentes dos magistrados e dos servidores ativos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.
- ★ [**Resolução TJMG nº 979, de 17 de novembro de 2021.**](#) Dispõe sobre a estrutura organizacional e o funcionamento das Diretorias Executivas diretamente subordinadas à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF.
- ★ [**Resolução TJMG nº 1053, de 20 de setembro de 2023.**](#) Dispõe sobre a Superintendência Judiciária e dá outras providências.

- ★ [Resolução TJMG nº 1.080, de 2 de outubro de 2024.](#) Institui o Regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF.
- ★ [Resolução TJMG nº 1.082, de 18 de dezembro de 2024.](#) Altera as Resoluções do Órgão Especial nº 974, de 4 de outubro de 2021, que "Dispõe sobre o programa de assistência em creche ou em pré-escola para os dependentes dos servidores ativos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais", e nº 1.041, de 20 de junho de 2023, que "Altera a Resolução do Órgão Especial nº 974, de 4 de outubro de 2021".
- ★ [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.545, de 19 de abril de 2024.](#) Dispõe sobre a implantação e o funcionamento da Central de Processos Eletrônicos de Turmas Recursais.
- ★ [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.550, de 7 de maio de 2024.](#) Disciplina o Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas do ano de 2024, que compõem o Planejamento e a Gestão Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ciclo 2021 a 2026.
- ★ [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.551, de 7 de maio de 2024.](#) Dispõe sobre a programação e alocação de recursos financeiros do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ, inclusive os apurados em eventuais superávits de exercícios anteriores.
- ★ [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.589, de 29 de agosto de 2024.](#) Regulamenta os 'Núcleos de Justiça 4.0' no âmbito da Segunda Instância do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- ★ [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.624, de 27 de novembro de 2024.](#) Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.550, de 7 de maio de 2024, que "Disciplina o Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas do ano de 2024, que compõem o Planejamento e a Gestão Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ciclo 2021 a 2026".
- ★ [Portaria da Presidência nº 5.738, de 16 de agosto de 2022.](#) Designa magistrados para comporem o grupo coordenador do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.
- ★ [Portaria da Presidência nº 6.645, de 5 de julho de 2024.](#) Designa desembargadores para o exercício de Superintendências no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- ★ [Portaria da Presidência nº 6.765, de 12 de agosto de 2024.](#) Designa magistrados para comporem o grupo coordenador do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1 – Legislação aplicável por Superintendência.....	16
Quadro 2 – Programa 706 – Unidades e Ações Orçamentárias.....	27
Quadro 3 – Ação 2025 – Atributos.....	28
Quadro 4 – Ação 2025 – Demonstrativo Analítico do Desempenho.....	29
Quadro 5 – Iniciativa Estratégica 24 – Atributos.....	31
Quadro 6 – Iniciativa Estratégica 24 – Resultados.....	33
Quadro 7 – Ação 2055 – Atributos.....	34
Quadro 8 – Ação 2055 – Demonstrativo Analítico do Desempenho.....	34
Quadro 9 – Ação 2091 – Atributos.....	37
Quadro 10 – Ação 2091 – Demonstrativo Analítico do Desempenho.....	38
Quadro 11 – Iniciativa Estratégica 20 – Atributos.....	41
Quadro 12 – Iniciativa Estratégica 20 – Resultados.....	42
Quadro 13 – Ação 2109 – Atributos.....	43
Quadro 14 – Ação 2109 – Demonstrativo Analítico do Desempenho.....	44
Quadro 15 – Iniciativa Estratégica 14 – Atributos.....	46
Quadro 16 – Iniciativa Estratégica 50 – Atributos.....	47
Quadro 17 – Iniciativa Estratégica 14 – Resultados.....	51
Quadro 18 – Iniciativa Estratégica 50 – Resultados.....	52
Quadro 19 – Ação 4395 – Atributos.....	53
Quadro 20 – Ação 4395 – Demonstrativo Analítico do Desempenho.....	54
Quadro 21 – IEs – Celeridade processual e Eficiência jurisdicional.....	57
Quadro 22 – Metas Nacionais do Poder Judiciário – Resultados TJMG.....	68
Quadro 23 – Fontes de recurso e indicadores de procedência – UO 4031.....	70
Quadro 24 – Estimativa de receitas – exercício 2024 – UO 4031.....	71
Quadro 25 – Proposta Orçamentária 2024 – UO 4031 – Despesas.....	73
Quadro 26 – Orçamento UO 4031 2023 x 2024.....	74
Quadro 27 – Anulações Orçamentárias – UO 4031 – 2024.....	75
Quadro 28 – Crédito autorizado após anulações orçamentárias – UO 4031.....	76
Quadro 29 – Receita Prevista x Receita Contabilizada – UO 4031.....	77
Quadro 30 – Execução orçamentária das despesas – UO 1031.....	79
Quadro 31 – Execução UO 4031 – 2023 x 2024.....	80
Quadro 32 – Execução de Despesas de Exercícios Anteriores.....	81

Diagramas

Diagrama 1 – Secretaria do TJMG.....	16
Diagrama 3 – Identidade Organizacional do TJMG.....	18
Diagrama 4 – Mapa Estratégico do TJMG.....	19
Diagrama 5 – Mapa Estratégico PDI-EJEF 2021-2026.....	48

Gráficos

Gráfico 1 – Programa 706 – Análise histórica de desempenho.....	26
Gráfico 2 – Ação 2025 – Análise histórica de desempenho.....	31
Gráfico 3 – Ação 2055 – Análise histórica de desempenho.....	36
Gráfico 4 – Ação 2091 – Análise histórica de desempenho.....	40
Gráfico 5 – Ação 2109 – Análise histórica de desempenho.....	45
Gráfico 6 – Ação 4395 – Análise histórica de desempenho.....	55
Gráfico 7 – Histórico de Execução – UO 4031	80

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	13
1.1. TJMG - Competências, Organização e Estrutura	13
1.1.1. Secretaria do TJMG	15
1.1.2. Primeira Instância	17
1.3. TJMG - Identidade e Objetivos Organizacionais	18
1.4. Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais	21
1.4.1. Constituição e destinação	21
1.4.2. Administração	23
2. PROGRAMAS DE TRABALHO E AÇÕES (UO 4031 TJMG)	25
2.1. Programa 706 – Prestação Jurisdicional	25
2.2.1. Visão Geral do Programa	25
2.2. Ação 2025 – Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	28
2.2.1. Iniciativa Estratégica vinculada – IE 24	31
2.3. Ação 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores.....	34
2.4. Ação 2091 – Obras e Gestão Predial	37
2.4.1. Iniciativa Estratégica vinculada – IE 20	40
2.5. Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas.....	43
2.5.1. Iniciativas Estratégicas vinculadas – IE 14 e IE 50	46
2.6. Ação 4395– Processamento Judiciário	53
2.6.1. Iniciativas Estratégicas vinculadas	56
2.6.2. Cumprimento das metas nacionais vinculadas.....	68
3. INFORMAÇÕES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (UO 4031 – FEPJ).....	69
3.1. Proposta Orçamentária para o exercício de 2024.....	69
3.1.1. Fontes de recursos e estimativa de receitas	69
3.1.2. Fixação das despesas	73
3.2. Crédito aprovado – suplementações e anulações orçamentárias.....	75
3.3. Execução orçamentária - Receitas.....	77
3.3.1. Contabilização da receita	77

3.4. Execução Orçamentária das Despesas.....	79
3.4.1. Despesa realizada – visão geral.....	79
3.4.4. Execução de Despesas de Exercícios Anteriores	81
ANEXOS.....	82

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

(Anexo V, Item 3, "a", da Decisão Normativa nº 01/2025)

1.1. TJMG - Competências, Organização e Estrutura

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, com jurisdição em todo território estadual, tem suas competências definidas no art. 106 da [Constituição Estadual de Minas Gerais](#), com suas atualizações aplicáveis, *in verbis*:

Art. 106 – Compete ao Tribunal de Justiça, além das atribuições previstas nesta Constituição:

I – processar e julgar originariamente, ressalvada a competência das justiças especializadas:

a) o Vice-Governador do Estado, o Deputado Estadual, o Advogado-Geral do Estado e o Procurador-Geral de Justiça, nos crimes comuns;

b) o Secretário de Estado, ressalvado o disposto no § 2º do art. 93, os Juízes do Tribunal de Justiça Militar, os Juizes de Direito, os membros do Ministério Público, o Comandante-Geral da Polícia Militar e o do Corpo de Bombeiros Militar, o Chefe da Polícia Civil e os Prefeitos Municipais, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

(Expressão "o Chefe da Polícia Civil" declarada inconstitucional, com efeitos prospectivos, nos autos da ADI 6510. Ata de Julgamento Publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 26/4/2022. Trânsito em julgado em 5/5/2022.)

c) o mandado de segurança contra ato do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de seus órgãos diretivos e colegiados, de Juiz de Direito, nas causas de sua competência recursal, de Secretário de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral de Justiça, do Advogado-Geral do Estado e contra ato da Presidência de Câmara Municipal ou de suas comissões, quando se tratar de processo de perda de mandato de Prefeito;

d) habeas corpus, nos processos cujos recursos forem de sua competência ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

e) habeas data, contra ato de autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

f) mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, de entidade ou de autoridade estadual da administração direta ou indireta;

g) ação rescisória de julgado seu e revisão criminal em processo de sua competência;

h) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face desta Constituição e ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face desta Constituição;

i) conflito de competência entre Juizes de Direito, em matéria de sua competência recursal;

j) as causas e os conflitos entre o Estado e os municípios, entre estes e entre as respectivas entidades da administração indireta;

k) reclamação para a preservação de sua competência e a garantia da autoridade de suas decisões, conforme estabelecido em lei;

l) arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição;

II – julgar, em grau de recurso as causas decididas em primeira instância, ressalvadas as de competência de Tribunal Federal, do Tribunal de Justiça Militar ou de órgãos recursais dos juizados especiais;

III – solicitar a intervenção no Estado e em Município, nos casos previstos nesta e na Constituição da República.

§ 1º – (Revogado pelo art. 5º da Emenda à Constituição nº 63, de 19/7/2004.)

§ 2º – Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça expedir ato de nomeação, remoção, promoção, disponibilidade e aposentadoria de magistrado de carreira da respectiva jurisdição.

Com relação à sua organização e estrutura, o TJMG segue o disposto na [Lei Complementar Estadual nº 59/2001](#) (Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Minas Gerais - LODJMG) e suas atualizações.

Por sua vez, o Regimento Interno do TJMG, contido na [Resolução do Tribunal Pleno nº 03/2012](#), define a composição, as atribuições e as competências dos órgãos do Tribunal previstos na LODJMG, bem como de órgãos definidos no próprio Regimento (art. 9º), conforme autorização prevista no art. 16, VII, da referida Lei Complementar Estadual.

Sendo assim, nos termos dos referidos normativos aplicáveis, o TJMG é composto dos seguintes **órgãos**:

- ✓ Tribunal Pleno;
- ✓ Órgão Especial;
- ✓ Corregedoria-Geral de Justiça;
- ✓ Seções Cíveis: Primeira e Segunda;
- ✓ Grupos de Câmaras Criminais: Primeiro, Segundo e Terceiro;
- ✓ Câmaras cíveis: da Primeira à Vigésima-Primeira;
- ✓ Câmaras criminais: da Primeira à Nona;
- ✓ Conselho da Magistratura;
- ✓ Comissões permanentes;
- ✓ Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais;
- ✓ Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais;
- ✓ Comissões temporárias;
- ✓ Ouvidoria Judicial;
- ✓ Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC.

Os **cargos de direção** do TJMG, com mandato de dois anos e entrada em exercício no primeiro dia útil do mês de julho dos anos pares, vedada a reeleição, são os de:

- ✳ **Presidente**: responsável, sobretudo, pela representação do Poder Judiciário e da magistratura do Estado de Minas Gerais e pela Superintendência Geral dos serviços da Secretaria do Tribunal;
- ✳ **Primeiro Vice-Presidente**: responsável, sobretudo, pela Superintendência Judiciária do Tribunal e pela promoção da uniformização de procedimentos na tramitação dos feitos no Tribunal;
- ✳ **Segundo Vice-Presidente**: responsável, sobretudo, pela Superintendência da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJ;
- ✳ **Terceiro Vice-Presidente**: responsável, sobretudo, pela Superintendência da gestão da inovação e pela coordenação do NUPEMEC;
- ✳ **Corregedor-Geral de Justiça**: responsável, sobretudo, pela Superintendência e fiscalização da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça, dos órgãos de jurisdição de primeiro grau, dos órgãos auxiliares da justiça de primeira instância e dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais.

No exercício de 2024, por se tratar de ano par, duas gestões sucessivas estiveram à frente da Administração do TJMG:

Gestão anterior – biênio julho/2022 a junho/2024:

- ✳ Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho – Presidente do TJMG;
- ✳ Desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa – 1º Vice-Presidente do TJMG;
- ✳ Desembargador Renato Luís Dresch – 2º Vice-Presidente do TJMG;
- ✳ Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta – 3ª Vice-Presidente do TJMG;
- ✳ Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior – Corregedor-Geral de Justiça;
- ✳ Desembargadora Yeda Monteiro Athias – Vice-Corregedora-Geral de Justiça

Gestão atual – biênio julho/2024 a junho/2026:

- ✳ Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior – Presidente do TJMG
- ✳ Desembargador Marcos Lincoln dos Santos – 1º Vice-Presidente do TJMG
- ✳ Desembargador Saulo Versiani Penna – 2º Vice-Presidente do TJMG
- ✳ Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima – 3º Vice-Presidente do TJMG
- ✳ Desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho – Corregedor-Geral de Justiça
- ✳ Desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça – Vice-Corregedora-Geral de Justiça

1.1.1. Secretaria do TJMG

Órgão auxiliar da Justiça, conforme preconiza o inciso I do art. 237 da [LODJMG](#), a Secretaria do TJMG, superintendida de forma geral pelo Presidente do Tribunal, compreende cinco Superintendências, presididas, em sua maioria, por membros ocupantes dos cargos de direção da Instituição, com exceção da Superintendência Administrativa – apoiada por superintendências temáticas, dirigidas por desembargadores designados pelo Presidente como superintendentes de cada área de atuação – e a Ouvidoria do TJMG, dirigida por desembargador escolhido pelo Órgão Especial. De forma gráfica, a Secretaria do TJMG se organiza da seguinte maneira:

Diagrama 1 – Secretaria do TJMG



Quadro 1 – Legislação aplicável por Superintendência

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	
Superintendência	Regulamentação principal
Superintendência Geral	Resolução TJMG nº 969/2021
Superintendência Administrativa	Resolução TJMG nº 522/2007
Superintendências por temas	Portaria TJMG nº 6.645/PR/2024
Superintendência Judiciária	Resolução TJMG nº 1.053/2023
Superintendência da Escola Judicial – EJEJ	Resolução TJMG nº 979/2021 Resolução TJMG nº 1080/2024
Superintendência da Gestão de Inovação	Resolução TJMG nº 873/2018
Superintendência da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça	Resolução TJMG nº 821/2016
Ouvidoria do TJMG	Resolução TJMG nº 862/2017

O organograma completo da Secretaria do TJMG encontra-se anexado ao presente relatório e pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tjmg.jus.br/data/files/CD/71/C5/37/B9EBA810AC81D5A82C08CCA8/Organograma%20da%20Secretaria%20TJMG%20-%20Setembro%20-%202023.pdf> .

1.1.2. Primeira Instância

Além da estrutura organizacional do TJMG, responsável pela Justiça de Segunda Instância, o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais se organiza, em seu primeiro grau de hierarquia e jurisdição (Justiça de Primeira Instância), nos seguintes níveis de atuação e administração:

As **comarcas** são as unidades de organização da Primeira Instância e dizem respeito ao território sob jurisdição de um juiz de direito ou grupo de juízes, podendo abarcar um ou mais municípios.

Dentro das comarcas, os juízes de direito são lotados e realizam suas atividades nas **Varas judiciárias**, que podem ser únicas (em comarcas de pequeno porte), reunindo diversos tipos de áreas de atuação judiciária, ou especializadas por assunto jurídico, tais como Varas Cíveis, Criminais, Empresariais, de Família, de Infância e Juventude, de registros públicos, entre outras.

Por sua vez, as comarcas são classificadas e agrupadas em **Entrâncias** – primeira, segunda e especial – com base no número de suas varas e população, representando, também, os níveis da carreira dos juízes de direito.

A lista com todas as comarcas existentes no exercício de 2024 encontra-se anexada ao presente relatório e pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tjmg.jus.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A80BCE681B0EA3B0181FCC430C67DD8>

1.3. TJMG - Identidade e Objetivos Organizacionais

Nos termos do art. 3º da [Resolução TJMG nº 952/2020](#), que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégicos do TJMG para o sexênio de 2021 a 2026, a **identidade organizacional**, a qual define o propósito, o ideal de futuro e os princípios que norteiam a atuação deste Egrégio Tribunal, é composta pelas seguintes Missão, Visão e Valores:

Diagrama 3 – Identidade Organizacional do TJMG



Por sua vez, para o cumprimento de seu propósito e o alcance de sua visão de futuro, o TJMG, por meio de sua estratégia para o sexênio considerado, traduziu sua identidade em um conjunto de **macrodesafios** - diretrizes estratégicas em torno de problemas-chave, definidas em desdobramento aos Macrodesafios do Poder Judiciário, de âmbito nacional. Esses macrodesafios, em um total de doze, relacionam-se a diferentes perspectivas das entregas da Instituição, sendo dispostos graficamente no seguinte **Mapa Estratégico**:

Diagrama 4 – Mapa Estratégico do TJMG



Os macrodesafios estabelecidos no mapa estratégico são, por seu turno, desdobrados em **indicadores e metas de desempenho**, tanto relacionados a desafios definidos pelo próprio TJMG (metas institucionais) quanto a desafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para o Poder Judiciário como um todo (metas nacionais) e que permitem o monitoramento do alcance dos objetivos propostos e dos resultados por meio de elementos e critérios objetivamente mensuráveis. Esses indicadores e metas compõem o **Painel Estratégico** do TJMG.

Da mesma forma, relacionadas ao cumprimento das metas e em desdobramento dos macrodesafios e da estratégia da Instituição como um todo, são também definidas as **Iniciativas Estratégicas do TJMG**: programas, projetos ou ações classificados como estratégicos em consideração à sua abrangência, complexidade, impacto orçamentário e financeiro, geração de resultados e relevância para o cumprimento da estratégia institucional. Essas iniciativas são reunidas e apresentadas no **Quadro de Iniciativas Estratégicas** do TJMG.

O Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas Estratégicas do TJMG em vigor no exercício de 2024 constam, como anexos, da [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.550, de 7 de maio de 2024](#), alterada pela [Portaria Conjunta nº 1.624/PR/2024](#), que atualizou os documentos, os quais também seguem anexados ao presente Relatório.

1.4. Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

1.4.1. Constituição e destinação

O Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ é um instrumento de gestão orçamentária de natureza e individualização contábeis, de duração indeterminada e com vinculação à Unidade Orçamentária do TJMG. Criado pela [Lei Estadual nº 20.802, de 26 de julho de 2013](#), tem como objetivo assegurar recursos necessários ao desenvolvimento de atividades específicas do Poder Judiciário, relacionadas, em especial, à:

- ✳ Elaboração e execução de programas e projetos;
- ✳ Construção, ampliação e reforma de prédios próprios e de imóveis utilizados pelo Poder Judiciário;
- ✳ Ampliação e modernização dos serviços informatizados;
- ✳ Aquisição de material permanente;
- ✳ Capacitação e treinamento;
- ✳ Realização de despesas de caráter indenizatório, classificadas em outras despesas correntes;
- ✳ Realização de outras despesas de capital ou correntes, exceto as relativas a proventos, vencimentos, pensões e subsídios dos quadros do Poder Judiciário.

Ainda nos termos da legislação criadora do fundo, o FEPJ é constituído dos seguintes recursos:

- ✳ Dotações específicas destinadas ao FEPJ no orçamento do Estado;
- ✳ Receitas provenientes do pagamento das custas judiciais devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo grau;
- ✳ Receitas provenientes da arrecadação da Taxa Judiciária;
- ✳ Receitas provenientes da arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária relativas ao exercício do poder de polícia realizado pelo Poder Judiciário;
- ✳ Receitas provenientes da arrecadação da Taxa Judiciária;
- ✳ Receitas provenientes da arrecadação da Taxa de Fiscalização Judiciária relativas ao exercício do poder de polícia realizado pelo Poder Judiciário;
- ✳ Receitas provenientes de contratos ou convênios firmados com instituição financeira oficial em contrapartida à sua qualificação como agente mantenedor dos saldos de depósitos judiciais e precatórios até o seu normal levantamento pelos titulares;
- ✳ Doações, legados e outras contribuições;
- ✳ Receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados com o TJMG;
- ✳ Valores transferidos ao FEPJ por entidades públicas ou créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

- ✳ Valores resultantes de alienação ou locação de bens móveis ou imóveis e de alienação de bens inservíveis constantes do patrimônio do TJMG;
- ✳ Remuneração oriunda de aplicação financeira com recursos do FEPJ;
- ✳ Cominações pecuniárias decorrentes de processos judiciais, inclusive as previstas na legislação processual, quando não houver outra destinação prevista em lei;
- ✳ Valores provenientes do pagamento de inscrição em concursos, cursos, conferências, simpósios e outros eventos promovidos pelo TJMG;
- ✳ Empréstimos contraídos junto a organismos nacionais e internacionais e destinados ao FEPJ, observada a legislação vigente;
- ✳ Outras receitas que lhe forem atribuídas em lei.

Cumprе ressaltar que, para o sexênio 2024 a 2029, conforme definido pela [Portaria Conjunta da Presidência do TJMG nº 1.551, de 7 de maio de 2024](#), os recursos do fundo serão priorizados para a realização de ações aprovadas pelo grupo coordenador do fundo relacionadas às seguintes iniciativas, observando as diretrizes estabelecidas no âmbito do Comitê de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal:

- ✳ Plano de Obras e Gestão Predial do TJMG, com destaque para a construção e implantação dos “Fóruns Digitais”;
- ✳ Gestão de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, em especial para a expansão dos sistemas judiciais e do parque tecnológico do TJMG;
- ✳ Formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento contínuo de pessoas, em especial a realização de ações educacionais de capacitação e qualificação profissional definidas nos planejamentos anuais e plurianuais da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF, voltadas ao desenvolvimento de competências profissionais necessárias à atuação de magistrados, servidores e demais colaboradores do TJMG, de forma a garantir o alcance dos objetivos estratégicos e dos resultados institucionais;
- ✳ Processamento judiciário para atender às atividades e aos serviços que contribuam para a celeridade da prestação jurisdicional e que reduzam a litigiosidade na Justiça, inclusive às atividades e aos serviços necessários para o cumprimento das atribuições institucionais, com atendimento aos feitos amparados pela assistência judiciária, às ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ e pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - COMSIV e às ações relacionadas ao aperfeiçoamento dos Juizados Especiais;
- ✳ Realização de programas, projetos e ações geridos pela Terceira Vice-Presidência que possam fortalecer os serviços judiciários autocompositivos e de cidadania prestados ao jurisdicionado;

- ✦ Ações gerenciais voltadas para a atuação em regime de cooperação com as unidades da Justiça Comum de Primeira e Segunda Instâncias que apresentem elevado acervo processual pendente de atos judiciais e de ofício, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional;
- ✦ Projetos estratégicos que fomentem a inovação no TJMG;
- ✦ Uniformização do gerenciamento dos procedimentos decorrentes das ações coletivas nas unidades judiciárias, por meio de protocolos estaduais, regionais ou nacionais, auxiliando os magistrados na gestão do fluxo processual e do acervo das ações coletivas, em busca da efetividade das decisões judiciais;
- ✦ Ações e estratégias direcionadas à afirmação e ao aprofundamento da cultura institucional de aplicação do sistema brasileiro de precedentes qualificados, contribuindo para a ampliação de sua eficácia e para o reforço de sua obrigatoriedade;
- ✦ Otimização da gestão de conflitos e da litigância, com vistas à economia de recursos públicos e ao aumento da eficiência e da efetividade da prestação jurisdicional;
- ✦ Outras ações que forem priorizadas pela Presidência do TJMG e aprovadas pelo Grupo Coordenador do FEPJ, especialmente as relativas à manutenção e ao aperfeiçoamento de processos de trabalho considerados estratégicos para a instituição.

1.4.2. Administração

As responsabilidades acerca da gestão, execução e coordenação do fundo, conforme os arts. 6º, 8º e 9º da [Lei Complementar Estadual nº 91/2006](#), que dispõe sobre os fundos do Estado de Minas Gerais, recaem sobre o Tribunal de Justiça (gestor e agente executor do fundo) e sobre o Grupo Coordenador do FEPJ, composto, nos termos do art. 8º da [Resolução TJMG nº 739/2013](#), que regulamenta o fundo no âmbito do TJMG, pelos desembargadores ocupantes dos cargos de direção do Tribunal de Justiça e por um(a) magistrado(a) de primeiro grau, conforme indicação do Presidente do Tribunal, que preside o grupo, bem como por magistrados suplentes, que substituem em afastamentos e impedimentos legais dos titulares.

O Grupo Coordenador do FEPJ, entre outras atribuições, é responsável pela elaboração da proposta orçamentária do fundo, bem como pelo acompanhamento de sua execução orçamentária e financeira. A ordenação das despesas do fundo é realizada pelo Presidente do Grupo Coordenador e Presidente do TJMG.

No exercício de 2024, o Grupo Coordenador do FEPJ teve duas composições, relativas às gestões do biênio 2022-2024 e do biênio 2024-2026, listadas a seguir:

Grupo Coordenador do FEPJ – biênio julho/2022 a junho/2024 – Portaria TJMG nº 5.738/PR/2022:

- ✦ Presidente do TJMG, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, biênio 2022-2024, conforme listagem apresentada no item 1.1 deste Relatório;
- ✦ Marcela Maria Pereira Amaral Novais, Juíza Auxiliar da Presidência;
- ✦ Suplentes:
 - 3ª Vice-Presidente, conforme listagem apresentada no item 1.1 deste Relatório;
 - Desembargador Marcos Lincoln dos Santos, Superintendente Administrativo Adjunto de Governança;
 - Desembargador Marcílio Eustáquio Santos;
 - Thiago Colnago Cabral, Juiz Auxiliar da Presidência.

Grupo Coordenador do FEPJ – biênio julho/2024 a junho/2026 – Portaria TJMG nº 6.765/PR/2024:

- ✦ Presidente do TJMG, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, biênio 2024-2026, conforme listagem apresentada no item 1.1 deste Relatório;
- ✦ Marcela Maria Pereira Amaral Novais, Juíza Auxiliar da Presidência;
- ✦ Suplentes:
 - Desembargador Vicente de Oliveira Silva;
 - Desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça;
 - Mariana de Lima Andrade, Juíza Auxiliar da Presidência.

2. PROGRAMAS DE TRABALHO E AÇÕES (UO 4031 TJMG)

(Anexo V, Item 3, “b” e “c”, da Decisão Normativa nº 01/2025)

Nos termos do que dispõe a [Lei Estadual nº 24.677/2024](#), que instituiu o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG para o quadriênio de 2024 a 2027 e, em especial, o [Anexo II da norma](#), que contém os programas e as ações da administração pública estadual por setor de governo, na Unidade Orçamentária 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, o TJMG possui o Programa 706 – Prestação Jurisdicional, de natureza multissetorial, bem como cinco de suas ações orçamentárias vinculadas.

2.1. Programa 706 – Prestação Jurisdicional

2.2.1. Visão Geral do Programa

Programa de trabalho gerido pelo TJMG, relacionado à área temática “Outros Poderes” do PPAG 2024-2027 e alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Trata-se de programa específico do TJMG, voltado a garantir o cumprimento de sua missão em relação à sociedade e às demais instituições do sistema de justiça brasileiro. Nesse sentido, tem como **objetivo** “*Promover as ações necessárias que possibilitem ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais entregar à sociedade a prestação jurisdicional eficiente, célere, inovadora e cooperativa, bem como constituir-se em instrumento de promoção dos direitos fundamentais e da paz social*”.

Sendo assim, o programa abarca todas as áreas de atuação do Tribunal, tanto as de competência das unidades jurisdicionais (áreas-fim), quanto das unidades administrativas (áreas-meio), apresentando um **indicador de desempenho** mais abrangente, que diz respeito à eficiência da entrega final da Instituição à sociedade, de forma a mensurar a orientação dos esforços de todas as áreas do órgão em direção ao objetivo proposto pelo programa e, conseqüentemente, à sua missão institucional.

Tal indicador trata-se da **Taxa de Congestionamento - TXC**, índice amplamente utilizado no Poder Judiciário Brasileiro e que visa medir a eficiência da prestação jurisdicional ofertada pelo Tribunal em um determinado período, levando em conta, no caso da seguinte fórmula utilizada no TJMG, nos termos da [Resolução TJMG nº 838/2017](#), o total de processos ativos no acervo (pendentes de baixa no 1º e 2º Graus de Jurisdição), e o total de processos baixados no período (1º e 2º Graus de Jurisdição), com polaridade de quanto menor o resultado, melhor o desempenho apurado:

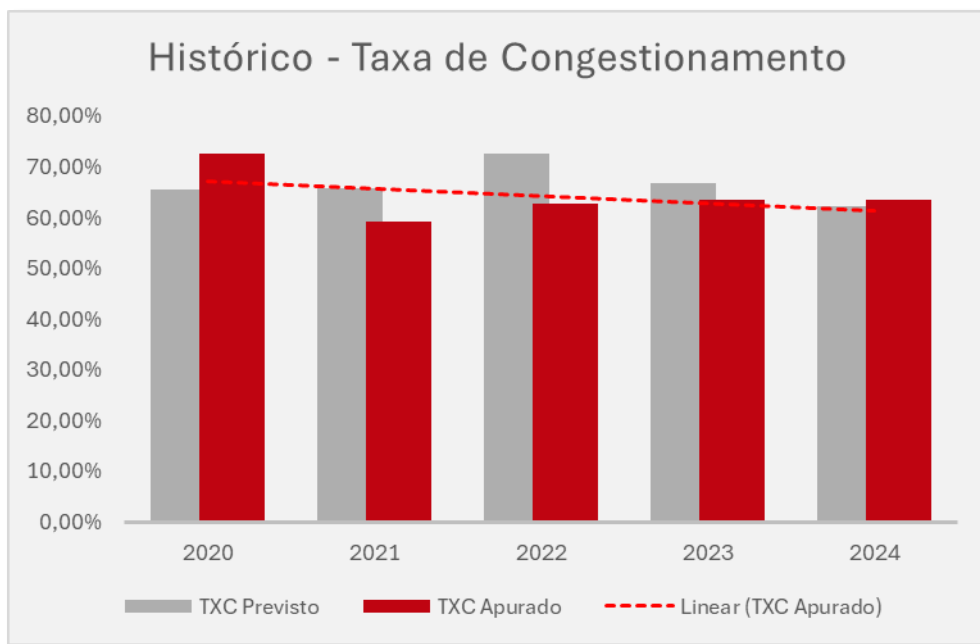
$$TXC = \frac{\text{Total de casos pendentes/ativos no acervo}}{\text{Total de casos baixados (no período) + Total de casos pendentes/ativos no acervo}}$$

Para o ano de 2024, a TXC foi de:

$$TXC = \frac{3.064.056}{5.310.313 + 3.064.056} = 63,41 \%$$

Em análise do histórico de apuração do índice, considerando os cinco últimos exercícios, verifica-se uma tendência de queda da TXC, indicando, com isso, uma melhora do desempenho do indicador e, portanto, da eficiência da prestação jurisdicional ofertada pelo TJMG à sociedade, enquanto resultado último das atividades de suas áreas-fim e áreas-meio em direção ao cumprimento da missão institucional do Tribunal, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Programa 706 – Análise histórica de desempenho



Fonte dos dados: SIGPlan

As diversas atividades realizadas no âmbito do Programa 706 são suportadas por recursos geridos pelas Unidades Orçamentárias 1031 (TJMG) e 4031 (FEPJ), por meio das seguintes ações orçamentárias:

Quadro 2 – Programa 706 – Unidades e Ações Orçamentárias

Programa 706 – Prestação Jurisdicional	
Unidades Orçamentárias	Ações Orçamentárias
UO 1031 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2053 – REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS
	2054 – REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS
UO 4031 – FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO	2025 – GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC
	2055 – AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES
	2091 – OBRAS E GESTÃO PREDIAL
	2109 – FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
	4395 – PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO

Verifica-se que, na alçada da UO 4031, objeto do presente relatório, o Programa 706 se desenvolve por meio de atividades multissetoriais, abarcando tanto a área judiciária e de apoio direto à atividade judicante – com temáticas diretamente relacionadas à prestação jurisdicional e à tramitação judicial – quanto as áreas de apoio administrativo – com temáticas variadas, relacionadas à gestão administrativa da instituição, em apoio indireto à atividade judicante.

Ademais, os recursos geridos pela UO 4031 – FEPJ e direcionados às ações da referida UO no Programa 706 – Prestação Jurisdicional também estão relacionados ao suporte de Iniciativas Estratégicas do TJMG e ao cumprimento de metas do Painel Estratégico do Tribunal.

A seguir, são analisados os resultados obtidos em cada uma dessas ações orçamentárias vinculadas ao Programa 706 e à UO 4031, relacionando-os, de forma a conferir maior grau de qualificação, aos resultados das Iniciativas Estratégicas do TJMG suportados, direta ou indiretamente, pelos recursos da unidade e ação orçamentárias em comento.

2.2. Ação 2025 – Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Ação gerida no âmbito do FEPJ (UO 4031), nos termos dos incisos III e IV do art. 2º da [Lei Estadual nº 20.802/2013](#), voltada, sobretudo, à aquisição e revitalização do parque tecnológico e da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJMG, bem como à manutenção e à evolução dos sistemas informatizados e sustentação dos serviços de TIC, disponíveis aos magistrados, servidores e demais colaboradores do Tribunal, bem como aos usuários da Justiça, contendo as seguintes características:

Quadro 3 – Ação 2025 – Atributos

Ação 2025 – Gestão de Serviços de TIC			
Função	02 – Judiciária		
Subfunção	61 – Ação Judiciária		
Identificador de Ação Governamental	0 – Demais projetos e atividades		
Finalidade	Promover a integração das ações que envolvem tecnologia para melhoria da gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.		
Público-alvo	Magistrados, servidores, colaboradores da justiça, usuários da justiça de primeiro e segundo graus		
Produto	Ativo de TIC implantado	Unidade de medida	Ativo ou Serviço de TIC
Especificação do produto	1) Serão considerados os seguintes ativos de TIC: ativos de infraestrutura; ativos de microinformática; ativos de software; 2) Serão considerados todos os serviços de TIC.		
Meta física para 2024	16.000 ativos de TIC implantados		
Meta financeira para 2024	R\$ 305.964.730,00		

Fonte: SIGPlan

Desempenho das metas

No ano de 2024, a ação em questão obteve desempenho crítico (não satisfatório) em sua execução física (64,03%) e orçamentária (63,04%), apresentando, entretanto, índice de eficiência bem próximo de 1 (1,02%), conforme pode ser verificado no seguinte demonstrativo:

Quadro 4 – Ação 2025 – Demonstrativo Analítico do Desempenho

Ação 2025 – Situação Orçamentária							
G.F.P.	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / Crédito autorizado % (C/B)	Liquidado / Crédito autorizado % (D/B)
3.77.1	188.111.818,00	188.111.818,00	107.662.782,97	107.662.782,97	80.449.035,03	57,23	57,23
4.77.1	117.852.912,00	117.852.912,00	85.230.694,56	85.230.694,56	32.622.217,44	72,32	72,32
Total	305.964.730,00	305.964.730,00	192.893.477,53	192.893.477,53	113.071.252,47	63,04	63,04

Ação 2025 – Análise da Execução							
Desempenho	Meta PPAG – Crédito Inicial (A)	Meta reprogramada – Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Dez (C)	Realizado Jan/Dez (D)	Realizado Jan/Dez / Meta PPAG % (D/A)	Realizado Jan/Dez / Meta reprogramada % (D/B)	Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez % (D/C)
Físico	16.000	16.000	16.000	10.244	64,03	64,03	64,03
Financeiro	305.964.730,00	305.964.730,00	305.964.730,00	192.893.477,53	63,04	63,04	63,04

Ação 2025 – Execução Regionalizada								
Região	Física				Orçamentária			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	16.000	5.900	36,88	57,59	305.964.730,00	170.048.864,79	55,58	88,16
Região Intermediária de Barbacena	0	22	0,00	0,21	0,00	68.468,76	0,00	0,04
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	3.611	0,00	35,25	0,00	19.824.751,87	0,00	10,28
Região Intermediária de Divinópolis	0	92	0,00	0,90	0,00	376.975,76	0,00	0,20
Região Intermediária de Governador Valadares	0	13	0,00	0,13	0,00	60.120,96	0,00	0,03
Região Intermediária de Ipatinga	0	37	0,00	0,36	0,00	163.844,05	0,00	0,08
Região Intermediária de Juiz de Fora	0	94	0,00	0,92	0,00	391.299,71	0,00	0,20
Região Intermediária de Montes Claros	0	50	0,00	0,49	0,00	222.656,89	0,00	0,12
Região Intermediária de Patos de Minas	0	40	0,00	0,39	0,00	183.638,33	0,00	0,10
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	70	0,00	0,68	0,00	305.769,46	0,00	0,16

Região	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	85	0,00	0,83	0,00	335.813,10	0,00	0,17
Região Intermediária de Uberaba	0	31	0,00	0,30	0,00	141.051,00	0,00	0,07
Região Intermediária de Uberlândia	0	105	0,00	1,02	0,00	339.323,09	0,00	0,18
Região Intermediária de Varginha	0	94	0,00	0,92	0,00	430.899,76	0,00	0,22
Total	16.000	10.244	64,03	100,00	305.964.730,00	192.893.477,53	63,04	100,00

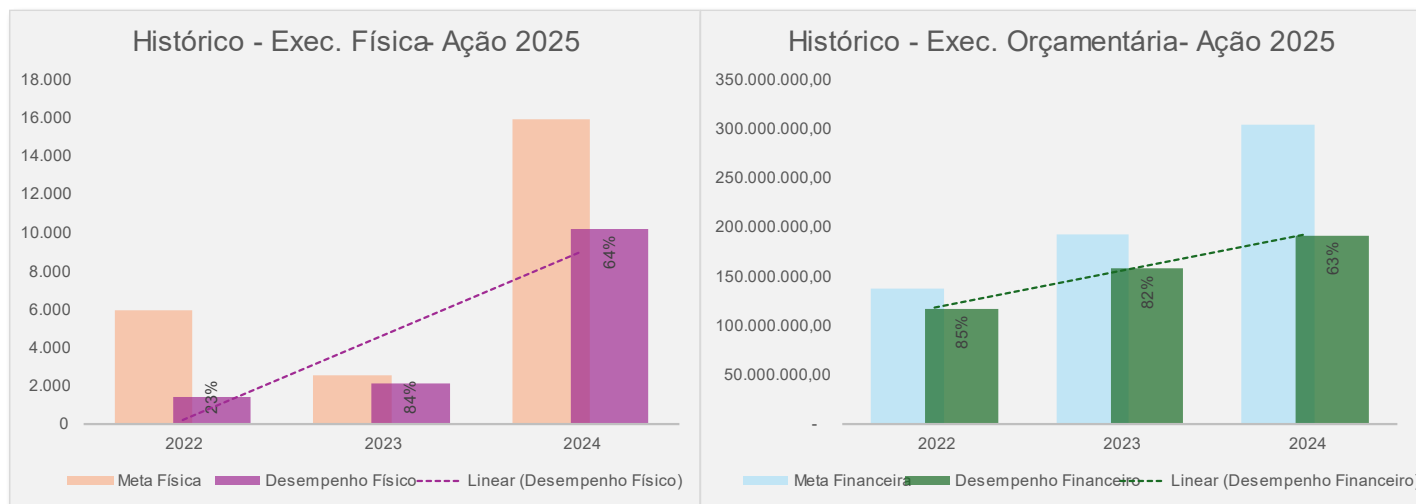
Fonte: SIGPlan

Cumprе ressaltar que o baixo desempenho físico e orçamentário da ação em relação às metas estabelecidas ocorreu em razão de:

- a) meta física: reavaliação, por parte dos fornecedores, de sua força de operação e capacidade de fornecimento, as quais foram identificadas como aquém do potencial originalmente esperado, o que afetou o desempenho na implantação de ativos de microinformática (computadores) em relação ao previsto para o ano;
- b) meta financeira: realização de contratações que, em razão do seu ineditismo, tiveram valores originalmente previstos em patamares bem acima dos valores efetivamente contratados, tal como nas contratações de serviços gerenciados de segurança cibernética e de suíte de colaboração, cujas licitações tiveram valores homologados bem abaixo dos valores originalmente programados.

Entretanto, analisando o desempenho histórico da ação, considerando os exercícios mais recentes, verifica-se um expressivo aumento, em números absolutos, da execução física no exercício de 2024, em que pese acompanhado por uma diminuição do desempenho relativo (executado x programado) em relação aos anos anteriores. O mesmo pode ser verificado, em menor grau, na execução orçamentária que, por sua vez, vem apresentando aumento gradativo nos últimos anos, acompanhado, entretanto, por uma diminuição também gradativa do desempenho relativo. Ambas as execuções apresentam tendência de aumento para os próximos anos, conforme apresentado nos gráficos a seguir:

Gráfico 2 – Ação 2025 – Análise histórica de desempenho



Fonte dos dados: SIGPlan

Uma razão relevante para o comportamento histórico do desempenho relativo, sobretudo do ponto de vista orçamentário, é o aumento da diversificação das contratações de serviços de TIC, ocasionada pela rapidez do avanço tecnológico dos últimos anos e o consequente aumento da demanda por serviços cada vez mais diferenciados, sem referência anterior que permitisse um melhor planejamento dos resultados e dos recursos necessários. Entretanto, entende-se que após breve adaptação necessária, a tendência é voltar a patamares mais equilibrados de desempenho.

2.2.1. Iniciativa Estratégica vinculada – IE 24

No âmbito do planejamento estratégico do TJMG, os recursos relacionados à Ação Orçamentária 2025 – Gestão de Serviços de TIC suportam, prioritariamente, as atividades da **Iniciativa Estratégica 24 – Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação**, com as seguintes características:

Quadro 5 – Iniciativa Estratégica 24 – Atributos

IE 24 – Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC	
Unidade Gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR
Característica da iniciativa	Programa incremental
Objetivos	Promover a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura de TIC no âmbito do TJMG.
Particularidades	Iniciativa vinculada ao desempenho do TJMG no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC – iGovTIC-JUD do Conselho Nacional de Justiça - CNJ
Alinhamento Estratégico	
Macrodesafio	12 – Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados
Indicadores	12.3. Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC – iGovTIC-JUD
Metas 2024	TJMG 54 – Manter, em 2024, o TJMG na faixa do nível de maturidade de “Excelência”, atingindo pelo menos 95% na avaliação do iGov-TIC

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

Como visto, a Iniciativa Estratégica 24 guarda estreita vinculação com o **Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC – iGovTIC-JUD**, criado pelo CNJ para avaliar periodicamente a maturidade e competência em TIC dos órgãos do Poder Judiciário, de forma a monitorar o cumprimento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD, estabelecida pela [Resolução CNJ nº 370/2021](#).

Conforme o [Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD para o ciclo 2021 a 2026](#), do CNJ, o iGovTIC-JUD é monitorado por meio de aplicação de questionário aos órgãos do Poder Judiciário com perguntas divididas em dois grupos principais, de forma a mensurar o grau de maturidade da instituição nos seguintes eixos de TIC: a) Governança e Gestão, com as temáticas voltadas a políticas e planejamento, transformação digital, atendimento e suporte ao usuário, estruturas organizacionais e macroprocessos, e gestão de pessoas; b) Gerenciamento de Serviços de TIC, com temáticas relacionadas a sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e serviços em nuvem, riscos, segurança da informação e proteção de dados.

Cumprir ressaltar que, em 2024, o TJMG atingiu o resultado de **96,19%** no iGovTIC-JUD, equivalente ao nível de maturidade **“Excelência”** em TIC (entre 90% a 100% no iGovTIC-JUD), o que alçou o Tribunal ao 5º (quinto) lugar entre os demais órgãos do Poder Judiciário, e em 2º (segundo) lugar em relação aos tribunais de grande porte da Justiça Estadual, destacando-se nas temáticas de estruturas organizacionais e macroprocessos, políticas e planejamento, sistemas de informação e transformação digital, conforme se verifica no [Painel do iGovTIC-JUD do Poder Judiciário](#), disponibilizado pelo CNJ.

Para o ano de 2024, as principais entregas da IE 24 – Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC foram relacionadas a:

- ✦ **Contratação de serviços gerenciados de segurança cibernética**, incluindo a realização de processo licitatório e contratação, o planejamento, a implantação e a operacionalização inicial dos serviços contratados, cobrindo três pilares: a) Governança e gestão da segurança cibernética por meio de serviços estratégicos de governança, risco e conformidade (GRC); b) Segurança defensiva por meio de monitoramento, detecção e resposta gerenciados de eventos e incidentes de segurança cibernética, incluindo a implantação de um centro de controle de operações cibernética remoto (SOC), com monitoramento 24/7 e apoio de equipe dedicada presencial em horário comercial; c) Segurança ofensiva por meio da gestão contínua de exposição de vulnerabilidades e ameaças, priorização e gestão de riscos, com uso de solução informatizada moderna e abrangente, incluindo testes de segurança.
- ✦ **Contratação de Suíte de Colaboração**, por meio da realização de processo licitatório e contratação e a implantação do *Google Workspace* no TJMG;
- ✦ **Consultoria de Tecnologia da Informação e Comunicação**, com a identificação de oportunidades de melhoria na forma de organização e operação (modelo operacional) da DIRFOR, com desenvolvimento de ações de melhoria, como a incorporação da metodologia ágil aos processos de trabalho da Diretoria;

- ★ **Mapa Estratégico da DIRFOR**, com o desenvolvimento de diagnóstico e o mapeamento de objetivos estratégicos da Diretoria;
- ★ **Implantação da Metodologia Ágil na DIRFOR**, por meio de projeto-piloto na Gerência de Sistemas Administrativos Informatizados - GESAD, seguido de expansão da metodologia para as demais áreas da Diretoria, contando, ainda, com a capacitação das equipes da Diretoria e a contratação de profissionais especialistas na metodologia Scrum (3 Scrum Master Plenos, responsáveis pela execução do processo, e 2 Especialistas Scrum, responsáveis pelo apoio à implementação da metodologia nos projetos).

Verifica-se, portanto, que, não obstante o desempenho alcançado em relação às metas físicas e financeiras estabelecidas para a Ação Orçamentária 2025 no exercício de 2024, os recursos a ela vinculados foram responsáveis pela obtenção de resultados institucionais importantes para o Tribunal, com o desempenho satisfatório da Iniciativa Estratégica 24, como pode ser observado no demonstrativo a seguir:

Quadro 6 – Iniciativa Estratégica 24 – Resultados

IE 24 – Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC – Desempenho – Exercício 2024

Andamento	Entregas do ano:	3,8 / 5 concluídas
	Progresso:	76,7 %
	Status da Iniciativa:	Em andamento.
Custeio	Previsto:	R\$ 49.049.000,00
	Executado:	R\$ 4.323.451,45 (9%)
Monitoramento da Meta	Meta:	TJMG 54 – Manter, em 2024, o TJMG na faixa do nível de maturidade de “Excelência”, atingindo pelo menos 95% na avaliação do IGov-TIC
	Apuração:	96,2%

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

2.3. Ação 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Ação gerida no âmbito do FEPJ (UO 4031), nos termos do inciso VII do art. 2º da [Lei Estadual nº 20.802/2013](#), relacionada ao custeio de despesas de caráter indenizatório, especialmente a indenização de auxílios a magistrados e servidores do TJMG, ativos, inativos e pensionistas, conforme previsão normativa, contendo as seguintes características:

Quadro 7 – Ação 2055 – Atributos

Ação 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores			
Função	02 – Judiciária		
Subfunção	61 – Ação Judiciária		
Identificador de Ação Governamental	0 – Demais projetos e atividades		
Finalidade	Garantir os recursos necessários ao pagamento de auxílios aos magistrados e servidores da ativa, inativos e pensionistas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.		
Público-alvo	Magistrados, servidores e pensionistas		
Produto	Pessoa beneficiada	Unidade de medida	Pessoa
Especificação do produto	Benefícios pagos a magistrados e servidores		
Meta física para 2024	21.569 pessoas beneficiadas (meta não cumulativa)		
Meta financeira para 2024	R\$ 158.320.267,00		

Fonte: SIGPlan

Desempenho das metas

No ano de 2024, a ação em questão obteve pleno desempenho em sua execução física (100%) e orçamentária (100%), apresentando índice de eficiência igual a 1 (100%), conforme pode ser verificado no seguinte demonstrativo:

Quadro 8 – Ação 2055 – Demonstrativo Analítico do Desempenho

Ação 2055 – Situação Orçamentária							
G.F.P.	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / Crédito autorizado % (C/B)	Liquidado / Crédito autorizado % (D/B)
3.60.1	56.790.134,00	56.790.134,00	56.790.134,00	56.790.134,00	0,00	100,00	100,00
3.60.7	101.530.133,00	101.530.133,00	101.530.133,00	101.530.133,00	0,00	100,00	100,00
Total	158.320.267,00	158.320.267,00	158.320.267,00	158.320.267,00	0,00	100,00	100,00

Ação 2055 – Análise da Execução

Desempenho	Meta PPAG – Crédito Inicial (A)	Meta reprogramada – Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Dez (C)	Realizado Jan/Dez (D)	Realizado Jan/Dez / Meta PPAG % (D/A)	Realizado Jan/Dez / Meta reprogramada % (D/B)	Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez % (D/C)
Físico	21.569	21.569	21.569	21.569	100,00	100,00	100,00
Financeiro	158.320.267,00	158.320.267,00	158.320.267,00	158.320.267,00	100,00	100,00	100,00

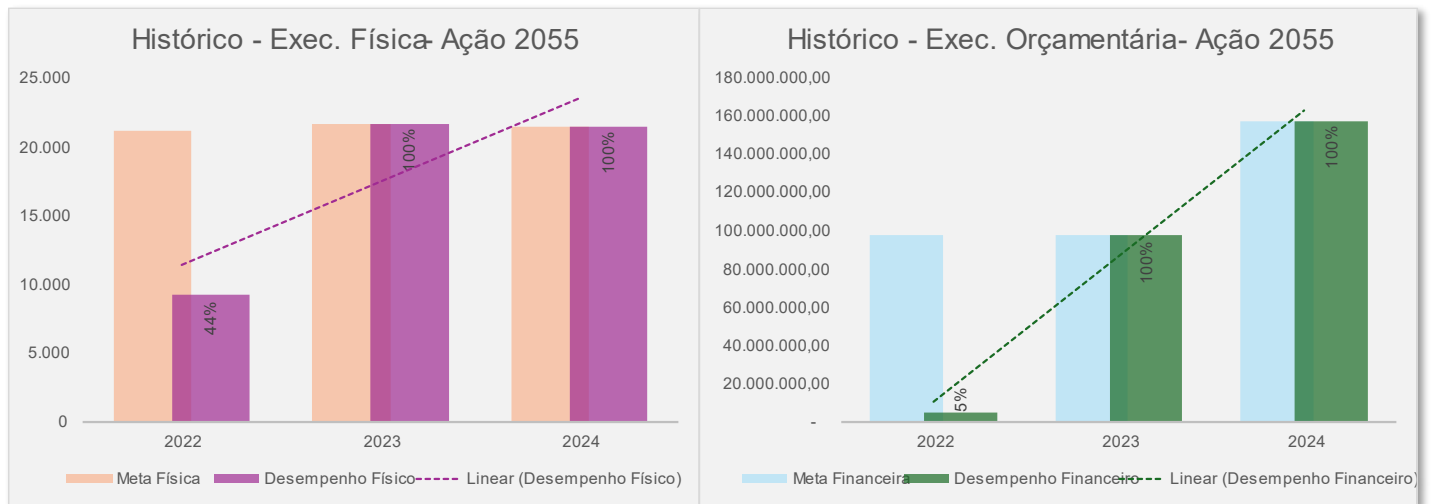
Ação 2055 – Execução Regionalizada

Região	Física				Orçamentária			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	21.569	21.569	100,00	100,00	158.320.267,00	158.320.267,00	100,00	100,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Juiz de Fora	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21.569	21.569	100,00	100,00	158.320.267,00	158.320.267,00	100,00	100,00

Fonte: SIGPlan

Em análise do histórico do desempenho da ação, considerando os exercícios mais recentes, verifica-se a manutenção de pleno desempenho relativo em ambas as execuções – física e orçamentária – com uma tendência, para os próximos exercícios, de crescimento, em termos absolutos, especialmente da segunda:

Gráfico 3 – Ação 2055 – Análise histórica de desempenho



Fonte dos dados: SIGPlan

Cumprе ressaltar que não há vinculação direta dos recursos da Ação Orçamentária 2055 com Iniciativas Estratégicas específicas do Planejamento Estratégico do TJMG, sendo os mesmos direcionados, de forma complementar aos recursos das ações vinculadas à UO 1031 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, à cobertura de despesas de caráter indenizatório, definidas em normativos do respectivo exercício, conforme disposto no inciso VII do art. 2º da [Lei Estadual nº 20.802/2013](#).

Em 2024, os recursos da ação foram aplicados, especialmente, no pagamento de auxílios do **Programa de Assistência em Creche ou Pré-Escola**, disposto pela [Resolução TJMG nº 974/2021](#), em razão da edição da [Resolução TJMG nº 1.082/2024](#).

2.4. Ação 2091 – Obras e Gestão Predial

Ação gerida no âmbito do FEPJ (UO 4031), nos termos dos incisos II e V do art. 2º da [Lei Estadual nº 20.802/2013](#), com foco, sobretudo na programação e execução do Plano de Obras do TJMG, bem como dos planos de manutenção e adaptação e nas demais despesas que possibilitem uma gestão predial eficiente e de qualidade, de forma a atender as necessidades de infraestrutura física para a atuação de magistrados, servidores e demais colaboradores, assim como dos usuários da Justiça, contendo as seguintes características:

Quadro 9 – Ação 2091 – Atributos

Ação 2091 – Obras e Gestão Predial			
Função	02 – Judiciária		
Subfunção	61 – Ação Judiciária		
Identificador de Ação Governamental	0 – Demais projetos e atividades		
Finalidade	Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.		
Público-alvo	Magistrados, servidores, colaboradores da justiça, usuários da justiça de primeiro e segundo graus		
Produto	Unidade construída / reformada / ampliada	Unidade de medida	Unidade
Especificação do produto	Será considerada como unidade entregue a finalização de uma obra de construção ou de uma reforma		
Meta física para 2024	26 unidades construídas / reformadas / ampliadas		
Meta financeira para 2024	R\$ 551.807.453,00		

Fonte: SIGPlan

Desempenho das metas

No ano de 2024, a ação em questão obteve desempenho crítico (não satisfatório) em sua execução física, em que pese quase tenha atingido nível satisfatório (69,23%), acompanhado, entretanto, por um desempenho satisfatório em sua execução orçamentária (94,34%) e em seu índice de eficiência, que não obstante, teve resultado próximo de 1 (0,73%), conforme verificado no quadro a seguir:

Quadro 10 – Ação 2091 – Demonstrativo Analítico do Desempenho

Ação 2091 – Situação Orçamentária							
G.F.P.	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / Crédito autorizado % (C/B)	Liquidado / Crédito autorizado % (D/B)
3.77.1	97.934.972,00	97.934.972,00	97.602.883,25	97.602.883,25	332.088,75	99,66	99,66
4.60.1	113.000.000,00	113.000.000,00	111.149.278,31	111.149.278,31	1.850.721,69	98,36	98,36
4.60.8	82.605.803,00	82.605.803,00	64.092.259,79	64.092.259,79	18.513.543,21	77,59	77,59
4.77.1	258.266.678,00	258.266.678,00	247.721.325,69	247.721.325,69	10.545.352,31	95,92	95,92
Total	551.807.453,00	551.807.453,00	520.565.747,04	520.565.747,04	31.241.705,96	94,34	94,34

Ação 2091 – Análise da Execução							
Desempenho	Meta PPAG – Crédito Inicial (A)	Meta reprogramada – Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Dez (C)	Realizado Jan/Dez (D)	Realizado Jan/Dez / Meta PPAG % (D/A)	Realizado Jan/Dez / Meta reprogramada % (D/B)	Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez % (D/C)
Físico	26	26	26	18	69,23	69,23	69,23
Financeiro	551.807.453,00	551.807.453,00	551.807.453,00	520.565.747,04	94,34	94,34	94,34

Ação 2091 – Execução Regionalizada								
Região	Física				Orçamentária			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	0	0	0,00	0,00	100.213.947,00	101.128.659,05	100,91	19,43
Região Intermediária de Barbacena	2	0	0,00	0,00	10.992.587,00	18.479.071,68	168,10	3,55
Região Intermediária de Belo Horizonte	4	2	50,00	11,11	149.445.478,00	145.666.585,91	97,47	27,98
Região Intermediária de Divinópolis	4	2	50,00	11,11	66.497.935,00	55.228.903,75	83,05	10,61
Região Intermediária de Governador Valadares	2	2	100,00	11,11	26.554.167,00	34.071.148,94	128,31	6,55
Região Intermediária de Ipatinga	0	0	0,00	0,00	14.271.464,00	11.756.771,90	82,38	2,26
Região Intermediária de Juiz de Fora	4	2	50,00	11,11	50.445.994,00	38.831.303,38	76,98	7,46
Região Intermediária de Montes Claros	3	0	0,00	0,00	38.681.109,00	39.873.946,26	103,08	7,66
Região Intermediária de Patos de Minas	1	1	100,00	5,56	524.211,00	952.131,30	181,63	0,18

Região	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Região Intermediária de Pouso Alegre	1	2	200,00	11,11	43.489.031,00	24.755.207,85	56,92	4,76
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1	2	200,00	11,11	21.264.888,00	27.765.116,21	130,57	5,33
Região Intermediária de Uberaba	0	2	0,00	11,11	2.872.888,00	1.379.662,52	48,02	0,27
Região Intermediária de Uberlândia	0	1	0,00	5,56	5.824.727,00	2.124.857,73	36,48	0,41
Região Intermediária de Varginha	4	2	50,00	11,11	20.729.027,00	18.552.380,56	89,50	3,56
Total	26	18	69,23	100,00	551.807.453,00	520.565.747,04	94,34	100,00

Fonte: SIGPlan

Cumprir ressaltar que o desempenho físico pouco abaixo do nível satisfatório não se deu, necessariamente, pela falta de entregas ou execução física das obras, mas pela ausência do marco, definido no âmbito do TJMG, para se reputar uma obra ou serviço de engenharia como concluídos para fins de monitoramento.

Com efeito, foi estabelecido no TJMG, a partir da Nota Técnica nº 02/2016 da unidade de Auditoria Interna do Tribunal, a emissão do **Termo de Recebimento Provisório – TRP** de uma obra ou serviço de engenharia como parâmetro definidor de sua conclusão, para fins, por exemplo, de monitoramento dos resultados do Plano de Obras e da meta física definida para a Ação Orçamentária 2091, uma vez que o recebimento definitivo dessas obras e serviços depende do decurso do prazo de observação entre outras eventuais exigências contratuais.

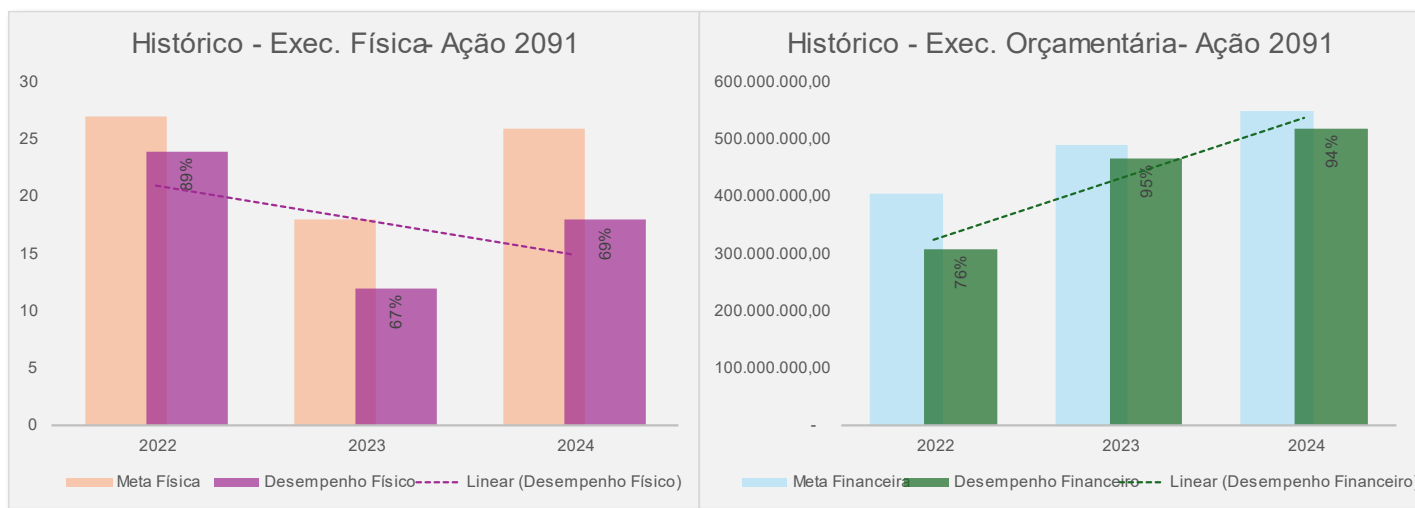
Nesse sentido, no ano de 2024, foram verificadas as seguintes situações com relação às obras projetadas na meta física para a Ação Orçamentária 2091:

- unidades construídas/reformadas/ampliadas, entendidas como com execução física finalizada e TRP emitido;
- unidades com execução física finalizada, porém sem emissão de TRP, em razão de alguma pendência de ajuste por parte dos fornecedores contratados;
- unidades sem finalização da execução física, por pendência de entregas no exercício pelos fornecedores contratados.

As duas últimas hipóteses, em razão do marco definido pelo TJMG, não são consideradas como execuções para fins da meta física da Ação Orçamentária 2091, não obstante, entretanto, a respectiva execução das devidas despesas durante todo o exercício, em que pese pendência relativa às parcelas finais, o que justifica o menor impacto à meta financeira da ação.

Por sua vez, em análise do desempenho histórico da Ação 2091, considerando os exercícios mais recentes, verifica-se um sutil aumento no desempenho relativo da execução física em comparação com o ano de 2023, porém com tendência, para os próximos exercícios, de manutenção ou diminuição dessa execução em termos absolutos. De outro lado, a execução orçamentária, em que pese tenha apresentado ligeira diminuição no seu desempenho relativo, possui tendência de aumento, em termos absolutos, para os próximos anos, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Ação 2091 – Análise histórica de desempenho



Fonte dos dados: SIGPlan

Tal movimento histórico, mormente do desempenho relativo da execução física, pode ser justificado, em especial, pelos esforços, nos últimos anos, por parte da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP do Tribunal, de ampliação dos critérios de fiscalização de obras e serviços a partir das lições aprendidas em processos administrativos instaurados contra fornecedores, sobretudo, durante e após o período de emergência sanitária em razão da Covid-19, enfrentado no Brasil e no mundo.

2.4.1. Iniciativa Estratégica vinculada – IE 20

No âmbito do planejamento estratégico do TJMG, os recursos relacionados à Ação Orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial suportam, prioritariamente, as atividades da **Iniciativa Estratégica 20 – Plano de Aceleração de Obras**, com as seguintes características:

Quadro 11 – Iniciativa Estratégica 20 – Atributos

IE 20 – Plano de Aceleração de Obras

Unidade Gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Engenharia Predial - DENGEP
Característica da iniciativa	Programa incremental
Objetivos	Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais por meio do planejamento, execução e acompanhamento de construções, reformas e ampliações de fóruns, comarcas e varas, com observância a critérios de definição de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança, contribuindo para ambientes que proporcionem a qualidade e a produtividade dos serviços, bem como o bem estar de servidores, magistrados e jurisdicionados.
Particularidades	-
Alinhamento Estratégico	
Macrodesafio	9 – Aprimoramento da gestão administrativa e da governança judiciária
Indicadores	9.25. Taxa de Termos de Autorização para Ocupação ou de Termos de Recebimento Provisório emitidos.
Metas 2024	TJMG 109 – Emitir, até 31/12/2024, Termo de Autorização de Ocupação – TAO ou, quando não houver ocupação, Termo de Recebimento Provisório – TRP para, pelo menos, 70% das obras previstas para o ano no Plano de Obras (universo de 33 obras)

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

A IE 20 relaciona-se à execução do Plano de Obras do Tribunal, de forma a assegurar a infraestrutura necessária às atividades judiciais e administrativas da instituição. Como escopo do Plano para o ano de 2024, foram projetadas 33 (trinta e três) obras, sobretudo relacionadas à construção de novos fóruns e a implantação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs Digitais, tendo apresentado as seguintes entregas, em um total de 16 (dezesseis):

- ✳ **Implantação de Fórum CEJUSC Digital no Município de Papagaios** (Comarca de Pitangui) – conclusão em 29/01/2024;
- ✳ **Construção de novo Fórum na Comarca de Abre Campo** – conclusão em 20/02/2024;
- ✳ **Implantação de Fórum CEJUSC Digital no Município de Lagoa Grande** (Comarca de Presidente Olegário) – conclusão em 20/02/2024;
- ✳ **Instalação de sistema de ar-condicionado no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA da Comarca de Belo Horizonte** – conclusão em 27/02/2024;
- ✳ **Construção de novo Fórum na Comarca de Pedra Azul** – conclusão em 12/03/2024;
- ✳ **Construção de novo Fórum na Comarca de Dores do Indaiá** – conclusão em 25/03/2024;
- ✳ **Implantação de Fórum CEJUSC Digital no Município de Coluna** (Comarca de São João Evangelista) – conclusão em 06/05/2024;
- ✳ **Construção de novo Fórum na Comarca de Natércia** – conclusão em 24/05/2024;
- ✳ **Implantação de Fórum CEJUSC Digital no Município de Fronteira** (Comarca de Frutal) – conclusão em 27/05/2024;
- ✳ **Construção de novo Fórum na Comarca de Inhapim** – conclusão em 05/06/2024;

- ★ **Construção de novo Fórum na Comarca de Guanhães** – conclusão em 10/06/2024;
- ★ **Instalação de sistema de ar-condicionado central na Comarca de Muriaé** – conclusão em 15/07/2024;
- ★ **Substituição do sistema de ar-condicionado na Comarca de Passos** – conclusão em 18/10/2024;
- ★ **Construção de novo Fórum na Comarca de São João da Ponte** – conclusão em 25/10/2024;
- ★ **Instalação de sistema de ar-condicionado no Centro Operacional do TJMG** (Belo Horizonte) – conclusão em 29/11/2024;
- ★ **Construção de novo Fórum na Comarca de Formiga** – conclusão em 04/12/2024.

Cumpramos ressaltar que, a partir do ano 2024, o marco de conclusão de obras para os fins da IE 20 deixou de contemplar apenas a emissão do Termo de Recebimento Provisório - TRP, tal como no cálculo dos produtos da Ação Orçamentária 2091, para incluir alternativamente a emissão do **Termo de Autorização para Ocupação – TAO** para as obras passíveis da fase de ocupação (excetuando-se, portanto, serviços tais como a instalação de ar-condicionado ou adequações para acessibilidade, para os quais foi mantido o TRP como marco).

Tal definição teve como base tanto a necessidade de aperfeiçoar o acompanhamento dos esforços das diversas áreas do Tribunal para garantir não só a entrega da obra, mas a sua efetiva destinação final, como também para ampliar a abrangência do monitoramento para os casos em que, após a execução física da obra, eventuais pendências de ajustes para a emissão do TRP não gerem obstáculos para a imediata ocupação predial, por se tratar de ajustes mínimos e não impeditivos.

Em razão disso e uma vez que, na maior parte dos casos, a emissão do TAO é posterior à emissão do TRP, foi estabelecida uma meta menor para a IE20 (23 unidades ou 70% das obras previstas no Plano de Obras) em relação à Ação Orçamentária 2091 para o exercício de 2024 (26 unidades). Ainda assim, pelas mesmas razões já apresentadas em relação à execução física da Ação 2091, o desempenho para o cumprimento da Meta TJMG 10 não alcançou patamar satisfatório, atingindo também o nível de 69% de cumprimento da meta (equivalente a 48,5% das obras previstas no Plano), conforme demonstrativo a seguir:

Quadro 12 – Iniciativa Estratégica 20 – Resultados

IE 20 – Plano de Aceleração de Obras – Desempenho – Exercício 2024

Andamento	Entregas:	16 / 33 concluídas
	Progresso:	48,5 %
	Status da Iniciativa:	Em andamento.
Custeio	Previsto:	R\$ 441.662.314,97
	Executado:	R\$ 378.757.529,39 (86%)
Monitoramento da Meta	Meta:	TJMG 109 – Emitir, até 31/12/2024, Termo de Autorização de Ocupação – TAO ou, quando não houver ocupação, Termo de Recebimento Provisório – TRP para, pelo menos, 70% das obras previstas para o ano no Plano de Obras
	Apuração:	48,5 %

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

2.5. Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Ação gerida no âmbito do FEPJ (UO 4031), nos termos do inciso VI do art. 2º da [Lei Estadual nº 20.802/2013](#), voltada ao atendimento das necessidades de capacitação do TJMG mapeadas pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJ, especialmente por meio das atividades de formação de magistrados, servidores e demais colaboradores do Tribunal de sua Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP, realizadas, sobretudo, para o cumprimento de seus planejamentos educacionais estratégicos e anuais, conforme disposto no art. 7º da [Resolução CNJ nº 159/2012](#), contendo as seguintes características:

Quadro 13 – Ação 2109 – Atributos

Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas			
Função	02 – Judiciária		
Subfunção	128 – Formação de recursos humanos		
Identificador de Ação Governamental	0 – Demais projetos e atividades		
Finalidade	Atender às despesas necessárias à formação de magistrados, servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG e demais públicos atendidos pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJ, nos termos de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, com o propósito de contribuir para a realização da Justiça e de sua integração à sociedade, visando à promoção da paz social, bem como para a garantia da eficiência administrativa do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.		
Público-alvo	Magistrados, servidores, colaboradores da justiça, usuários da justiça de primeiro e segundo graus		
Produto	Aprovação em ação educacional	Unidade de medida	Unidade
Especificação do produto	Será computado como produto entregue o número de aprovações em ações educacionais internas promovidas pela EJEJ, iniciadas e concluídas no mesmo ano considerado. As ações promovidas em parceria com outras instituições não serão consideradas para o cômputo das aprovações quando o controle destas, bem como das certificações do curso, for realizado exclusivamente pela entidade parceira, em sistema próprio. Em ações compostas por diversas etapas, sendo a consecução de algumas a cargo de outros setores do TJMG ou por outras instituições, serão computadas as aprovações apenas da(s) etapa(s) de responsabilidade da EJEJ.		
Meta física para 2024	66.300 aprovações em ações educacionais		
Meta financeira para 2024	R\$ 4.900.000,00		

Fonte: SIGPlan

Desempenho das metas

No ano de 2024, a ação em questão obteve desempenho **satisfatório** tanto na sua execução física (87,35%) quanto na sua execução orçamentária (90,23%), alcançando índice de eficiência bem próximo a 1 (0,97%), conforme pode ser verificado no seguinte demonstrativo:

Quadro 14 – Ação 2109 – Demonstrativo Analítico do Desempenho

Ação 2109 – Situação Orçamentária							
G.F.P.	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / Crédito autorizado % (C/B)	Liquidado / Crédito autorizado % (D/B)
3.77.1	4.900.000,00	4.900.000,00	4.421.386,45	4.421.386,45	478.613,55	90,23	90,23
Total	4.900.000,00	4.900.000,00	4.421.386,45	4.421.386,45	478.613,55	90,23	90,23

Ação 2109 – Análise da Execução							
Desempenho	Meta PPAG – Crédito Inicial (A)	Meta reprogramada – Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Dez (C)	Realizado Jan/Dez (D)	Realizado Jan/Dez / Meta PPAG % (D/A)	Realizado Jan/Dez / Meta reprogramada % (D/B)	Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez % (D/C)
Físico	66.300	66.300	66.300	57.912	87,35	87,35	87,35
Financeiro	4.900.000,00	4.900.000,00	4.900.000,00	4.421.386,45	90,23	90,23	90,23

Ação 2109 – Execução Regionalizada								
Região	Física				Orçamentária			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	941	1.006	106,91	1,74	69.511,00	84.381,07	121,39	1,91
Região Intermediária de Barbacena	1.842	1.850	100,43	3,19	136.210,00	133.536,51	98,04	3,02
Região Intermediária de Belo Horizonte	31.440	23.081	73,41	39,86	2.323.617,00	1.835.916,01	79,01	41,52
Região Intermediária de Divinópolis	3.395	3.069	90,40	5,30	250.950,00	230.624,86	91,90	5,22
Região Intermediária de Governador Valadares	1.730	1.512	87,40	2,61	127.690,00	117.438,52	91,97	2,66
Região Intermediária de Ipatinga	2.075	2.315	111,57	4,00	153.268,00	169.627,21	110,67	3,84
Região Intermediária de Juiz de Fora	5.810	5.660	97,42	9,77	429.435,00	420.613,63	97,95	9,51
Região Intermediária de Montes Claros	1.890	2.518	133,23	4,35	139.721,00	185.547,94	132,80	4,20
Região Intermediária de Patos de Minas	2.094	1.886	90,07	3,26	154.787,00	145.872,60	94,24	3,30
Região Intermediária de Pouso Alegre	3.872	3.596	92,87	6,21	286.201,00	267.830,26	93,58	6,06

Região	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1.805	2.362	130,86	4,08	133.476,00	176.597,99	132,31	3,99
Região Intermediária de Uberaba	1.815	1.978	108,98	3,42	134.148,00	136.813,19	101,99	3,09
Região Intermediária de Uberlândia	3.380	2.702	79,94	4,67	249.813,00	201.948,34	80,84	4,57
Região Intermediária de Varginha	4.211	4.377	103,94	7,56	311.173,00	314.638,32	101,11	7,12
Total	66.300	57.912	87,35	100,00	4.900.000,00	4.421.386,45	90,23	100,00

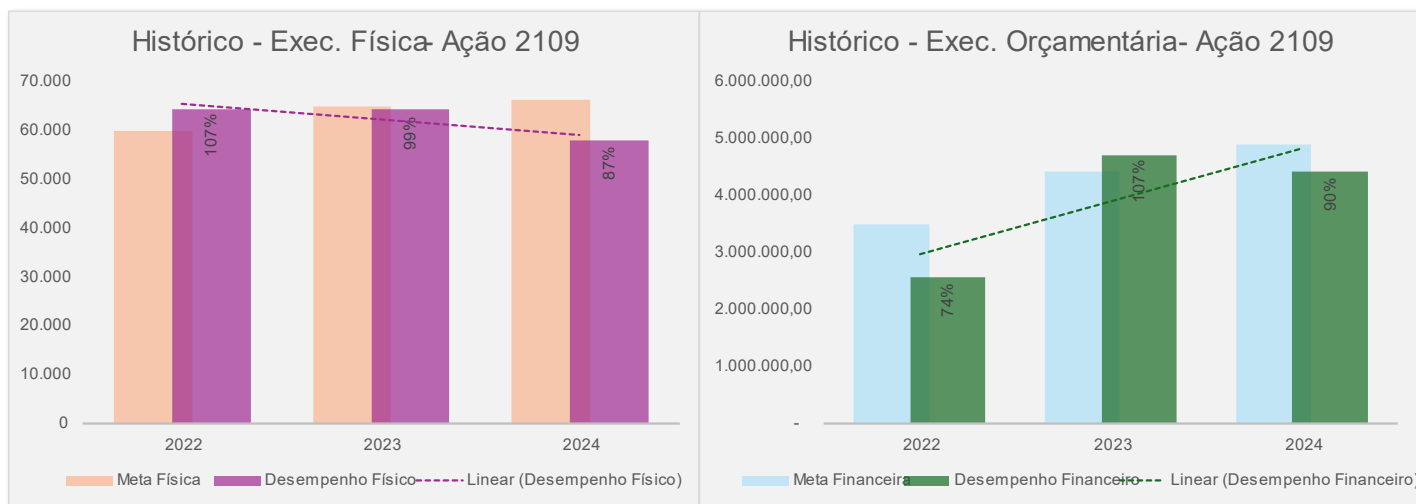
Fonte: SIGPlan

O bom desempenho físico e orçamentário apresentados refletiram a grande quantidade de entregas, pela EJEJ, de ações educacionais voltadas à capacitação e ao aperfeiçoamento de magistrados, servidores e demais colaboradores da instituição, bem como de ações de qualificação profissional, por meio dos cursos de pós-graduação ofertados pela EJEJ enquanto Escola de Governo do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, natureza alcançada pela instituição de ensino desde o ano de 2021, por meio do credenciamento obtido por meio da [Resolução da Secretaria de Estado de Educação – SEE-MG nº 4.690/2021](#), em que pese os resultados dessas últimas ações não sejam contempladas na meta física, em razão de ultrapassarem exercícios financeiros.

Com relação às ações educacionais de capacitação e aperfeiçoamento, com impacto direto na meta física estabelecida, foram realizadas **348 ações** - média de 29 ações por mês – conforme lista ora anexada ao presente relatório.

Por sua vez, analisando o desempenho histórico da ação, considerando os exercícios mais recentes, não obstante a manutenção de nível satisfatório no desempenho relativo da execução física, verifica-se uma tendência de diminuição da execução, em termos absolutos, para os próximos exercícios. De outro lado, considerando o histórico da execução orçamentária, verifica-se tanto a manutenção de um satisfatório desempenho relativo, quanto uma tendência de aumento, em termos absolutos, da execução para os próximos exercícios, conforme gráfico:

Gráfico 5 – Ação 2109 – Análise histórica de desempenho



Fonte dos dados: SIGPlan

Uma razão para esses movimentos históricos, especialmente referente à execução física, está relacionada ao aumento da taxa de evasão (relação entre matriculados e aprovados) das ações educacionais, sobretudo as presenciais, verificado após o período de emergência sanitária em razão da Covid-19, situação que, entretanto, tem sido monitorada e tratada pela EJEJ nos últimos anos.

2.5.1. Iniciativas Estratégicas vinculadas – IE 14 e IE 50

No âmbito do planejamento estratégico do TJMG, os recursos relacionados à Ação Orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas suportam, prioritariamente, as atividades da **Iniciativa Estratégica 14 – Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEJ ciclo 2021 a 2026 – Educação Institucional – Planos de Desenvolvimento Anuais (PDI-EJEJ – PDA)** e da **Iniciativa Estratégica 50 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEJ ciclo 2021 a 2026 – Programa de Pós-Graduações da EJEJ (PDI-EJEJ – PÓS)**, com as seguintes características:

Quadro 15 – Iniciativa Estratégica 14 – Atributos

IE 14 – PDI-EJEJ – Planos de Desenvolvimentos Anuais - PDA	
Unidade Gestora	2ª Vice-Presidência / EJEJ: Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP
Característica da iniciativa	Ação recorrente
Objetivos	Garantir o desenvolvimento de competências profissionais, integrando os processos de aprendizagem à estratégia institucional. Busca estabelecer uma formação que leve à mobilização de conhecimento, técnicas e comportamentos individuais e de equipe para a solução de situações-problema da realidade laboral, bem como para a implantação de projetos institucionais, com vistas à melhoria dos resultados e ao cumprimento dos objetivos estratégicos da organização.
Particularidades	O PDA, enquanto planejamento educacional anual (tático) da EJEJ, é composto de metas de desempenho próprias, divididas em: <ul style="list-style-type: none"> - Metas de oferta: medem a capacidade da EJEJ em ofertar ações educacionais estritamente pedagógicas, voltadas à capacitação profissional, em atendimento às necessidades educacionais levantadas junto às áreas do Tribunal; - Metas de impacto: medem a efetividade da oferta de ações educacionais pela EJEJ em relação à mudança e aos resultados esperados, pela Escola ou pelo Tribunal, com a formação ofertada; - Metas de eficácia: medem a qualidade das entregas educacionais ofertadas pela EJEJ, em termos de atendimento a padrões de qualidade educacional buscados pela Escola, de satisfação dos usuários, de devida implantação e consolidação da educação corporativa, dentre outros critérios, representando, de forma ampla, o cenário atual da educação promovida pela EJEJ.
Alinhamento Estratégico	
Macrodesafio	10 – Otimização da Gestão de Pessoas
Indicadores	10.1. Índice de cumprimento das metas definidas nos Planos de Desenvolvimento Anual – PDA.
Metas 2024	TJMG 48 – Alcançar, até dezembro de 2024, percentual médio de cumprimento (média ponderada) de, no mínimo, 85% com relação às metas previstas no PDA 2024

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

Quadro 16 – Iniciativa Estratégica 50 – Atributos
IE 50 – PDI-EJEF – Programa de Pós-Graduações da EJEF - PÓS

Unidade Gestora	2ª Vice-Presidência / EJEF: Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP
Característica da iniciativa	Programa incremental
Objetivos	Consolidar a Escola de Governo no rol das instituições de ensino voltadas à formação de agentes públicos integrantes do sistema de educação formal brasileiro, com a oferta de pós-graduações profissionais voltadas à qualificação de magistrados e servidores para atuação na realidade laboral do Tribunal.
Particularidades	A meta relacionada à iniciativa é monitorada de forma cumulativa (de 0% a 100%) em relação a todo o ciclo do atual PDI-EJEF (2021-2026), com a definição de patamares percentuais a cada ano considerado.
Alinhamento Estratégico	
Macrodesafio	10 – Otimização da Gestão de Pessoas
Indicadores	10.5. Taxa de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEF.
Metas 2024	TJMG 67 – Cumprir, até dezembro de 2024, 67% das etapas/entregas de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEF previstas para o período de 2021-2026.

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

Verifica-se que as iniciativas estratégicas vinculadas à Ação Orçamentária 2109 relacionam-se às principais ações para cumprimento dos objetivos e metas estratégicas definidos no [Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da EJEF para o sexênio de 2021 a 2026](#), tanto no que diz respeito à capacitação profissional / educação corporativa (objeto dos PDA), quanto à qualificação profissional por meio de Programa de Pós-Graduação (PÓS), atendendo, portanto, ao disposto no §1º do Art. 7º da [Resolução CNJ nº 159/2012](#).

Com efeito, o PDI-EJEF, derivado do Subsistema de Formação por competências do Programa de Gestão de Pessoas por Competências do TJMG, trata-se de documento de planejamento que estabelece a estratégia educacional do Tribunal, em desdobramento direto do planejamento estratégico da instituição e do [Projeto Pedagógico Institucional – PPI da EJEF](#).

Tanto os PDA quanto o PÓS visam, no longo prazo, ao alcance dos objetivos educacionais estratégicos definidos pelo PDI-EJEF para o cumprimento da Missão e a concretização da Visão de longo prazo da Escola, desenvolvendo-se a partir dos valores definidos para a educação do Tribunal, conforme o seguinte esquema gráfico apresentado no Mapa Estratégico do PDI-EJEF 2021-2026, o qual resume, de forma visual, a estratégia educacional do TJMG para o período:

Diagrama 5 – Mapa Estratégico PDI-EJEF 2021-2026

Mapa Estratégico PDI 2021-2026


Missão

Promover a produção, a articulação e a aplicação do conhecimento no âmbito do Poder Judiciário, através do desenvolvimento de competências de magistrados, servidores e demais colaboradores, do zelo pela seleção de pessoas por meio de suas competências e pela gestão documental e da informação do TJMG.


Visão

Ser reconhecida como paradigma de Escola de Governo, caracterizada pela eficiência, eficácia e efetividade de suas ações e pela sua contribuição para a realização da justiça e de sua integração à sociedade, de forma a promover a paz social, e para a garantia da eficiência administrativa do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.


Sociedade e Instituição

 Promover educação integral, permanente e humanística voltada ao bem-estar, à cidadania e à pacificação social


OE1

 Manter integração com a estratégia e normas do TJMG, CNJ, ENFAM, bem como com outras instituições públicas e privadas


OE2

 Alcançar o interior do estado, fazendo emergir a identidade regional através da consolidação da atuação dos Núcleos Regionais da EJEF

OE3


 Aprimorar as estratégias de comunicação interna e com os usuários das ações da EJEF

OE4


 Incentivar a pesquisa através de grupos de estudos relacionados aos diversos campos do saber e aplicada às diversas áreas de atuação do TJMG.

OE5


Programas de formação

 Promover, em processo de melhoria contínua, a formação inicial de magistrados e servidores, visando à sua integração ao Tribunal e à entrega de resultados.


OE6

 Promover, em processo de melhoria contínua, a formação continuada de magistrados e servidores, visando ao desenvolvimento de competências profissionais.


OE7

 Ministrar o ensino superior, promovendo pós-graduações profissionais, aos magistrados e servidores, visando à sua qualificação para o desempenho de suas funções.

OE8


 Promover a formação de gestores com o desenvolvimento de competências estratégicas e visando à melhoria dos resultados institucionais.

OE9


 Promover a formação de auxiliares da justiça em conformidade com os normativos aplicáveis e em parceria com as unidades interessadas do Tribunal.

OE10


Aprendizado e Crescimento

 Consolidar e ampliar o banco de docentes da EJEF, por meio da formação de formadores capazes de atuar em cursos oficiais.


OE11

 Consolidar e ampliar a educação a distância, de forma a garantir a abrangência, a diversidade e a inovação das soluções educacionais oferecidas.

OE12

 Garantir a eficiência e a eficácia dos processos da Escola por meio da capacitação do corpo técnico-administrativo, da gestão orçamentária e de processos e do acompanhamento dos resultados.

OE13

 Garantir e aprimorar a infraestrutura física, bibliotecária e tecnológica necessárias às atividades da Escola.

OE14

Valores

- ★ Foco no ser humano
- ★ Difusão do conhecimento institucional
- ★ Melhoria da qualidade de vida
- ★ Cooperação
- ★ Desenvolvimento e valorização
- ★ Inovação e melhoria contínua
- ★ Preservação da informação institucional
- ★ Responsabilidade socioambiental
- ★ Amplo acesso às informações da instituição

PDA 2024

O [Plano de Desenvolvimento Anual – PDA](#) da EJEJ trata-se do principal instrumento de planejamento educacional tático da Escola para cada exercício considerado, desdobrando a estratégia educacional (PDI) bem como o planejamento estratégico do Tribunal em objetivos educacionais anuais e indicadores e metas de desempenho (que, juntos, compõem o **Plano** propriamente dito), permitindo o monitoramento do alcance da tática estabelecida para o exercício. Além disso, é composto também por um **Portfólio** de ações educacionais a serem ofertadas no ano considerado, de acordo com o plano estabelecido e com as necessidades educacionais diagnosticadas para aquele exercício. As metas anuais a serem cumpridas com as ações ofertadas são definidas a partir de perspectivas relativas ao processo de oferta educacional pela Escola, podendo ser caracterizadas como Metas de Oferta (que medem a eficiência da relação entre as entradas/*inputs* e as saídas/entregas/*outputs* do processo), Metas de Eficácia (que medem a correção dos processos de transformação que geram os *outputs* do processo) e Metas de Impacto (que medem a efetividade dos *outputs* em relação aos resultados/*outcomes* buscados).

Para o exercício de 2024, as principais entregas do IE 14 – PDI-EJEJ – PDA 2024 foram:

Metas de Oferta:

- ★ **MO1 – Cumprimento do Portfólio:** Ofertar, até o final do ano, 100% das ações educacionais constantes do portfólio do PDA2024.
 - Cumprimento: 100% das ações educacionais do portfólio
 - Ações realizadas: lista de ações educacionais anexa.
- ★ **MO2 – Grupos de Estudos:** Iniciar, até o final do ano, mais 3 grupos de estudos da EJEJ, voltados à complementação da capacitação e à aplicação de conhecimentos referentes a temas críticos para a instituição.
 - Cumprimento: 66,7% (2/3 grupos iniciados)
 - Grupos iniciados: Grupo de Estudos – Direito Animal em Juízo; Grupo de Estudos – Responsabilidade civil e novas tecnologias.

Metas de Eficácia:

- ★ **ME 1 – Capacitações Estratégicas:** Ofertar até o final do ano, ao menos, uma nova ação/turma para atendimento a 100% das capacitações estratégicas definidas para o PDA 2024
 - Cumprimento: 75% (12/16 capacitações estratégicas)
 - Ações realizadas: Curso prático de Libras – Módulo I – Turma 2; Tribunal do Novo Juri; III Encontro Justiça em Rede contra a Violência Doméstica e Familiar – Protocolo Mineiro de Atuação; Discriminações positivas e as comissões complementares às autodeclarações de negras (os) e indígenas; Igualdade de Gênero: Julgar com perspectiva de gênero - Turma 2; Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes – Turma 16; Programa Nós – Formação Teórica e Prática – Turma 1/2024; Capacitação em acessibilidade – Módulo

Desenvolvimento; Programa Desenvolvimento ESG; Essência da Justiça Restaurativa; Inclusão Social e no trabalho de Pessoas com Deficiência – Turma 2/2024; Formação de expositores das Oficinas sobre o envelhecimento e suas repercussões no campo da Justiça – turma 1/2024.

- ✦ **ME 2 – Evasão:** Alcançar, até o final do ano, 15% de índice médio de evasão nas ações educacionais promovidas pela EJEJ (quanto menor melhor).
 - Cumprimento: 0% (26% de índice médio de evasão)

Metas de Impacto:

- ✦ **MI1 – Justiça 4.0:** Alcançar, até o final do ano, 100% de cumprimento médio das metas da estratégia de capacitação Justiça 4.0 definidas pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - Cumprimento: 27,1%
 - Ações realizadas: Sniper – capacitação para utilização – Turma 1/2024; Java Básico – Turma 1/2024; Sistema Nacional de Gestão de Bens – SNGB: Capacitação para utilização – turma 1/2024; BNMP 3.0 – Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – Turma 1; Fundamentos de Estatísticas para Ciência de Dados; BNMP 3.0 – Banco nacional de Medidas Penais e Prisões – Turma 2.
- ✦ **MI2 – Capacitações de magistrados:** Capacitar, até o final do ano, 287 magistrados por meio de ações educacionais com carga horária mínima de 20 horas.
 - Cumprimento: 100% (301/287 magistrados capacitados)
 - Ações realizadas: 35º ENCOR – Ouro Preto; Tribunal do Novo Júri; A Política Antimanicomial do Poder Judiciário; Provas Digitais; O Sistema brasileiro de precedentes e sua operacionalidade estratégica no TJMG - Turma 3; III Encontro Justiça em Rede contra a violência doméstica e familiar – Protocolo Mineiro de Atuação; Visão Geral dos requisitos públicos e do direito notarial e sua fiscalização – Turma 6; Formação de Formadores – Nível 2: Orientadores de prática jurisdicional supervisionada e de vitaliciamento; Processo Estrutural e o Tema 698 do STF; Crianças e adolescentes em situação de rua e o papel da justiça: promoção e garantia de direitos; Igualdade de Gênero: Julgar com perspectiva de gênero turma 2; Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes – Turma 16; Cooperação Judiciária – elementos e desafios; 14º Curso de Formação inicial de Juizes de Direito Substitutos; Aspectos Relevantes do Direito de Família – Turma 1/2024; Abuso do Direito de Ação e seu enfrentamento no contexto do TJMG – Turma 1/2024; Desdobramento do Planejamento Estratégico Aplicado – Turma 1/2024; Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça – Turma 1.
- ✦ **MI3 – Libras:** Capacitar, até o final do ano, 168 servidores em competências básicas na Linguagem Brasileira de Sinais – Libras.

- Cumprimento: 100% (188/168 servidores capacitados)
- Ações realizadas: Curso Prático de Libras – Módulo I – Turma 2.
- ★ **MI4 – Formações EJEJ**: Capacitar, até o final do ano, 60% dos servidores das áreas de formação da EJEJ em temas específicos para a sua atuação.
 - Cumprimento: 100% (37/53 ou 70% de servidores capacitados)
- ★ **MI5 – Núcleos Regionais da EJEJ**: Atender, até o final do ano, os 6 Núcleos Regionais restantes (ciclo 2022-2024) com ações educacionais *in loco*, exclusivas ou adaptadas às necessidades educacionais da respectiva região.
 - Cumprimento: 100% (6/6 Núcleos Regionais da EJEJ atendidos)
 - Ações realizadas: Oficina Jurídica e Gerencial – Varginha e São Lourenço; Oficina Jurídica e Gerencial – Contagem; Oficina Jurídica e gerencial – Diamantina; Oficina Jurídica e Gerencial – Manhuaçu; Oficina Jurídica e Gerencial – Patos de Minas; Oficina Jurídica e Gerencial – Teófilo Otoni.

Verifica-se, portanto, que os recursos da Ação Orçamentária 2109 priorizados para o PDA2024 garantiram a obtenção de resultados institucionais valiosos ao desenvolvimento de pessoas no TJMG, com um desempenho satisfatório da IE 14, conforme verificado no quadro resumido a seguir:

Quadro 17 – Iniciativa Estratégica 14 – Resultados

IE 14 – PDI-EJEJ – PAD – Desempenho – Exercício 2024

Andamento	Entregas do ano:	9 / 9 metas PDA2024 acompanhadas e concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	R\$ 7.333.339,00 (inclui despesas de honorários de magistrados e servidores docentes, fixadas nas ações 2053 e 2054 da UO 1031)
	Executado:	R\$ 5.050.476,34 (69%)
Monitoramento da Meta	Meta:	TJMG 48 – Alcançar, até dezembro de 2024, percentual médio de cumprimento (média ponderada) de, no mínimo, 85% com relação às metas previstas no PDA 2024
	Apuração:	85,6%

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

PÓS - EJEF

Por sua vez, o **Programa de Pós-Graduações da EJEF** trata-se de iniciativa destacada do planejamento educacional da Escola, com a finalidade de consolidar a EJEF enquanto Escola de Governo reconhecida em Minas Gerais e no Brasil por ações de qualificação profissional de qualidade, voltadas a magistrados e servidores do Poder Judiciário.

O programa é desenvolvido por etapas de planejamento e oferta de projetos de pós-graduação lato e stricto sensu, construindo um portfólio de cursos de qualificação profissional promovidos pela EJEF. Dessa forma, pelo cumprimento dessas etapas de implementação pré-definidas, entende-se que a Escola alcança de 0 a 100%, no período de 2021 a 2026, a consolidação fundamental de sua caracterização enquanto instituição de ensino superior, em cumprimento ao Objetivo Estratégico 8 do PDI-EJEF ciclo de 2021-2026.

No ano de 2024, foi concluído o planejamento e foi ofertado o terceiro curso de pós-graduação lato sensu da EJEF – o [Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Judiciária: pessoas, eficiência e inovação](#), voltado à qualificação profissional de magistrados e servidores do TJMG, bem como de gestores indicados pela Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais – REAP-MG, na modalidade semipresencial e com carga horária obrigatória mínima de 384 horas (incluindo Trabalho de Conclusão de Curso), podendo chegar a 408 horas na opção pela participação nos seminários temáticos, com previsão de encerramento em 2026.

Todavia, não foi possível concluir o desenvolvimento do projeto do quarto curso de pós-graduação, conforme etapa planejada para o exercício, uma vez que o referido curso precisou ser redefinido e reavaliado, considerando o diagnóstico de novas necessidades de estratégia educacional, sendo verificado que sua temática original (Direito de Família) seria mais bem aproveitada como componente curricular adicional de outros cursos de pós-graduação já ofertados pela EJEF.

Sendo assim, os recursos da Ação Orçamentária 2109 priorizados para o Programa de Pós-Graduações da EJEF garantiram a oferta de mais uma pós-graduação promovida pela Escola e o desempenho satisfatório (em que pese não total) da meta estabelecida para a IE 50 no exercício considerado, conforme pode ser verificado no demonstrativo a seguir:

Quadro 18 – Iniciativa Estratégica 50 – Resultados

IE 50 – PDI-EJEF – PÓS – Desempenho – Exercício 2024

Andamento	Entregas do ano:	2 / 3 etapas de consolidação previstas para 2024 concluídas
	Progresso:	65,6 % (de conclusão do programa de consolidação 2021-2026)
	Status da Iniciativa:	Em andamento.
Custeio	Previsto:	R\$ 185.294,00 (inclui despesas de honorários de magistrados e servidores docentes, fixadas nas ações 2053 e 2054 da UO 1031)
	Executado:	R\$ 168.716,55 (91%)
Monitoramento da Meta	Meta:	TJMG 67 – Cumprir, até dezembro de 2024, 67% das etapas/entregas de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEF previstas para o período de 2021-2026.
	Apuração:	65,6%

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

2.6. Ação 4395– Processamento Judiciário

Ação gerida no âmbito do FEPJ (UO 4031), nos termos dos incisos I, IV e VIII do art. 2º da [Lei Estadual nº 20.802/2013](#), com recursos priorizados para a execução de despesas, bem como programas e projetos que contribuem para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e da gestão administrativa do TJMG, de forma a obter os resultados institucionais desejados e dar cumprimento à identidade organizacional (missão, visão e valores) do Tribunal, contendo as seguintes características:

Quadro 19 – Ação 4395 – Atributos

Ação 4395 – Processamento Judiciário			
Função	02 – Judiciária		
Subfunção	61 – Ação Judiciária		
Identificador de Ação Governamental	0 – Demais projetos e atividades		
Finalidade	Destinar recursos para cumprimento das atribuições institucionais das ações referentes ao Programa Justiça Eficiente - PROJEF 5.0, além do atendimento aos feitos amparados pela Assistência Judiciária, da realização das atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da Infância e da Juventude (COINJ) e da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), das relacionadas ao aperfeiçoamento de juizados especiais, bem como das ações afetas à conciliação e às ações sociais, tendo como norte o incremento da celeridade na prestação jurisdicional e a redução da litigiosidade.		
Público-alvo	Magistrados, servidores, colaboradores da justiça, usuários da justiça de primeiro e segundo grau		
Produto	Processo baixado	Unidade de medida	Processo
Especificação do produto	Quantificação do número de processos baixados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.		
Meta física para 2024	3.126.478 processos baixados		
Meta financeira para 2024	R\$ 2.291.229.665,00		

Fonte: SIGPlan

Desempenho das metas

No ano de 2024, a ação em questão obteve desempenho satisfatório em sua execução física (96,14%), o que não foi acompanhando, entretanto pela sua execução orçamentária, que apresentou desempenho crítico (61,04%), gerando, por sua vez, índice de eficiência subestimado (1,58%), conforme pode ser verificado no seguinte demonstrativo:

Quadro 20 – Ação 4395 – Demonstrativo Analítico do Desempenho

Ação 4395 – Situação Orçamentária							
G.F.P.	Crédito Inicial (A)	Crédito Autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / Crédito autorizado % (C/B)	Liquidado / Crédito autorizado % (D/B)
3.24.1	45.434,00	45.434,00	25.005,99	25.005,99	20.428,01	55,04	55,04
3.60.1	1.060.712.021,00	1.054.884.620,95	312.785.452,67	312.785.452,67	742.099.168,28	29,65	29,65
3.60.2	120.000,00	120.000,00	87.190,16	87.190,16	32.809,84	72,66	72,66
3.61.1	55.687.869,00	55.687.869,00	52.152.529,28	52.152.529,28	3.535.339,72	93,65	93,65
3.70.1	664.363,00	664.363,00	604.955,01	604.955,01	59.407,99	91,06	91,06
3.77.1	1.048.415.292,00	1.048.415.292,00	1.009.747.220,73	1.009.747.220,73	38.668.071,27	96,31	96,31
4.47.1	3.680.070,00	3.680.070,00	0,00	0,00	3.680.070,00	0,00	0,00
4.60.1	97.000.000,00	65.413.391,00	582.766,33	582.766,33	64.830.624,67	0,89	0,89
4.77.1	24.904.616,00	24.904.616,00	22.514.899,31	22.514.899,31	2.389.716,69	90,40	90,40
Total	2.291.229.665,00	2.253.815.655,95	1.398.500.019,48	1.398.500.019,48	855.315.636,47	62,05	62,05

Ação 4395 – Análise da Execução							
Desempenho	Meta PPAG – Crédito Inicial (A)	Meta reprogramada – Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Dez (C)	Realizado Jan/Dez (D)	Realizado Jan/Dez / Meta PPAG % (D/A)	Realizado Jan/Dez / Meta reprogramada % (D/B)	Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez % (D/C)
Físico	3.126.478	3.009.176	3.126.478	3.005.781	96,14	99,89	96,14
Financeiro	2.291.229.665,00	2.253.815.655,95	2.291.229.665,00	1.398.500.019,48	61,04	62,05	61,04

Ação 4395 – Execução Regionalizada								
Região	Física				Orçamentária			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Região Intermediária de Barbacena	75.821	78.295	103,26	2,60	56.057.722,00	36.270.348,29	64,70	2,59
Região Intermediária de Belo Horizonte	1.279.158	1.255.392	98,14	41,77	925.424.114,00	584.759.339,38	63,19	41,81
Região Intermediária de Divinópolis	184.540	178.515	96,74	5,94	136.439.790,00	84.611.465,92	62,01	6,05
Região Intermediária de Governador Valadares	103.429	93.436	90,34	3,11	76.468.838,00	43.474.444,49	56,85	3,11
Região Intermediária de Ipatinga	118.338	104.520	88,32	3,48	87.490.884,00	49.045.185,17	56,06	3,51
Região Intermediária de Juiz de Fora	284.601	275.918	96,95	9,18	210.418.140,00	128.361.013,29	61,00	9,18

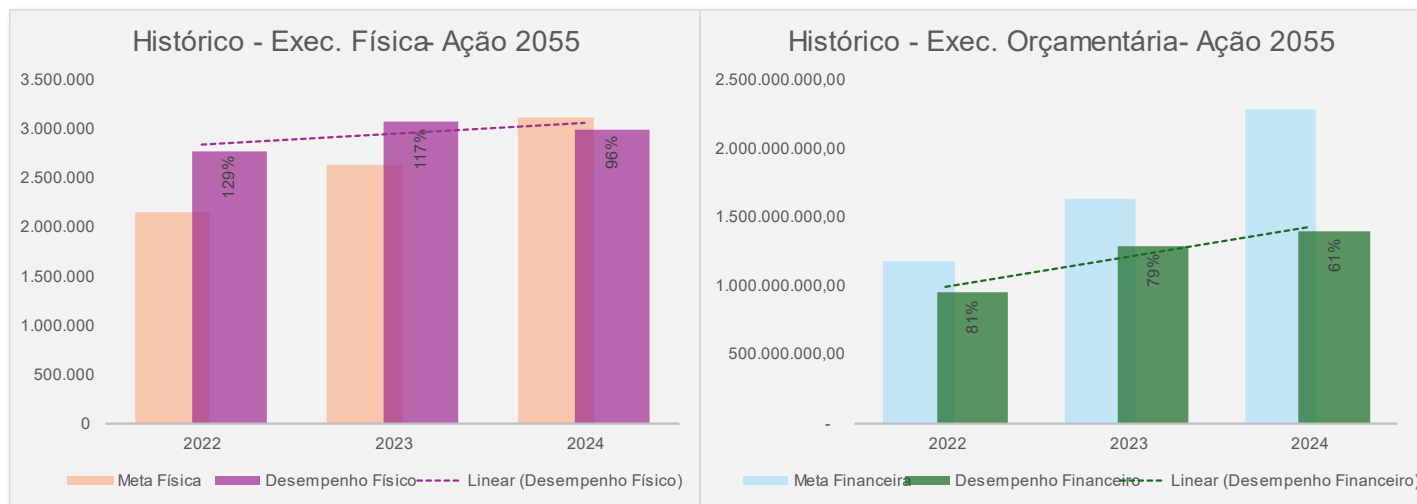
Região	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B / A %	Análise Vertical % (B)
Região Intermediária de Montes Claros	155.752	149.960	96,28	4,99	115.153.465,00	69.291.968,93	60,17	4,95
Região Intermediária de Patos de Minas	116.446	110.462	94,86	3,67	86.092.324,00	53.200.177,95	61,79	3,80
Região Intermediária de Pouso Alegre	171.354	170.194	99,32	5,66	126.694.237,00	78.335.317,25	61,83	5,60
Região Intermediária de Teófilo Otoni	116.138	103.631	89,23	3,45	85.867.492,00	48.563.837,96	56,56	3,47
Região Intermediária de Uberaba	121.210	110.761	91,38	3,68	89.614.347,00	50.766.071,53	56,65	3,63
Região Intermediária de Uberlândia	162.740	149.726	92,00	4,98	120.317.050,00	67.974.802,84	56,50	4,86
Região Intermediária de Varginha	236.951	224.971	94,94	7,48	175.191.262,00	103.846.046,48	59,28	7,43
Total	3.126.478	3.005.781	96,14	100,00	2.291.229.665,00	1.398.500.019,48	61,04	100,00

Fonte: SIGPlan

A relação subestimada entre a execução física e orçamentária da ação se justifica pela não realização de despesas que foram inicialmente previstas para as entregas relacionadas a projetos e atividades de gestão administrativa e de suporte à prestação jurisdicional no âmbito do TJMG, trazendo, com isso, baixo desempenho orçamentário.

Entretanto, a análise do desempenho histórico da ação, considerando os exercícios mais recentes, revela um cenário de aumento, em números absolutos, não só da execução física como também da execução orçamentária, não obstante, neste último caso, a verificação de uma queda no desempenho relativo (executado x programado) da meta financeira no último exercício considerado. Todavia, verifica-se uma tendência de aumento de ambas as execuções para os próximos exercícios, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Ação 4395 – Análise histórica de desempenho



Fonte dos dados: SIGPlan

2.6.1. Iniciativas Estratégicas vinculadas

Os recursos relacionados à Ação Orçamentária 4395 destinam-se, precipuamente, à execução de atividades, programas e projetos relacionados à prestação jurisdicional, visando, sobretudo o aumento da celeridade na tramitação dos processos e a diminuição da litigiosidade; bem como os relacionados à gestão administrativa e à governança judiciária do TJMG, com vistas à eficiência, otimização e simplificação operacional, ao fortalecimento da gestão e da autonomia administrativa e financeira da instituição, à melhoria da gestão de pessoas e à promoção da sustentabilidade. Além disso, também servem de suporte às ações de responsabilidade social do Tribunal, voltadas à ampliação da garantia dos direitos fundamentais e da relação do Poder Judiciário com a sociedade.

Nesse sentido, tais recursos suportam, de forma ampla, os fins de todas as demais iniciativas que compõem o Planejamento Estratégico do Tribunal, seja de forma direta, por meio da cobertura de despesas realizadas especificamente para o produto previsto, seja de forma indireta, garantindo os custos estruturais e de manutenção necessários ao cumprimento das atribuições institucionais das áreas judiciais e administrativas responsáveis pela execução dessas atividades, programas e projetos.

Entende-se que o objetivo final de todas essas atividades, tomadas de forma conjunta e integrada, é a melhoria no processamento judiciário, que diz respeito ao serviço precípua prestado pelo Poder Judiciário à sociedade, medido objetivamente por meio do produto estabelecido para a Ação 4395: a finalização de todo esse processamento com a baixa da ação judicial no TJMG (considerando ambas as Instâncias), o que marca a conclusão da prestação jurisdicional no âmbito estadual.

Não obstante, considerando a grande quantidade de iniciativas realizadas no âmbito do Planejamento Estratégico do TJMG, envolvendo as mais diversas áreas, serão apresentadas, a seguir, apenas as iniciativas estratégicas vinculadas a metas (nacionais ou institucionais) relacionadas ao aumento da celeridade processual e da eficiência jurisdicional, de forma a demonstrar as entregas que diretamente contribuirão para a redução da taxa de congestionamento, produto estabelecido para o monitoramento da Ação Orçamentária 4395.

Trata-se, portanto, das Iniciativas Estratégicas que visam atacar, sobretudo, os seguintes macrodesafios estabelecidos no Planejamento Estratégico do TJMG, dentro da perspectiva dos processos internos do Tribunal:

- ✳ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional (Macrodesafio 3);
- ✳ Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa (Macrodesafio 4)
- ✳ Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos (Macrodesafio 5);
- ✳ Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios (Macrodesafio 6);
- ✳ Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça (Macrodesafio 8);

Nesse sentido, apresentamos, a seguir e de forma resumida, informações sobre as principais Iniciativas Estratégicas nessa temática, listando-as de acordo com a sua numeração no Planejamento Estratégico do TJMG:

Quadro 21 – IEs – Celeridade processual e Eficiência jurisdicional

IE 3 – Projeto Virtualizar 5.0 – 2ª Instância		
Atributos		
Unidade Gestora	1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP	
Característica da iniciativa	Ação recorrente.	
Objetivos	O Programa Virtualizar 5.0 - 2ª Instância, consiste em um esforço de virtualização dos processos, para tramitação por meio eletrônico, visando a celeridade e modernidade da tramitação processual na segunda instância. Inclui o monitoramento do cadastro e distribuição dos casos novos que dizem respeito às matérias urgentes e não urgentes.	
Particularidades	Vinculado tanto a Metas Nacionais do CNJ quanto a metas institucionais do TJMG.	
Alinhamento Estratégico		
Macrodesafio	3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	
Indicadores	3.2. Índice de julgamento de processos antigos 3.36. Taxa de virtualização e indexação dos processos cíveis e criminais que aportarem fisicamente na Segunda Instância 3.37. Taxa de análise e distribuição de feitos que dizem respeito às matérias urgentes em até 24 horas 3.38. Taxa de análise e distribuição de feitos que dizem respeito às matérias não urgentes em até 24 horas.	
Metas 2024	CNJ 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2024: pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais. TJMG 87 – Virtualizar e indexar, em 2024, 100% dos processos cíveis e criminais aptos tecnicamente que aportarem fisicamente na Segunda Instância. TJMG 88 – Analisar e distribuir 95% dos feitos que dizem respeito às matérias urgentes em até 24 horas. TJMG 89 – Analisar e distribuir 95% dos feitos que dizem respeito às matérias não urgentes em até 24 horas após o cadastro e triagem.	
Resultados		
Andamento	Entregas do ano:	3 / 3 concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 87: 100% TJMG 88: 95% TJMG 89: 90%
Principais entregas	- Tramitação eletrônica dos casos novos oriundos da Primeira Instância por meio da digitalização daqueles que aportarem fisicamente no 2º Grau; - Atuação na virtualização e indexação de feitos cíveis e criminais que tramitam fisicamente: <ul style="list-style-type: none"> • 1585 processos virtualizados, totalizando 3.167 volumes. - Monitoramento do cadastro e distribuição dos casos novos que dizem respeito às matérias urgentes e não urgentes.	

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

IE 4 – Programa Agiliza-Jus
Atributos

Unidade Gestora	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD
Característica da iniciativa	Ação recorrente.
Objetivos	O Programa Agiliza-Jus consiste em um esforço para reduzir o estoque processual na segunda instância por meio da modernização dos procedimentos cartorários e judiciais, visando acelerar a prestação jurisdicional na Segunda Instância ao mesmo tempo em que visa assegurar o atendimento aos requisitos formais e legais necessários à distribuição, validação e regularização dos processos. Envolve a cooperação entre gabinetes e o acompanhamento sistemático e o monitoramento dos feitos contemplados pelas metas nacionais e institucionais junto aos gabinetes e cartórios e a consequente produção de relatórios mensais com informações sobre a tramitação processual na Segunda Instância.
Particularidades	Vinculado tanto a Metas Nacionais do CNJ quanto a metas institucionais do TJMG.

Alinhamento Estratégico

Macrodesafio	3 – Agilidade e produtividade na Prestação Jurisdicional 4 – Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa 6 – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios
Indicadores	3.2. Índice de julgamento de processos antigos 3.5. Índice de julgamento dos processos de feminicídio e relacionados à violência doméstica e familiar 3.7. Taxa de julgamentos monocráticos em até 60 dias - 2º Grau 3.8. Taxa de julgamentos colegiados em até 100 dias - 2º Grau. 3.9. - Índice de acórdãos publicados em até 10 dias. 3.24. Índice de julgamento de processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional. 3.46. Índice de julgamento de processos relacionados às ações ambientais, aos direitos das comunidades indígenas e aos direitos das comunidades quilombolas. 3.51. Índice de tramitação processual em até 60 dias 3.52. Índice de processos conclusos para o respectivo cartório em até 90 dias 6.1. Taxa de julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade em até 100 dias 6.3. Índice de priorização de ações coletivas 6.4. Taxa de julgamento de IRDR/IAC em até 280 (duzentos e oitenta) dias 6.5. Taxa de Juízo de admissibilidade de IRDR/IAC em até 90 (noventa) dias
Metas 2024	CNJ 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente CNJ 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2024: pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais CNJ 8 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 75% (setenta e cinco por cento) dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% (noventa por cento) dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022 CNJ 10 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 35% (trinta e cinco por cento) dos processos relacionados às ações ambientais; 35% (trinta e cinco por cento) dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas; e 35% (trinta e cinco por cento) dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2023 CNJ 11 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, no 1º Grau, 90% (noventa por cento) e, no 2º Grau, 100% (cem por cento) dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e

Juventude Cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias

TJMG 5 - Realizar, em 2024, 70% dos julgamentos monocráticos em até 60 dias (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias)

TJMG 6 - Realizar, em 2024, 70% dos julgamentos colegiados em até 100 dias (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias)

TJMG 7 - Publicar, em 2024, 95% dos acórdãos no prazo máximo de 10 dias após o julgamento dos processos

TJMG 29 - Julgar, em 2024, em até 100 dias, 80% dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos após trânsito em julgado do tema - 2º Grau (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias).

TJMG 59 - Julgar, até 31/12/2024, 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2022 no 2º Grau.

TJMG 91 - Movimentar 95% do acervo processual em prazo inferior a 60 dias

TJMG 113 – Exercer, em 2024, o juízo de admissibilidade em 100% dos IRDRs/IACs em até 90 dias após a distribuição do requerimento.

TJMG 115 - Devolver para o respectivo cartório 95% dos processos conclusos no prazo de até 90 dias, contado da data da conclusão

TJMG 118 – Julgar, em 2024, 80% IRDRs/IACs em até 280 dias após a admissão, (desconsiderado o tempo médio de permanência em carga a advogados ou órgãos externos - 25 dias).

Resultados

Andamento	Entregas do ano:	5 / 5 concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 5: 64%
		TJMG 6: 61%
		TJMG 7: 99%
		TJMG 29: 75%
		TJMG 59: 98%
		TJMG 91: 100%
		TJMG 113: 67%
		TJMG 115: 94%
		TJMG 118: 0% (considerando o ano como um todo)
Principais entregas	- Gabinetes sem resíduos processuais. Modernização e atualização dos procedimentos cartorários e judiciais (Estoque Zero).	
	- Cooperação entre gabinetes (mutirões de cooperação).	
	- Acompanhamento sistemático e monitoramento dos feitos contemplados pelas metas nacionais e institucionais junto aos gabinetes e cartórios.	
	- Controle sistemático dos feitos paralisados que não por motivos legais, em especial os feitos que se encontram conclusos e dos feitos passíveis de terem sua tramitação processual atualizada.	
	- Produção de relatórios mensais com informações sobre a tramitação processual na Segunda Instância.	

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

IE 5 – Esforço Concentrado para Elevar o IPC-Jus do TJMG
Atributos

Unidade Gestora	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR
Característica da iniciativa	Ação recorrente.
Objetivos	<p>O programa possui 3 frentes de ações principais, cujos objetivos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Redução de processos paralisados: Identificar, monitorar e impulsionar os processos paralisados há mais de 100 dias na primeira instância com o objetivo de promover a sua regularização ou tramitação. 2. Redução de mandados judiciais em atraso: Identificar, monitorar e impulsionar os mandados judiciais de posse dos Oficiais de Justiça, com atraso, para promover o seu cumprimento e devolução à unidade judiciária; <p>obs.: Impulsionar deve ser entendido como qualquer movimentação realizada por um magistrado nos processos da Meta.</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Processos aptos para serem julgados e baixados: Identificar e monitorar os processos aptos para serem julgados e baixados, em razão do (i) falecimento do imputado como autor do fato, (ii) pela ocorrência da prescrição da pretensão socioeducativa (Súmula 338 do STJ) ou (iii) por ter o representado completado 21 anos de idade (extinção obrigatória), e organizar a atuação das unidades judiciárias para a realização desses julgamentos e baixas.
Particularidades	Vinculada ao Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-Jus do CNJ, apurado ao final de cada ano.

Alinhamento Estratégico

Macrodesafio	3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Indicadores	<p>3.2. Índice de julgamento de processos antigos</p> <p>3.3. Índice de redução da taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento</p> <p>3.5. Índice de julgamento dos processos de feminicídio e relacionados à violência doméstica e familiar</p> <p>3.10. Taxa de redução do estoque de processos aptos a serem baixados ou julgados e Baixados</p> <p>3.11. Taxa de redução de processos paralisados</p> <p>3.12. Taxa de redução de mandados judiciais em atraso</p> <p>3.13. Taxa de congestionamento das ações de execução cível (Justiça comum)</p> <p>3.14. Taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento no 1º grau</p> <p>3.15. Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal municipal</p> <p>3.24. Índice de julgamento de processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional.</p> <p>3.46. Índice de julgamento de processos relacionados às ações ambientais, aos direitos das comunidades indígenas e aos direitos das comunidades quilombolas.</p>
Metas 2024	<p>CNJ 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente</p> <p>CNJ 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2024: pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais</p> <p>CNJ 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%</p> <p>CNJ 8 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 75% (setenta e cinco por cento) dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% (noventa por cento) dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022</p> <p>CNJ 10 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 35% (trinta e cinco por cento) dos processos relacionados às ações ambientais; 35% (trinta e cinco por cento) dos processos relacionados aos</p>

direitos das comunidades indígenas; e 35% (trinta e cinco por cento) dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2023

CNJ 11 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, no 1º Grau, 90% (noventa por cento) e, no 2º Grau, 100% (cem por cento) dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias

TJMG 8 - Reduzir, até 31/12/2024, em 50% o estoque dos processos aptos a serem julgados e baixados na Primeira Instância, em relação ao ano anterior.

TJMG 9 - Reduzir, até 31/12/2024, em 40% os processos paralisados há mais de 100 dias na Primeira Instância, sem motivo legal, em relação ao ano anterior.

TJMG 10 - Reduzir, até 31/12/2024, em 50% os mandados judiciais em atraso na Primeira Instância.

TJMG 11 - Reduzir, até 31/12/2024, para 70% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução cível (Justiça Comum).

TJMG 12 - Reduzir, até 31/12/2024, para 70% a taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento (Justiça Comum).

TJMG 13 - Reduzir, até 31/12/2024, para 60% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal.

Resultados

Andamento	Entregas do ano:	3 / 3 concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 8: 11,3%
		TJMG 9: 28,6%
		TJMG 10: 10,2%
		TJMG 11: a apuração não foi possível
		TJMG 12: a apuração não foi possível
TJMG 13: a apuração não foi possível		
Principais entregas	- Julgamento e/ou baixa em processos selecionados com falecimento do imputado como autor do fato; com prescrição da pretensão socioeducativa (Súmula 338 do STJ); com representado ou imputado como autor de ato infracional maior de 21 anos de idade, limite para aplicação da medida socioeducativa (extinção obrigatória).	
	- Cumprimento de mandados judiciais selecionados como em poder de Oficial de Justiça além do prazo legal.	
	- Impulsioneamento de processos selecionados como paralisados há mais de 100 dias, na 1ª instância.	

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

IE 6 – Programa Pontualidade 5.0
Atributos

Unidade Gestora	Presidência
Característica da iniciativa	Programa recorrente.
Objetivos	Atuar em regime de cooperação nas unidades judiciárias de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais que apresentem elevado acervo processual pendente de atos judiciais e de ofício, abarcando a participação em audiências de conciliação, mediação e a prática de outros atos auto compositivos, inclusive mediante mutirões, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional. O Programa Pontualidade 5.0 atua, de forma contínua, em regime de cooperação com as unidades judiciárias da Justiça Comum de Primeira e Segunda Instâncias: I - através dos "Núcleos de Justiça 4.0" instituídos no âmbito do Tribunal de Justiça; II - mediante atuação de juízes de direito e desembargadores cooperadores, na forma da Resolução do Órgão Especial do TJMG nº 945, de 13 de novembro de 2020.
Particularidades	Vinculado tanto a Metas Nacionais do CNJ quanto a metas institucionais do TJMG.

Alinhamento Estratégico

Macrodesafio	3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional 5 – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos
Indicadores	3.1. Índice de julgamento de processos de conhecimento. 3.2. Índice de julgamento de processos antigos 3.3. Índice de redução da taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento 3.5. Índice de julgamento dos processos de feminicídio e relacionados à violência doméstica e familiar. 3.34. Número de audiências, sentenças, decisões e despachos proferidos, em processos cíveis e criminais, em caráter de cooperação no Programa Pontualidade 5.0. 5.1. Índice de Conciliação
Metas 2024	CNJ 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente CNJ 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2024: pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais. CNJ 3 - Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação. CNJ 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%. CNJ 8 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022. TJMG 85 - Proferir, em 2024, 60.000 atos (audiências, sentenças, decisões e despachos), em processos cíveis e criminais, em caráter de cooperação no Programa Pontualidade 5.0.

Resultados

Andamento	Entregas do ano:	6 / 6 concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 85: 71.818 atos

Principais entregas	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperação (PROJEF) de juízes, nos termos da Resolução 945/2020; - Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Cível; - Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Criminal; - Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária (Brumadinho); - Cooperação através da CEMES - Central de Execução de Medidas de Segurança 4.0; - Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 - Fazenda Pública.
----------------------------	--

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

IE 7 – Programa de estruturação de políticas públicas autocompositivas de solução de conflitos

Atributos

Unidade Gestora	3ª Vice-Presidência: Superintendência da Gestão da Inovação
Característica da iniciativa	Programa recorrente.
Objetivos	Fomentar e ampliar a utilização dos métodos adequados de solução de conflitos, contribuindo para a desjudicialização e promovendo a cultura da paz e o acesso à justiça, em conflitos de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social. As iniciativas abrangidas pelo programa são:
Particularidades	<p>Abrange as iniciativas: a) REURB: Regularização Fundiária Urbana: A iniciativa tem como objetivo propiciar a cooperação, institucional e interinstitucional deste Tribunal, dentro de suas atribuições legais, destinada ao planejamento e à execução de ações referentes à temática da regularização fundiária no âmbito do Estado de Minas Gerais. b) Justiça Itinerante por instalação física: A Justiça Itinerante está regulamentada pela Resolução 632/2010 e tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça, levando aos municípios que não são sedes de comarca a estrutura judiciária necessária ao atendimento dos jurisdicionados ali residentes, em especial àqueles desprovidos de condições financeiras e/ou físicas para o seu deslocamento. Trata-se, no caso, de uma iniciativa onde por solicitação dos magistrados é analisada a possibilidade da abertura de espaço físico para prestação dos serviços judiciários em municípios distantes da sede da Comarca. O TJMG passa a contar, a partir da formalização do convênio, com espaço físico fixo oferecido pelo Município distante da sede, com o objetivo de que esse espaço possa sediar expediente forense, bem como receber os serviços judiciários na forma da legislação de regência. c) Destrava Minas – Avante: A iniciativa tem por objetivo promover o apoio do TJMG ao Programa que busca soluções pacificadoras para a retomada de obras públicas no estado de Minas Gerais paralisadas por problemas relacionados a questões ambientais ou estruturais, suspensas por liminares judiciais, no âmbito do TJMG, ou por entrave procedimental. A solução para as obras públicas paralisadas em Minas Gerais virá por meio da conciliação e da mediação. Destrava Minas 853 Busca propor medidas de autocomposição para que obras públicas municipais paralisadas por alguma medida judicial sejam retomadas. A conciliação e a mediação são formas de se fomentar o acordo e destravar esses processos, dando sequência às obras que são muito importantes para os municípios mineiros; d) Conciliação em Domicílio: Proporcionar ao cidadão mais uma oportunidade para a autocomposição, ampliando o acesso à justiça; e) Paternidade para todos: O projeto tem por atividade precípua garantir a todos o nome do pai nos registros de nascimento, desde que a questão possa ser resolvida voluntariamente. Abrange também o procedimento de averiguação de paternidade previsto na Lei Federal nº 8560/92. Os exames de DNA são custeados pelo TJMG. Trata-se de procedimentos pré-processuais.</p>

Alinhamento Estratégico

Macrodesafio	2 – Ampliação da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade 5 – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos
Indicadores	2.4. Número de ações de itinerância efetivamente realizadas. 5.1. Índice de Conciliação 5.6. Taxa de aumento de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade tratados no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs no setor pré-processual ou no programa Paternidade para Todos

	<p>5.9. Percentual de sessões agendadas nos CEJUSCs.</p> <p>5.10. Número de comarcas atendidas com a Justiça Restaurativa.</p>
Metas 2024	<p>CNJ 3 - Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.</p> <p>TJMG 27 - Aumentar, em 2024, 5% no número de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade em relação ao ano anterior.</p> <p>TJMG 97 - Aumentar, em 2024, uma média de pelo menos 3% no número de sessões agendadas nos CEJUSCs em relação ao ano anterior.</p> <p>TJMG 98 - Realizar, em pelo menos 20% das comarcas, iniciativas de Justiça Restaurativa no ano de 2024.</p> <p>TJMG 100 - Promover, por ação própria ou mediante parceria com outros órgãos internos e externos ao TJMG, o oferecimento de serviços de itinerância em pelo menos 30 ações até dezembro de 2024.</p>

Resultados

Andamento	Entregas do ano:	5 / 5 concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 27: 12,6%
		TJMG 97: -13,3%
		TJMG 98: 61,7%
		TJMG 100: 33 ações
Principais entregas	<p>- Conciliação em domicílio: Em 2024, os oficiais de justiça cadastrados atuaram em 31 processos, dos quais 29 resultaram em acordos. Também foram abertas duas novas turmas do curso “Ferramentas autocompositivas para Oficiais e Oficiais de Justiça”, com 489 alunos matriculados.</p> <p>- Justiça Itinerante: 19 convênios vigentes em 13 comarcas, beneficiando 19 municípios. Além disso, foram agendadas 801 audiências, das quais 444 foram realizadas, resultando em 255 acordos e 522 atos diversos (encaminhamentos, nomeação de dativos, comparecimento mensal ao SUSI).</p> <p>- Expansão do Projeto Paternidade Para Todos: Publicada, em 25/06/2024, a Portaria nº 3988/2024 que dispõe sobre a expansão do Projeto Paternidade para Todos para os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs das comarcas de Barão de Cocais, Betim, Bocaiúva, Carangola, Contagem, Diamantina, Governador Valadares, Itabira, Juatuba, Minas Novas, Muriaé, Oliveira, Rio Preto e Uberlândia. No âmbito do referido projeto foram realizados 573 exames de DNA extrajudiciais.</p>	

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

IE 52 – Núcleo de Justiça 4.0 – 2ª Instância
Atributos

Unidade Gestora	1ª Vice-Presidência: Superintendência Judiciária
Característica da iniciativa	Projeto.
Objetivos	Promover a correção de distorções de distribuição de processos em segunda instância, em razão de problemas diversos relativos à definição de competência de órgãos julgadores; ampliação do índice de cumprimento das metas do CNJ aplicáveis à segunda instância do TJMG; redução do índice de congestionamento em segunda instância; redução significativa do tempo médio de tramitação processual, em segunda instância; redução de taxas de congestionamento processual decorrentes de prevenção de determinado desembargador ou órgão julgador que envolva grande número de processos; redução do número de processos paralisados em gabinetes, especialmente com a meta de atingir taxa zero de processos paralisados há mais de cem dias.
Particularidades	A iniciativa não está ligada diretamente a nenhuma meta, mas contribui para Metas Nacionais do CNJ quanto para metas institucionais do TJMG.

Alinhamento Estratégico

Macrodesafio	3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Indicadores	3.1. Índice de julgamento de processos de conhecimento 3.2. Índice de julgamento de processos antigos 3.8. Taxa de julgamentos colegiados em até 100 dias – 2º Grau
Metas 2024	(contribuição) CNJ 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. CNJ 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2024: pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º Grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais. TJMG 6 - Realizar, em 2024, 70% dos julgamentos colegiados em até 100 dias (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias).

Resultados

Andamento	Entregas do ano:	1 / 1 concluída
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 6: 61%
Principais entregas	- Instalação dos Cartórios de Apoio aos Núcleos de Justiça 4.0 da 2ª Instância – Portaria Conjunta nº 1.589/PR/2024 .	

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

IE 85 – Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias – Implantação do piloto da Central de Processos Eletrônicos (CPE) de Turmas Recursais
Atributos

Unidade Gestora	Presidência.
Característica da iniciativa	Projeto
Objetivos	Realizar a implantação de um piloto da Secretaria de Processos Eletrônicos e Centrais de Processos Eletrônicos na Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, conforme dispõe a Resolução nº 1055/2023, com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional, dando uma resposta mais rápida e efetiva à população.
Particularidades	O projeto faz parte do Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias. A CPE tem como objetivo impulsionar a tramitação de processos eletrônicos, dando suporte aos juízes de direito no cumprimento de atos judiciais, trazendo mais celeridade na prestação jurisdicional em razão da especialização das atividades.

Alinhamento Estratégico

Macrodesafio	3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Indicadores	3.53. Percentual de execução do Plano de Implantação do Piloto da Central de Processos Eletrônicos – CPE de Turmas Recursais.
Metas 2024	TJMG 119 - Implantar o Piloto da Central de Processos Eletrônicos - CPE de Turmas Recursais, na 1ª e 2ª Turmas Recursais do Grupo Jurisdicional de Montes Claros, no 1º semestre de 2024.

Resultados

Andamento	Entregas do ano:	20 / 20 concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 119: 100% (considerando a implantação da CPE em abril/2024)
Principais entregas	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento dos fluxos de processos de trabalho da Secretaria e do Gabinete da Turma Recursal Exclusiva de Belo Horizonte, Contagem e Betim; - Análise do processo de trabalho da Turma Recursal de Montes Claros; - Desenvolvimento de fluxo de trabalho para a CPE; - Desenvolvimento de painéis de acompanhamento; - Instalação da CPE Turmas Recursais – Portaria Conjunta nº 1.545/PR/2024. - Acompanhamento da implantação do projeto piloto. 	

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

IE 87 – Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias – Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais - eproc – 1ª fase
Atributos

Unidade Gestora	Presidência.
Característica da iniciativa	Programa.
Objetivos	Implantar o Sistema de Processo Judicial Eletrônico – eproc, com o objetivo de agilizar e modernizar o Poder Judiciário mineiro, permitindo que toda a tramitação do processo judicial seja

	realizada de forma eletrônica, tanto na Primeira quanto na Segunda Instância, de forma integrada e com acesso via internet a partir de qualquer dispositivo
Particularidades	O projeto faz parte do Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias. Nesta primeira fase (projeto piloto), o eproc será implantado: a) na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais; b) na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte; c) na Central de Cumprimento de Sentença - CENTRASE/Fazendária da Comarca de Belo Horizonte; d) na 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 19ª Câmaras Cíveis de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG; e e) na Assessoria de Precatórios – ASPREC.

Alinhamento Estratégico

Macrodesafio	3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Indicadores	3.1. Índice de julgamento de processos de conhecimento 3.54. Número de Varas de Feitos Tributários de Minas Gerais e de Belo Horizonte e Central de Cumprimento de Sentença, na Primeira Instância, com eproc instalado. 3.55. Número de Câmaras Cíveis de Direito Público e Assessoria de Precatórios, na Segunda Instância, com eproc instalado
Metas 2024	CNJ 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. TJMG 121 - Instalar, em 2024, o eproc na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais; na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte, abarcando todas as classes processuais de competência dessas unidades judiciárias, com exceção da Carta Precatória de Execução Fiscal; e na Central de Cumprimento de Sentença - CENTRASE/Fazendária da Comarca de Belo Horizonte, envolvendo somente a expedição do ofício precatório para a tramitação no eproc do Segundo Grau, sob a gestão da Assessoria de Precatórios - ASPREC. TJMG 122 - Instalar, em 2024, o eproc na 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 19ª Câmaras Cíveis de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, abarcando os recursos interpostos nas ações iniciadas no eproc; na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais e na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte, abarcando as ações de competência originária em matéria fiscal e tributária; e, por fim, na Assessoria de Precatórios - ASPREC.

Resultados

Andamento	Entregas do ano:	18 / 18 concluídas
	Progresso:	100 %
	Status da Iniciativa:	Concluída.
Custeio	Previsto:	Sem custeio direto informado.
	Executado:	Sem custeio direto informado.
Monitoramento da Meta	Apuração:	TJMG 121: 5 unidades com eproc instalado
		TJMG 122: 8 unidades com eproc instalado
Principais entregas	<ul style="list-style-type: none"> - Configuração, parametrização e integração do eproc com sistemas correlatos; - Configuração de integração do eproc com entes externos (Defensoria Pública e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Procuradoria Geral do Município e Auditoria Geral do Estado); - Capacitação dos usuários. 	

Fonte: Portal da Transparência TJMG - Relatório de Monitoramento de Iniciativas Estratégicas e Relatório de Monitoramento de Metas Estratégicas – Planejamento Estratégico de 2024

2.6.2. Cumprimento das metas nacionais vinculadas

O cumprimento da meta física estabelecida para a Ação Orçamentária 4035 – Processamento Judiciário está relacionado ao cumprimento, por parte do TJMG, de algumas Metas Nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas e monitoradas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos da [Resolução CNJ nº 325/2020](#).

Conforme o [Painel Justiça em Números](#) daquele Conselho, os resultados do TJMG em tais metas no exercício de 2024 foram os seguintes:

Quadro 22 – Metas Nacionais do Poder Judiciário – Resultados TJMG

Meta	Descrição	Cumprimento da meta pelo TJMG
CNJ 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.	118,77%
CNJ 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)	Identificar e julgar até 31/12/2024: <u>Justiça Estadual</u> : pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais.	1º grau: 105,89% 2º grau: 86,43% Juizados e Turmas: 102,52% Antigos: 95,52%
CNJ 3 – Estimular a conciliação	Justiça Estadual: Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação (IC).	100%
CNJ 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	Identificar e julgar até 31/12/2024: <u>Justiça Estadual</u> : 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2020, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	133,52%
CNJ 5 – Reduzir a taxa de congestionamento	Justiça Estadual: Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira: 56%.	86,52%*
CNJ 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres	Justiça Estadual: 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2022 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2022.	Violência Doméstica e Familiar: 92,47% Feminicídio: 109,64%
CNJ 10 – Impulsionar os processos de ações ambientais e os processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas	Justiça Estadual: Identificar e julgar, até 31/12/2024, 35% dos processos relacionados às ações ambientais, 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2023.	Ambiental: 124,03% Indígenas: - Quilombola: 285,71%
CNJ 11 – Promover os direitos da criança e do adolescente	Justiça Estadual: Identificar e julgar, até 31/12/2024, no 1º grau, 90%, e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias	1º grau: 83,19% 2º grau: 97,77%

Fonte: Painel Justiça em Números CNJ – atualização de 12/03/2025 – dados de referência de 31/12/2024.

3. INFORMAÇÕES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (UO 4031 – FEPJ)

(Anexo V, Item 3, “d” e “e”, da Decisão Normativa nº 01/2025)

3.1. Proposta Orçamentária para o exercício de 2024

O TJMG, enquanto órgão do Poder Judiciário Mineiro e, portanto, com autonomia financeira assegurada pelo art. 99 da [Constituição da República Federativa do Brasil](#) e pelo art. 97 da [Constituição do Estado de Minas Gerais](#), realiza, por si próprio, o planejamento e a execução de suas receitas e despesas orçamentárias.

Nos termos do art. 5º da [Lei Estadual nº 20.802/2013](#), o TJMG também é o gestor e o agente executor do Fundo Especial do Poder Judiciário – FEPJ, sendo responsável, entre outras coisas, pela aprovação da proposta orçamentária e do cronograma financeiro de receita e despesa do fundo (inciso II).

Nesse sentido, a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o orçamento do exercício de 2024 foram realizadas em atenção às diretrizes contidas na [Lei Estadual nº 24.404/2023](#) (Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais - LDOMG para o exercício de 2024), a partir das informações levantadas junto às diversas áreas do Tribunal.

Finalizada a sua elaboração, a Proposta Orçamentária da UO 4031 – FEPJ foi aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal, na Sessão Extraordinária do dia 30 de agosto de 2023, sendo, ato contínuo, encaminhada ao Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo subsidiado a elaboração da [Lei Estadual nº 24.678/2024](#) (Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais - LOAMG para o exercício de 2024)

3.1.1. Fontes de recursos e estimativa de receitas

Os recursos para financiamento das despesas programadas para a UO 4031 são distribuídos entre as seguintes fontes, evidenciadas, no quadro a seguir, por suas respectivas procedências:

Quadro 23 – Fontes de recurso e indicadores de procedência – UO 4031

UO 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais		
Fonte	Detalhamento	Identificador de Procedência e Uso - IPU
24 – Convênios com a União e suas entidades – exceto emendas individuais e de bancada	Recursos proveniente de convênios, acordos, e ajustes firmados exclusivamente com a União e suas entidades, que não sejam decorrentes de emendas parlamentares individuais e de emendas parlamentares de bancada.	1 – Recursos recebidos para execução direta das unidades orçamentárias
47 – Alienação de bens de entidades estaduais	Recursos provenientes de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio das entidades estaduais.	1 – Recursos recebidos para execução direta das unidades orçamentárias
60 – Recursos diretamente arrecadados	Recursos que têm origem no esforço próprio de arrecadação do órgão	1 – Recursos recebidos para execução direta das unidades orçamentárias
		2 – Recursos recebidos de outra Unidade Orçamentária do Orçamento Fiscal para livre utilização
		7 – Recursos recebidos para auxílios
		8 – Recursos recebidos para emendas parlamentares
61 – Recursos diretamente arrecadados com vinculação específica	Recursos diretamente arrecadados através de legislação específica.	1 – Recursos recebidos para execução direta das unidades orçamentárias
70 – Convênios com os Municípios	Recursos provenientes de convênios ou acordos firmados com os municípios para realização de objetivos de interesse comum.	1 – Recursos recebidos para execução direta das unidades orçamentárias
77 – Taxa de fiscalização judiciária e taxas e multas judiciais	Recursos provenientes de atos extrajudiciais (taxa de fiscalização judiciária) e de atos judiciais (custas judiciais, custas judiciais do Juizado Especial, taxa judiciária, multas fixadas por decisões judiciais), nos termos do art. 3º, II, III, IV e XI da Lei Estadual nº 20.802/2013.	1 – Recursos recebidos para execução direta das unidades orçamentárias

Fonte: LOA 2024 (Volume IIA)

Por sua vez, a estimativa original das receitas para a UO 4031 no exercício de 2024 é apresentada no quadro abaixo:

Quadro 24 – Estimativa de receitas – exercício 2024 – UO 4031

UO 4031 – Funde Especial do Poder Judiciário				
UO	Fonte	Código	Especificação	Acumulado
4.03.1 – FEPJ	60	1311.02.1.1.01.000	Conc. Perm. Autor. Cessão Dir. Uso Bens Imóv. Pub. - Princ. Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	1.520.578
		1321.01.0.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários - Princ.	740.121.739
		1361.01.1.1.01.000	Cessão Dir. Operac. Pag. Poderes Executivo Legislativo - Princ. - Folha de Pessoal	63.849.261
		1611.01.0.1.01.000	Serviços Adm. Comerc. Ger. - Princ. - Administração de Depósitos Judiciais	414.366.667
		1611.01.0.1.13.000	Serviços Adm. Comerc. Ger. - Princ. - Fotocópias e Cópias Heliográficas	6.000
		1611.01.0.1.23.002	Serviços Adm. Comerc. Ger. - Princ. - Poder Judic. - Despesas processuais	25.842.649
		1611.01.0.2.23.002	Serviços Adm. Comerc. Ger. - MJM - Poder Judic. - Despesas Processuais	576
		1611.01.0.3.23.002	Serviços Adm. Comerc. Ger. - DA - Poder Judic. - Despesas Processuais	2.427.766
		1611.01.0.4.23.002	Serviços Adm. Comerc. Ger. - DA-MJM - Poder Judic. - Despesas Processuais	241.426
		1611.02.0.1.01.000	Inscrição Concursos Processos Seletivos - Princ.	1.064.000
		1699.99.0.1.01.000	Outros Serviços - Princ.	6.000
		1911.01.0.1.08.001	Multas Legis. Específica - Princ. - Multa Adm. Disciplinar - Notários Registradores - Princ.	504.417
		1911.01.0.1.08.002	Multas Legis. Específica - Princ. - Multa Adm. Disciplinar - Notários Registradores - Correção Monetária	10.306
		1911.01.0.2.08.001	Multas Legis. Específica - MJM - Multa Adm. Disciplinar - Notários Registradores - Princ.	1.955
		1911.01.0.3.08.001	Multas Legis. Específica - DA - Multa Adm. Disciplinar - Notários Registradores	6.000
		1911.09.0.1.99.000	Multas Juros Previstos Contratos - Princ. - Demais	4.546.048
		1911.09.0.3.99.000	Multas Juros Previstos Contratos - DA	613.322
		1921.99.0.1.99.000	Outras Indenizações - Princ. - Demais	6.000
		1922.99.0.1.99.000	Outras Restituições - Princ. Demais	6.000
		1999.99.2.1.09.001	Outras Rec. - Primárias - Princ. - Excedente Teto Interinos - Princ.	166.729.638
		1999.99.2.1.09.002	Outras Rec. - Primárias - Princ. - Excedente Teto Interinos - Correção Monetária	44.411
		1999.99.2.2.09.001	Outras Rec. - Primárias - MJM - Excedente Teto Interinos - Princ.	95.566
		1611.04.0.1.05.000	Serviços de Informação Tecnologia - Princ - Processamento das Consignações da Folha de Pessoal	2.091.417
		7311.02.1.1.01.000	Rec. Intra. - Conc. Perm. Autor. Cessão Dir. Uso Bens Imóv. Pub. - Princ. Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	4.293.996
		7611.01.0.1.01.000	Rec. Intra. - Serviços Adm. Comerc. Ger. - Princ. - Administração de Depósitos Judiciais	83.126.506
		Subtotal – Fonte 60		

4.03.1 – FEPJ	24	1717.99.0.1.02.001	Ações Judiciárias - Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais - CORENMG	45.000
		1321.01.0.1.01.000	Remuneração Depósitos Bancários - Pinc	433
Subtotal – Fonte 24				45.433
4.03.1 – FEPJ	70	1732.99.0.1.05.001	Ações Judiciárias - Diversos Municípios	660.000
		1321.01.0.1.01.000	Remuneração Depósitos Bancários - Pinc	4.363
Subtotal – Fonte 70				664.363
4.03.1 – FEPJ	77	1121.01.0.1.02.000	Tx. Insp. Contr. Fisc. - Princ. - Taxa de Fiscalização Judiciária	1.361.941.206
		1121.01.0.2.02.000	Tx. Insp. Contr. Fisc. - MJM - Taxa de Fiscalização Judiciária	1.849.817
		1121.01.0.3.02.000	Tx. Insp. Contr. Fisc. - DA - Taxa de Fiscalização Judiciária	228.543
		1121.01.0.4.02.000	Tx. Insp. Contr. Fisc. - DA-MJM - Taxa de Fiscalização Judiciária	310.380
		1122.02.0.1.01.000	Emolumentos Custas Judiciais - Princ. - Custas Judiciais - Justiça Comum	186.821.519
		1122.02.0.2.01.000	Emolumentos Custas Judiciais - MJM - Custas Judiciais - Justiça Comum	1.224
		1122.02.0.3.01.000	Emolumentos Custas Judiciais - DA - Custas Judiciais - Justiça Comum	8.305.111
		1122.02.0.4.01.000	Emolumentos Custas Judiciais - DA-MJM - Custas Judiciais - Justiça Comum	880.742
		1122.02.0.1.02.000	Emolumentos Custas Judiciais - Princ. - Custas Judiciais - Juizado Especial	18.443.996
		1122.02.0.2.02.000	Emolumentos Custas Judiciais - MJM - Custas Judiciais - Juizado Especial	146
		1122.02.0.3.02.000	Emolumentos Custas Judiciais - DA - Custas Judiciais - Juizado Especial	877.694
		1122.02.0.4.02.000	Emolumentos Custas Judiciais - DA-MJM - Custas Judiciais - Juizado Especial	94.032
		1122.02.0.1.03.000	Emolumentos Custas Judiciais - Princ. - Taxa Judiciária	147.828.186
		1122.02.0.2.03.000	Emolumentos Custas Judiciais - MJM - Taxa Judiciária	679
		1122.02.0.3.03.000	Emolumentos Custas Judiciais - DA - Taxa Judiciária	4.761.800
		1122.02.0.4.03.000	Emolumentos Custas Judiciais - DA-MJM - Taxa Judiciária	484.110
		1911.08.0.1.01.000	Multas Sentenças Judiciais - Princ. - Multas Pecuniárias e Juros de Mora	3.702.868
		1911.08.0.3.01.000	Multas Sentenças Judiciais - DA - Multas Pecuniárias e Juros de Mora	32.668
		1911.08.0.4.01.000	Multas Sentenças Judiciais - DA-MJM - Multas Pecuniárias e Juros de Mora	1.378
		1911.09.0.1.99.000	Multas Juros Previstos Contratos - Princ. Demais	3.796.187
		1911.09.0.3.99.000	Multas Juros Previstos Contratos - DA	6.000
		1921.99.0.1.99.000	Outras Indenizações - Princ. - Demais	6.000
		1922.99.0.1.99.000	Outras Restituições - Princ. Demais	6.000
1999.99.2.1.99.000	Outras Rec. - Primárias - Princ. - Demais	6.000		
Subtotal – Fonte 77				1.740.386.286
4.03.1 – FEPJ	47	2213.01.0.1.01.000	Alienação Bens Móveis Semoventes – Princ.	3.680.070
Subtotal – Fonte 47				3.680.070

4.03.1 – FEPJ	61	1611.01.0.1.23.003	Serviços Adm. Comerc. Ger. – Princ. – Poder Judic. – Verba Indenizatória de Transporte Custeada Pelas Partes	55.687.869
Subtotal – Fonte 61				55.687.869
TOTAL 4.03.1 – FEPJ				3.311.986.265
Receita Intraorçamentária – Convênios – Órgãos Públicos Estaduais				120.000
Total Convênios com Órgãos Estaduais / MG				120.000

Fonte: Relatório da Proposta Orçamentária 2024 – UO 1031 – TJMG e UO 4031 - FEPJ

3.1.2. Fixação das despesas

Na elaboração da Proposta Orçamentária da UO 4031 – FEPJ, e em atenção aos programas de trabalho e ações orçamentárias vinculados à Unidade e apresentados no item 2 do presente Relatório, foram fixadas despesas referentes à gestão de serviços de TIC, a auxílios concedidos a magistrados e servidores, a obras e gestão predial, à formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de pessoas e ao processamento judiciário, de acordo com as necessidades levantadas nas diversas áreas gestoras de orçamento do Tribunal. No quadro abaixo, as despesas fixadas são apresentadas por ação orçamentária, fonte de recursos, procedência e grupos de despesa:

Quadro 25 – Proposta Orçamentária 2024 – UO 4031 – Despesas

UO 4031 – DESPESAS PROGRAMADAS POR AÇÃO, FONTE, PROCEDÊNCIA E GRUPO							
Ação Orçam.	Fonte	IPU	Valor por Grupo de Despesa (R\$)			Total Programado (R\$)	Total para a Ação (R\$)
			3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras		
2025 – Gestão de Serviços de TIC	77	1	188.111.818	117.852.912	-	305.964.730	305.964.730
2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores	60	1	56.790.134	-	-	56.790.134	158.320.267
		7	101.530.133	-	-	101.530.133	
2091 – Obras e Gestão Predial	60	1	-	113.000.000	*6.270.000	119.270.000	*475.471.652
	77	1	97.934.972	258.266.680	-	356.201.652	
2109 – Formação, Aperf. E Desenv. De Pessoas	77	1	4.900.000	-	-	4.900.000	4.900.000
4395 – Processamento Judiciário	24	1	45.433	-	-	45.433	**2.311.486.053
	47	1	-	3.680.070	-	3.680.070	
	60	1	**1.080.968.412	97.000.000	-	**1.177.968.412	
	60	2	120.000	-	-	120.000	
	61	1	55.687.869	-	-	55.687.869	
	70	1	664.363	-	-	664.363	
	77	1	1.048.415.290	24.904.616	-	1.073.319.906	
TOTAL			2.635.168.424	614.704.278	6.270.000	3.256.142.702	**3.256.142.702

Fonte: Relatório da Proposta Orçamentária 2024 – UO 1031 – TJMG e UO 4031 - FEPJ

* Valor constante do Relatório da Proposta Orçamentária. Entretanto, na publicação da LOAMG 2024, após aprovação da emenda nº 686 da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (inciso 573), foi excluído o valor do G.F.P 5.60.1 e adicionado o valor de R\$ 82.605.803,00 para o G.F.P. 4.60.8, elevando o crédito total aprovado para a ação 2091 para R\$ 551.807.453,00.

** Valor constante do Relatório da Proposta Orçamentária. Entretanto, na publicação da LOAMG 2024, após aprovação da emenda nº 686 da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (inciso 573), o valor do G.F.P 3.60.1 foi diminuído para R\$ 1.060.712.021,00, diminuindo o crédito total aprovado da ação 4395 para R\$ 2.291.229.665,00 e da UO 4031 para R\$ 3.312.222.115,00.

Em análise evolutiva, comparando os orçamentos aprovados dos exercícios de 2023 e 2024, verifica-se um crescimento de 36,12% nos valores orçados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Quadro 26 – Orçamento UO 4031 2023 x 2024

UO 4031 – Orçamento 2023 x 2024 – por Ação Orçamentária e Grupo de Despesa				
Ação Orçam.	Grupo de Despesa	2023 (R\$)	2024 (R\$)	% Variação
2025 – Gestão de Serviços de TIC	3 – Outras Despesas Correntes	97.261.590	188.111.818	93,41%
	4 - Investimentos	72.564.133	117.852.912	62,41%
	Subtotal Ação	169.825.723	305.964.730	80,16%
2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores	3 – Outras Despesas Correntes	98.097.088	158.320.267	61,39%
	Subtotal Ação	98.097.088	158.320.267	61,39%
2091 – Obras e Gestão Predial	3 – Outras Despesas Correntes	100.767.427	97.934.972	-2,81%
	4 - Investimentos	301.215.714	453.872.481	50,68%
	5 – Inversões Financeiras	90.000.000	-	-100,00%
	Subtotal Ação	491.983.141	551.807.453	12,16%
2109 – Formação, Aperf. E Desenv. De Pessoas	3 – Outras Despesas Correntes	4.420.877	4.900.000	10,84%
	Subtotal Ação	4.420.877	4.900.000	10,84%
4395 – Processamento Judiciário	3 – Outras Despesas Correntes	1.621.548.172	2.165.644.979	33,55%
	4 - Investimentos	47.451.190	125.584.686	164,66%
	Subtotal Ação	1.668.999.362	2.291.229.665	37,28%
TOTAL		2.433.326.191	3.312.222.115	36,12%

Fonte: SIAFI - MG

3.2. Crédito aprovado – suplementações e anulações orçamentárias

No exercício considerado, não houve necessidade de abertura de crédito suplementar em relação à UO 4031 – FEPJ. Entretanto, houve **anulações** orçamentárias no montante de R\$ 37.414.009,05, referentes a despesas da Ação Orçamentária 4395 – Processamento Judiciário, de forma a garantir o destaque de créditos orçamentários da UO 1031 – TJMG para a abertura de créditos suplementares - nos termos dos arts. 42 e 43, §1º, III, da [Lei Federal nº 4.320/1964](#) e do art. 9º da [LOA 2024](#), nas seguintes unidades orçamentárias do Poder Executivo:

Quadro 27 – Anulações Orçamentárias – UO 4031 – 2024

UO 4031 – FEPJ – Anulações orçamentárias – Exercício de 2024				
Dotação anulada	UO destino	Valor (R\$)	Fundamento	Decreto de abertura de crédito suplementar
4031.02.061.706.4395.0001.3.3.90.36.0.60.1	UO 1081 – Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais – AGE/MG	38.531,32	Atendimento ao disposto no Termo de Cooperação nº 148/2022, firmado entre o TJMG e a AGE/MG (SEI Nº 0016358-66.2024.8.13.0000)	Decreto com Numeração Especial Estadual nº 86/2024.
4031.02.061.706.4395.0001.3.3.90.30.0.60.1	UO 1251 – Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG	781.667,00	Atendimento ao disposto no 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 058/2023, firmado entre o TJMG e o Estado de Minas Gerais, por meio da PMMG (SEI Nº 1005184-77.2023.8.13.0000)	Decreto com Numeração Especial Estadual nº 279/2024.
4031.02.061.706.4395.0001.3.3.90.39.0.60.1		1.116.667,00		
4031.02.061.706.4395.0001.4.4.90.52.0.60.1		335.000,00		
4031.02.061.706.4395.0001.3.3.90.30.0.60.1	UO 1511 – Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG	3.890.534,73	Atendimento ao disposto no Convênio nº 155/2024, firmado entre o TJMG e a PCMG, com interveniência do Estado de Minas Gerais (SEI Nº 0096476-29.2024.8.13.0000)	Decreto com Numeração Especial Estadual nº 442/2024.
4031.02.061.706.4395.0001.4.4.90.52.0.60.1		31.251.609,00		
TOTAL		37.414.009,05		

Fonte: SEI TJMG nº 0135897-26.2024.8.13.0000

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes alterações nos créditos orçamentários originalmente programados para a UO 4031:

Quadro 28 – Crédito autorizado após anulações orçamentárias – UO 4031

UO 4031 – Crédito autorizado por ações – Exercício de 2024					
Ação	Crédito inicial (R\$)	Suplementações (R\$)	Anulações (R\$)	Crédito Autorizado (R\$)	% Variação
2025	305.964.730,00	-	-	305.964.730,00	-
2055	158.320.267,00	-	-	158.320.267,00	-
2091	551.807.453,00	-	-	551.807.453,00	-
2109	4.900.000,00	-	-	4.900.000,00	-
4395	2.291.229.665,00	-	37.414.009,05	2.253.815.655,95	-1,63%
TOTAL (UO 1031)	3.312.222.115,00	-	37.414.009,05	3.274.808.105,95	-1,13%

Fonte: SIAFI - MG

3.3. Execução orçamentária - Receitas

3.3.1. Contabilização da receita

Ao final do exercício, foi contabilizada uma receita de R\$ 3.494.412.362,25, apresentando, portanto, uma variação de 5,47% com relação ao valor previsto atualizado para o exercício, conforme pode ser verificado no quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 29 – Receita Prevista x Receita Contabilizada – UO 4031

UO 4031 - FEPJ – Receitas fonte 60 – exercício 2024				
Fonte	Classificação Receita	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Contabilizado (R\$)	Variação %
24	1321.01.0.1.01.000	434,00	-	-100,00%
	1717.99.0.1.02.001	45.000,00	25.005,99	-44,43%
	Subtotal da Fonte	45.434,00	25.005,99	-44,96%
47	2213.01.0.1.01.000	3.680.070,00	-	-100,00%
	Subtotal da Fonte	3.680.070,00	-	-100,00%
60	1311.02.0.1.01.000	1.000,00	1.188.044,16	118704,42%
	1311.02.1.1.01.000	1.520.578,00	-	-100,00%
	1321.01.0.1.01.000	740.121.739,00	632.101.476,16	-14,59%
	1361.01.1.1.01.000	63.849.261,00	63.972.328,76	0,19%
	1611.01.0.1.01.000	414.366.667,00	343.635.648,78	-17,07%
	1611.01.0.1.13.000	6.000,00	-	-100,00%
	1611.01.0.1.23.002	25.842.649,00	39.941.713,93	54,56%
	1611.01.0.2.23.002	576,00	-	-100,00%
	1611.01.0.3.23.002	2.427.766,00	2.088.049,79	-13,99%
	1611.01.0.4.23.002	241.426,00	454.403,31	88,22%
	1611.02.0.1.01.000	1.064.000,00	0,01	-100,00%
	1611.04.0.1.05.000	2.091.417,00	2.237.662,48	6,99%
	1699.99.0.1.01.000	6.000,00	-	-100,00%
	1911.01.0.1.08.001	504.417,00	1.066.073,64	111,35%
	1911.01.0.1.08.002	10.306,00	14.922,77	44,80%
	1911.01.0.2.08.001	1.955,00	10.169,42	420,17%
	1911.01.0.3.08.001	6.000,00	6.009,16	0,15%
	1911.09.0.1.99.000	4.546.048,00	909.801,93	-79,99%
	1911.09.0.3.99.000	613.322,00	1.524.569,41	148,58%
	1911.09.0.4.99.000	1.000,00	764.651,02	76365,10%
	1921.99.0.1.99.000	6.000,00	45.492,71	658,21%
	1922.99.0.1.99.000	6.000,00	364.929,16	5982,15%
	1999.99.2.1.09.001	166.729.638,00	215.989.798,26	29,54%
1999.99.2.1.09.002	44.411,00	17.314,10	-61,01%	
1999.99.2.1.99.000	6.000,00	14.974.919,61	249481,99%	
1999.99.2.2.09.001	95.566,00	53.066,75	-44,47%	

Fonte	Classificação Receita	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Contabilizado (R\$)	Variação %
	7311.02.0.1.01.000	1.000,00	3.126.913,81	312591,38%
	7311.02.1.1.01.000	5.600.000,00	-	-100,00%
	7611.01.0.1.01.000	83.126.506,00	83.126.506,20	0,00%
	Subtotal da Fonte	1.512.837.248,00	1.407.614.465,33	-6,96%
61	1611.01.0.1.23.003	55.687.869,00	71.088.611,80	27,66%
	Subtotal da Fonte	55.687.869,00	71.088.611,80	27,66%
70	1321.01.0.1.01.000	4.363,00	-	-100,00%
	1732.99.0.1.05.001	660.000,00	604.955,01	-8,34%
	Subtotal da Fonte	664.363,00	604.955,01	-8,94%
77	1121.01.0.1.02.000	1.361.941.206,00	1.564.973.812,41	14,91%
	1121.01.0.2.02.000	1.849.817,00	1.669.398,66	-9,75%
	1121.01.0.3.02.000	228.543,00	196.098,17	-14,20%
	1121.01.0.4.02.000	310.380,00	298.456,58	-3,84%
	1122.02.0.1.01.000	186.821.519,00	232.033.863,52	24,20%
	1122.02.0.1.02.000	18.443.996,00	20.479.029,03	11,03%
	1122.02.0.1.03.000	147.828.186,00	178.101.933,93	20,48%
	1122.02.0.2.01.000	1.224,00	-	-100,00%
	1122.02.0.2.02.000	147,00	-	-100,00%
	1122.02.0.2.03.000	680,00	-	-100,00%
	1122.02.0.3.01.000	8.305.111,00	7.669.248,58	-7,66%
	1122.02.0.3.02.000	877.694,00	926.374,01	5,55%
	1122.02.0.3.03.000	4.761.800,00	3.752.058,72	-21,21%
	1122.02.0.4.01.000	880.742,00	1.620.582,11	84,00%
	1122.02.0.4.02.000	94.032,00	182.100,84	93,66%
	1122.02.0.4.03.000	484.110,00	813.523,46	68,05%
	1911.08.0.1.01.000	3.702.868,00	1.028.081,48	-72,24%
	1911.08.0.3.01.000	32.668,00	34.477,35	5,54%
	1911.08.0.4.01.000	1.378,00	4.446,24	222,66%
	1911.09.0.1.99.000	3.796.187,00	1.291.952,23	-65,97%
	1911.09.0.3.99.000	6.000,00	-	-100,00%
	1911.09.0.4.99.000	1.000,00	-	-100,00%
	1921.99.0.1.99.000	6.000,00	-	-100,00%
	1922.99.0.1.99.000	6.000,00	3.836,19	-36,06%
	1999.99.2.1.99.000	6.000,00	50,61	-99,16%
	Subtotal da Fonte	1.740.387.288,00	2.015.079.324,12	15,78%
	Total	3.313.302.272,00	3.494.412.362,25	5,47%

Fonte: SIAFI - MG

3.4. Execução Orçamentária das Despesas

3.4.1. Despesa realizada – visão geral

No exercício de 2024, a execução orçamentária da UO 4031 atingiu patamar de 69,46% em relação ao total do crédito autorizado para a referida unidade orçamentária, totalizando R\$ 2.274.700.897,50. O quadro abaixo apresenta, de forma resumida e discriminada por ação orçamentária, grupo de despesa, fonte e procedência, a execução orçamentária da UO 4031, comparando os valores realizados com os créditos autorizados:

Quadro 30 – Execução orçamentária das despesas – UO 1031

UO 4031 – TJMG – Execução orçamentária das despesas – Exercício de 2024						
Ação Orçam.	GD	Fonte	IPU	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	% Exec.
2025 – Gestão De Serviços de TIC	3	77	1	188.111.818,00	107.662.782,97	57,23%
	4	77	1	117.852.912,00	85.230.694,56	72,32%
	Subtotal da Ação			305.964.730,00	192.893.477,53	63,04%
2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores	3	60	1	56.790.134,00	56.790.134,00	100,00%
	3	60	7	101.530.133,00	101.530.133,00	100,00%
	Subtotal da Ação			158.320.267,00	158.320.267,00	100,00%
2091 – Obras e Gestão Predial	3	77	1	97.934.972,00	97.602.883,25	99,66%
	4	60	1	113.000.000,00	111.149.278,31	98,36%
	4	60	8	82.605.803,00	64.092.259,79	77,59%
	4	77	1	258.266.678,00	247.721.325,69	95,92%
	Subtotal da Ação			551.807.453,00	520.565.747,04	94,34%
2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento de Pessoas	3	77	1	4.900.000,00	4.421.386,45	90,23%
	Subtotal da Ação			4.900.000,00	4.421.386,45	90,23%
4395 – Processamento Judiciário	3	24	1	45.434,00	25.005,99	55,04%
	3	60	1	1.054.884.620,95	312.785.452,67	29,65%
	3	60	2	120.000,00	87.190,16	72,66%
	3	61	1	55.687.869,00	52.152.529,28	93,65%
	3	70	1	664.363,00	604.955,01	91,06%
	3	77	1	1.048.415.292,00	1.009.747.220,73	96,31%
	4	47	1	3.680.070,00	-	0,00%
	4	60	1	65.413.391,00	582.766,33	0,89%
	4	77	1	24.904.616,00	22.514.899,31	90,40%
	Subtotal da Ação			2.253.815.655,95	1.398.500.019,48	62,05%
TOTAL				3.274.808.105,95	2.274.700.897,50	69,46%

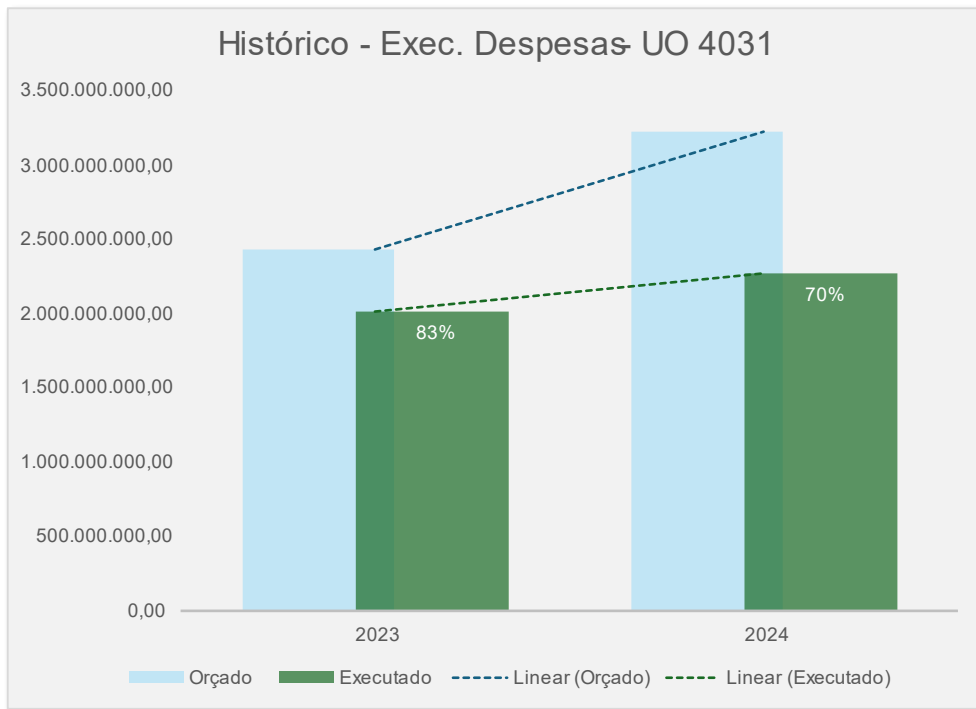
Fonte: SIAFI-MG

Em análise histórica da execução, comparando os resultados com o exercício de 2023, verifica-se um aumento de 49,52% no exercício de 2024, com tendência de aumento para os próximos exercícios, conforme quadro e gráfico abaixo:

Quadro 31 – Execução UO 4031 – 2023 x 2024

UO 4031 – FEPJ – Execução das despesas – Exercícios 2023 x 2024			
Ação Orçamentária	Execução 2023 (R\$)	Execução 2024 (R\$)	% Variação
2025 – Gestão de Serviços de TIC	158.484.247,66	192.893.477,53	21,71%
2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores	98.097.088,00	158.320.267,00	61,39%
2091 – Obras e Gestão Predial	467.722.249,35	520.565.747,04	11,30%
2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas	4.708.738,34	4.421.386,45	-6,10%
4395 – Processamento Judiciário	1.292.281.948,09	1.398.500.019,48	8,22%
TOTAL	2.021.294.271,44	2.274.700.897,50	12,54%

Gráfico 7 – Histórico de Execução – UO 4031



3.4.4. Execução de Despesas de Exercícios Anteriores

Com relação à execução, no exercício de 2024, das despesas com exercícios anteriores – DEA relativa à UO 4031 – TJMG, foi verificado um total realizado de R\$ 163.246.317,77, o que significa, em análise evolutiva, um aumento de 170% em relação ao exercício anterior, conforme se verifica no quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 32 – Execução de Despesas de Exercícios Anteriores

UO 4031 – FEPJ – Detalhamento das Despesas de Exercícios Anteriores Realizadas – 2023 x 2024						
Ação Orç.	Natureza de Despesa	F.P.	Descrição	2023 (R\$)	2024 (R\$)	% Var.
2025 – Gestão de Serviços de TIC	3.3.90.92.2	77.1	DEA - Outras despesas	16.997,88	427.163,76	2413%
	4.4.90.92.2	77.7	DEA - Outras despesas	-	4.468,02	-
	Subtotal da Ação			16.997,88	431.631,78	2439%
2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores	3.3.90.92.1	60.1	DEA - Pessoal	-	55.618.575,79	-
	3.3.90.92.1	60.7	DEA - Pessoal	-	101.530.133,00	-
	3.3.90.92.2	60.1	DEA - Outras despesas	20.758.249,91	-	-100%
	3.3.90.92.2	60.7	DEA - Outras despesas	37.516.216,94	-	-100%
	Subtotal da Ação			58.274.466,85	157.148.708,79	170%
2091 – Obras e Gestão Predial	3.3.90.92.2	77.1	DEA - Outras despesas	855.389,73	488.777,68	-43%
	4.4.90.92.2	77.1	DEA - Outras despesas	593.391,55	4.791.348,90	707%
	Subtotal da Ação			1.448.781,28	5.280.126,58	264%
2109 – Formação, Aperf. e Desenv. de Pessoas	3.3.90.92.2	77.1	DEA - Outras despesas	13.158,03	69.892,06	431%
	Subtotal da Ação			13.158,03	69.892,06	431%
4395 – Processamento Judiciário	3.3.90.92.2	77.1	DEA - Outras despesas	599.009,65	315.958,56	-47%
	3.3.91.92.2	77.1	DEA - Outras despesas	939,90	-	-100%
	Subtotal da Ação			599.949,55	315.958,56	-47%
TOTAL				60.353.353,59	163.246.317,77	170%

Fonte: SIAFI-MG

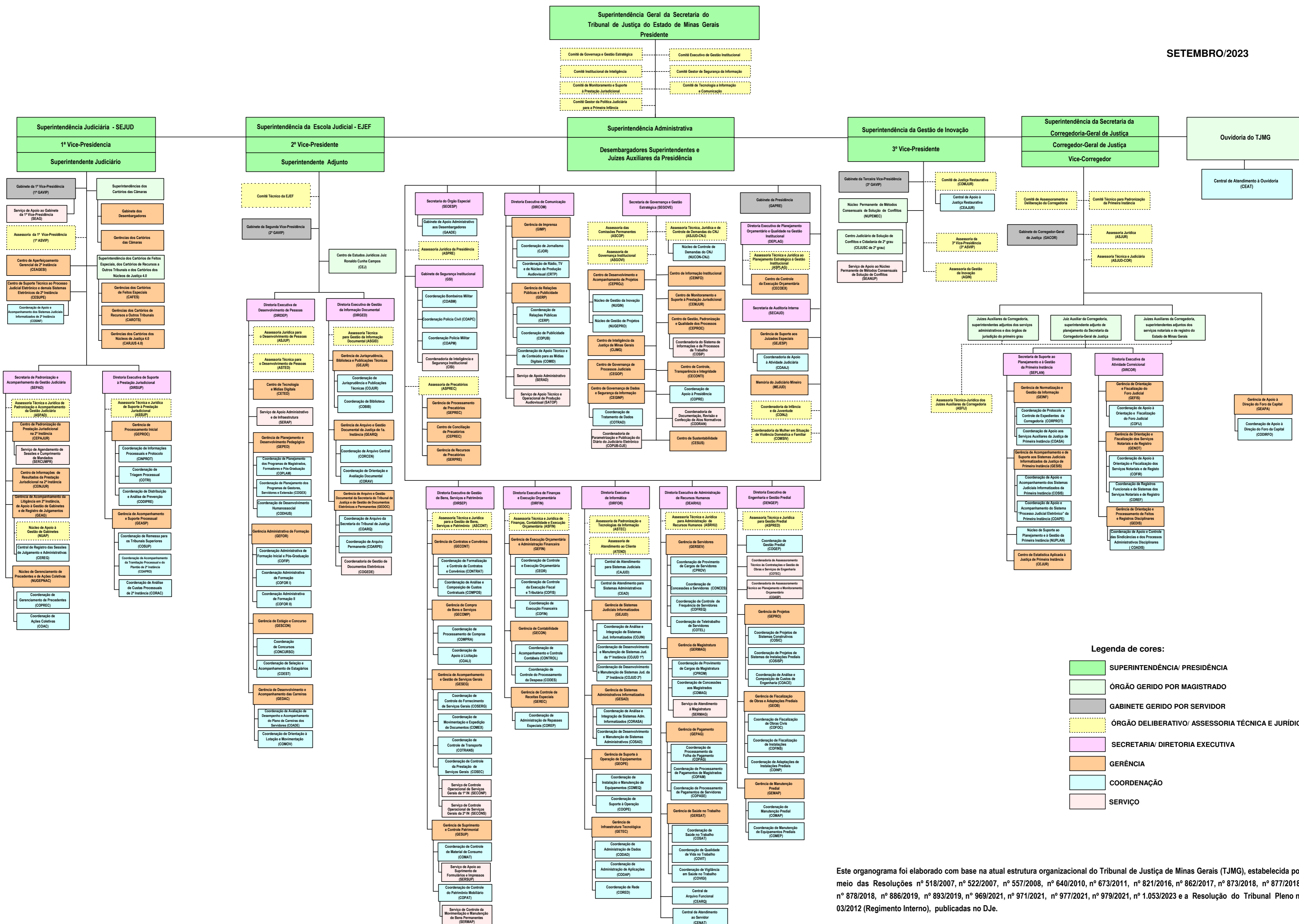
O aumento da execução de DEA para o exercício de 2024, em comparação com o exercício de 2023, se justifica, especialmente, pelas despesas que tiveram de ser executadas em razão da publicação da [Resolução TJMG nº 1.082/2024](#), impactando os valores relativos à Ação Orçamentária 2055.

Outras informações acerca da execução de DEA, bem como sobre sua composição e evolução histórica, nos termos da **alínea “e” do item 3 do Anexo V da Decisão Normativa nº 01/2025 do TCE-MG**, encontram-se em quadro demonstrativo ora apresentado no Relatório nº 21815880/2025 da Gerência de Contabilidade da Secretaria do TJMG (evento 21815880 do Processo SEI nº 0030527-24.2025.8.13.0000), anexo ao presente Relatório de Gestão.

ANEXOS

Organograma da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SETEMBRO/2023



Este organograma foi elaborado com base na atual estrutura organizacional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), estabelecida por meio das Resoluções nº 518/2007, nº 522/2007, nº 557/2008, nº 640/2010, nº 673/2011, nº 821/2016, nº 862/2017, nº 873/2018, nº 877/2018, nº 878/2018, nº 886/2019, nº 893/2019, nº 969/2021, nº 971/2021, nº 977/2021, nº 979/2021, nº 1.053/2023 e a Resolução do Tribunal Pleno nº 03/2012 (Regimento Interno), publicadas no DJe.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Centro de Informação Institucional
Lista de Comarcas

Fonte: Sistema Infoguia em 13/07/2022

Código da Comarca	Sigla	Nome
2	AET	Abaeté
3	ABN	Abre-Campo
5	ACN	Açucena
9	AGF	Águas Formosas
11	AOR	Aimorés
12	AUD	Aiuruoca
15	API	Além Paraíba
16	AFN	Alfenas
17	AMN	Almenara
19	ALS	Alpinópolis
21	ADC	Alto Rio Doce
23	ALL	Alvinópolis
26	ANA	Andradas
28	ADL	Andrelândia
34	AUI	Araçuaí
35	ARI	Araguari
40	AXA	Araxá
42	ACS	Arcos
43	ADO	Areado
778	AYN	Arinos
49	BAD	Baependi
51	BBI	Bambuí
54	BCS	Barão de Cocais
56	BCA	Barbacena
59	BSO	Barroso
24	BHE	Belo Horizonte
64	BLL	Belo Vale
27	BET	Betim
69	BIS	Bicas
71	BOE	Boa Esperança
73	BCV	Bocaiúva
74	BDP	Bom Despacho
80	BMS	Bom Sucesso
81	BFM	Bonfim
82	BFS	Bonfinópolis de Minas
83	BOM	Borda da Mata
84	BHS	Botelhos
86	BMN	Brasília de Minas
89	BPS	Brazópolis
90	BMO	Brumadinho
91	BBD	Bueno Brandão
92	BUS	Buenópolis
93	BII	Buritis

95	CBV	Cabo Verde
97	CHS	Cachoeira de Minas
45	CET	Caeté
103	CAD	Caldas
878	CDU	Camanducaia
106	CBI	Cambuí
107	CAQ	Cambuquira
109	CPH	Campanha
110	CST	Campestre
111	CVE	Campina Verde
112	CPO	Campo Belo
115	CMT	Campos Altos
116	CPG	Campos Gerais
118	COI	Canápolis
120	CWA	Candeias
123	CLH	Capelinha
126	CNS	Capinópolis
132	CRD	Carandaí
133	CRL	Carangola
134	CGA	Caratinga
137	CCH	Carlos Chagas
140	COM	Carmo da Mata
141	CAE	Carmo de Minas
142	CCU	Carmo do Cajuru
143	CMI	Carmo do Paranaíba
144	CRC	Carmo do Rio Claro
879	CRM	Carmópolis de Minas
151	CSA	Cássia
153	CGS	Cataguases
155	CAX	Caxambu
166	CLU	Cláudio
172	CLS	Conceição das Alagoas
175	CMD	Conceição do Mato Dentro
177	CVR	Conceição do Rio Verde
180	CNG	Congonhas
182	CQT	Conquista
183	CNL	Conselheiro Lafaiete
184	CSN	Conselheiro Pena
79	CEM	Contagem
775	COJ	Coração de Jesus
191	CIT	Corinto
193	CEL	Coromandel
194	CRF	Coronel Fabriciano
205	CSI	Cristina
208	CZL	Cruzília
209	CUV	Curvelo
216	DMT	Diamantina
220	DVO	Divino
223	DVL	Divinópolis
232	DDI	Dores do Indaiá

236	ELM	Elói Mendes
239	ERM	Entre-Rios de Minas
240	ERV	Ervália
241	EES	Esmeraldas
242	EEP	Espera Feliz
243	EPS	Espinosa
248	EEL	Estrela do Sul
249	EOS	Eugenópolis
251	EXM	Extrema
259	FES	Ferros
261	FMA	Formiga
267	FCS	Francisco Sá
271	FRU	Frutal
273	GLL	Galiléia
105	GVS	Governador Valadares
278	GGL	Grão-Mogol
280	GHE	Guanhães
281	GUE	Guapé
283	GSA	Guaranésia
284	GNI	Guarani
287	GPE	Guaxupé
295	IBY	Ibiá
297	III	Ibiraci
114	IIB	Ibirité
301	IRP	Igarapé
303	IUM	Iguatama
309	INP	Inhapim
312	YAN	Ipanema
313	IIG	Ipatinga
317	IBA	Itabira
319	IRO	Itabirito
322	IGR	Itaguara
324	IJA	Itajubá
325	IMR	Itamarandiba
327	ITC	Itambacuri
329	IOG	Itamoji
330	IMO	Itamonte
331	ITD	Itanhandu
332	INH	Itanhomi
334	IGY	Itapajipe
335	IPC	Itapecerica
338	IAN	Itaúna
342	IUA	Ituiutaba
343	IYM	Itumirim
344	ITM	Iturama
346	JBU	Jabuticatubas
347	JNT	Jacinto
348	JCU	Jacuí
349	JTA	Jacutinga
738	JAB	Jaíba

351	JUA	Janaúba
352	JNU	Januária
355	JQI	Jequeri
358	JQT	Jequitinhonha
362	JML	João Monlevade
363	JPI	João Pinheiro
740	JTB	Juatuba
145	JFA	Juiz de Fora
372	LPT	Lagoa da Prata
148	LGT	Lagoa Santa
377	LJA	Lajinha
378	LAM	Lambari
382	LAV	Lavras
384	LPD	Leopoldina
386	LAD	Lima Duarte
388	LUZ	Luz
390	MCD	Machado
392	MCH	Malacacheta
393	MAG	Manga
394	MNC	Manhuaçu
395	MIM	Manhumirim
396	MNN	Mantena
398	MEH	Mar de Espanha
400	MRN	Mariana
405	MHC	Martinho Campos
407	MAL	Mateus Leme
408	MBB	Matias Barbosa
411	MTZ	Matozinhos
414	MDA	Medina
416	MEE	Mercês
417	MQI	Mesquita
418	MNV	Minas Novas
421	MDO	Miradouro
422	MII	Mirai
427	MTV	Montalvânia
428	MAM	Monte Alegre de Minas
429	MZL	Monte Azul
430	MBE	Monte Belo
431	MOO	Monte Carmelo
432	MSM	Monte Santo de Minas
434	MSI	Monte Sião
433	MCL	Montes Claros
435	MNM	Morada Nova de Minas
439	MRE	Muriaé
440	MTM	Mutum
441	MUZ	Muzambinho
443	NNE	Nanuque
444	NAR	Natércia
446	NPO	Nepomuceno
447	NER	Nova Era

188	NLA	Nova Lima
450	NVN	Nova Ponte
451	NES	Nova Resende
452	NVS	Nova Serrana
453	NZO	Novo Cruzeiro
456	OLV	Oliveira
459	OUO	Ouro Branco
460	OUF	Ouro Fino
461	ORP	Ouro Preto
467	PAL	Palma
471	PRS	Pará de Minas
470	PTU	Paracatu
472	PGC	Paraguaçu
473	PSP	Paraisópolis
474	PEB	Paraopeba
476	PQO	Passa-Quatro
477	PST	Passa-Tempo
479	PSS	Passos
480	PMS	Patos de Minas
481	PTC	Patrocínio
486	PNH	Peçanha
487	PZL	Pedra Azul
491	PDV	Pedralva
210	PLO	Pedro Leopoldo
498	PEZ	Perdizes
499	PDS	Perdões
508	PRG	Piranga
511	PPN	Pirapetinga
512	PRR	Pirapora
514	PTI	Pitangui
515	PIU	Piumhi
517	POF	Poço Fundo
518	PCS	Poços de Caldas
520	PPE	Pompéu
521	PNV	Ponte Nova
522	PTH	Porteirinha
525	PSO	Pouso Alegre
527	PAD	Prados
528	PRT	Prata
529	PRO	Pratápolis
534	PEE	Presidente Olegário
540	RSS	Raul Soares
542	RED	Resende Costa
543	RSP	Resplendor
231	RNS	Ribeirão das Neves
549	RCS	Rio Casca
554	RNV	Rio Novo
555	RPA	Rio Paranaíba
556	RDS	Rio Pardo de Minas
557	RPC	Rio Piracicaba

558	RPB	Rio Pomba
559	RRE	Rio Preto
560	RIV	Rio Vermelho
567	SBA	Sabará
568	SNS	Sabinópolis
569	SQN	Sacramento
570	SLN	Salinas
572	SBB	Santa Bárbara
245	SLU	Santa Luzia
582	SUI	Santa Maria do Suaçuí
592	SRT	Santa Rita de Caldas
596	SRS	Santa Rita do Sapucaí
598	STV	Santa Vitória
604	SDT	Santo Antônio do Monte
607	SND	Santos Dumont
610	SDG	São Domingos do Prata
611	SFI	São Francisco
620	SGS	São Gonçalo do Sapucaí
621	SGT	São Gotardo
624	SJT	São João da Ponte
625	SOE	São João del-Rei
627	SSK	São João do Paraíso
628	SEG	São João Evangelista
629	SJN	São João Nepomuceno
637	SAL	São Lourenço
642	SRW	São Romão
643	SQS	São Roque de Minas
647	SSP	São Sebastião do Paraíso
657	SDF	Senador Firmino
671	SER	Serro
672	SLA	Sete Lagoas
674	SLP	Silvianópolis
680	TOE	Taiobeiras
684	TRM	Tarumirim
685	TXS	Teixeiras
686	TOT	Teófilo Otôni
687	TTO	Timóteo
689	TRZ	Tiros
692	TOS	Tombos
693	TCS	Três Corações
58	TMS	Três Marias
694	TSP	Três Pontas
696	TPC	Tupaciguara
697	TUR	Turmalina
699	UBA	Ubá
701	URA	Uberaba
702	ULA	Uberlândia
704	UNI	Unaí
707	VGA	Varginha
708	VZP	Várzea da Palma

710	VZE	Vazante
290	VPN	Vespasiano
713	VCS	Viçosa
718	VGP	Virginópolis
720	VRB	Visconde do Rio Branco



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.624, de 27 de novembro de 2024)

“ANEXO I

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º da [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.550](#), de 7 de maio de 2024)

PAINEL ESTRATÉGICO – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024

Perspectiva	Macrodesafio	Indicador	Meta	Iniciativa Estratégica	Unidade Gestora
Sociedade	1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	1.1 - Número de recuperandos nas APACs do Estado de Minas Gerais.	TJMG 1a - Beneficiar 6.726 (seis mil, setecentos e vinte e seis) recuperandos nas APACs do Estado de Minas Gerais até 31/12/2024.	1a - Projetos Sociais - APAC.	Presidência: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC/GMF.
		1.4 - Número de pacientes judiciários beneficiados com a inserção de novos casos no programa PAI-PJ.	TJMG 1d - Beneficiar 3.000 (três mil) pacientes judiciários com a inserção de novos casos no programa PAI-PJ até 31/12/2024.	1d - Projetos Sociais - PAI-PJ.	Presidência: Programa de Atenção ao Paciente Judiciário - PAI-PJ/GMF.
		1.10 - Número de pessoas beneficiadas com as ações do Núcleo de Voluntariado do TJMG e do Comitê Pop Rua/Jus.	TJMG 1g - Beneficiar 20.000 (vinte mil) pessoas com as ações do Núcleo de Voluntariado e do Comitê POP Rua/Jus até dezembro de 2024.	65 - Projetos Sociais - Núcleo de Voluntariado do TJMG e Comitê PopRua/Jus.	Presidência: Núcleo de Voluntariado - NV.
		1.11 - Taxa de expansão da Campanha de apadrinhamento para as comarcas do Estado de Minas Gerais.	TJMG 77 - Aumentar em 10% (dez por cento) o número de comarcas do Estado que promovem campanhas de apadrinhamento, em relação ao ano anterior, até 31/12/2024.	64 - Projeto de Divulgação e Estímulo à Realização de Campanhas de Apadrinhamento.	Presidência: Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	<p>1.12 - Número de magistrados, técnicos e profissionais diretamente envolvidos no Programa Entrega Legal capacitados com as ações de formação e divulgação fomentadas pela COINJ.</p>	<p>TJMG 105 - Capacitar 500 (quinhentos) magistrados e técnicos do TJMG, além de profissionais da rede de proteção diretamente envolvidos no Programa Entrega Legal, até 31/12/2024.</p>	<p>1c - Projetos Sociais - COINJ - Entrega Legal.</p>	<p>Presidência: Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ.</p>
	<p>1.13 - Número de crianças acolhidas pelo apadrinhamento.</p>	<p>TJMG 1f - Beneficiar 600 (seiscentas) crianças no Estado de Minas Gerais por meio das campanhas de apadrinhamento até 31/12/2024.</p>	<p>64 - Projeto de Divulgação e Estímulo à Realização de Campanhas de Apadrinhamento.</p>	<p>Presidência: Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ.</p>
	<p>1.14 - Taxa de execução das ações previstas no Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade - Programa D.I.A.</p>	<p>TJMG 111 - Executar, até dezembro de 2024, 80% (oitenta por cento) das ações previstas para o ano no Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade - Programa D.I.A.</p>	<p>79 - Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade - Programa D.I.A.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
	<p>1.15 - Número de Fóruns e CEJUSCs Digitais implantados no projeto-piloto do TJMG.</p>	<p>TJMG 120 - Implantar, em 2024, 6 (seis) Fóruns e CEJUSCs Digitais previstos no projeto-piloto do TJMG.</p>	<p>86 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Fóruns e CEJUSCs Digitais.</p>	<p>Presidência. 3ª Vice-Presidência. Corregedoria-Geral de Justiça.</p>
	<p>1.16 - Número de pessoas beneficiadas com ações relacionadas à prevenção e ao combate à violência doméstica e familiar.</p>	<p>TJMG 124 - Alcançar 24.000 (vinte e quatro mil) pessoas com ações relacionadas à prevenção e ao combate à violência doméstica e familiar, com a participação direta da população, até dezembro de 2024.</p>	<p>13 - Fortalecimento e Implementação de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar.</p>	<p>Presidência: Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - COMSIV.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	<p>2 - Ampliação da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade.</p>	<p>2.4 - Número de ações de itinerância efetivamente realizadas.</p>	<p>TJMG 100 - Promover, por ação própria ou mediante parceria com outros órgãos internos e externos ao TJMG, o oferecimento de serviços de itinerância em pelo menos 30 (trinta) ações até dezembro de 2024.</p>	<p>7 - Programa de Estruturação de Políticas Públicas Autocompositivas de Solução de Conflitos. 47 - Programa de Otimização do Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.</p>	<p>3ª Vice-Presidência.</p>
<p>Processos Internos</p>	<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>3.1 - Índice de julgamento de processos de conhecimento.</p>	<p>CNJ 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.</p>	<p>7 - Programa de Estruturação de Políticas Públicas Autocompositivas de Solução de Conflitos. 47 - Programa de Otimização do Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.</p>	<p>Presidência: Gerência de Suporte aos Juizados Especiais - GEJESP; Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE; Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico - eproc - CGeproc/TJMG (Portaria Conjunta nº 1.530/PR/2024).</p> <p>1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP; Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD; Centro de Aperfeiçoamento Gerencial de 2ª Instância - CEAGESI.</p> <p>Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR; Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

3.2 - Índice de julgamento de processos antigos.

CNJ 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2024: pelo menos 80% (oitenta por cento) dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º Grau; 90% (noventa por cento) dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º Grau; 90% (noventa por cento) dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e 100% (cem por cento) dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 (quatorze) anos (2010) ou mais.

3 - Projeto Virtualizar 5.0 - 2ª Instância.
4 - Programa Agiliza-Jus.
5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG.
6 - Programa Pontualidade 5.0.
11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição.
12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.
21 - Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional.
52 - Núcleos de Justiça 4.0 - 2ª Instância.
66 - Integração do Sistema PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD.
67 - Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.
76 - Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância.
82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.
84 - Potencialização da cooperação entre instâncias, com eliminação progressiva da carta de ordem.
86 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Fóruns e CEJUSCs Digitais.

Presidência:

Gerência de Suporte aos Juizados Especiais - GEJESP; Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.

1ª Vice-Presidência:

Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP; Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD; Centro de Aperfeiçoamento Gerencial de 2ª Instância - CEAGESI.

Corregedoria-Geral de Justiça:

Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR; Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

		<p>3.3 - Índice de redução da taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento.</p>	<p>CNJ 5 - Reduzir em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56% (cinquenta e seis por cento).</p>	<p>5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG. 6 - Programa Pontualidade 5.0. 11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição. 12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial. 44 - Unidade Judiciária Eficiente. 44 - Unidade Judiciária Eficiente - 2024. 66 - Integração do Sistema PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. 67 - Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.</p>	<p>Presidência: Gerência de Suporte aos Juizados Especiais - GEJESP; Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p> <p>1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP; Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD; Centro de Aperfeiçoamento Gerencial de 2ª Instância - CEAGESI.</p> <p>Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR; Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.</p>
--	--	--	---	---	--



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	<p>3.24 - Índice de julgamento de processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional.</p>	<p>CNJ 11 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, no 1º Grau, 90% (noventa por cento) e, no 2º Grau, 100% (cem por cento) dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2022 nas respectivas instâncias.</p>	<p>4 - Programa Agiliza-Jus. 5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG. 67 - Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p> <p>Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR; Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.</p>
	<p>3.7 - Taxa de julgamentos monocráticos em até 60 (sessenta) dias - 2º Grau.</p>	<p>TJMG 5 - Realizar, em 2024, 70% (setenta por cento) dos julgamentos monocráticos em até 60 (sessenta) dias (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias).</p>	<p>4 - Programa Agiliza-Jus. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes. 84 - Potencialização da Cooperação entre Instâncias, com Eliminação Progressiva da Carta de Ordem.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
	<p>3.8 - Taxa de julgamentos colegiados em até 100 (cem) dias - 2º Grau.</p>	<p>TJMG 6 - Realizar, em 2024, 70% (setenta por cento) dos julgamentos colegiados em até 100 (cem) dias (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias).</p>	<p>4 - Programa Agiliza-Jus. 52 - Núcleos de Justiça 4.0 - 2ª Instância. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes. 84 - Potencialização da Cooperação entre Instâncias, com Eliminação Progressiva da Carta de Ordem.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
	<p>3.9 - Índice de acórdãos publicados em até 10 (dez) dias.</p>	<p>TJMG 7 - Publicar, em 2024, 95% (noventa e cinco por cento) dos acórdãos no prazo máximo de 10 (dez) dias após o julgamento dos processos.</p>	<p>4 - Programa Agiliza-Jus. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	3.10 - Taxa de redução do estoque de processos aptos a serem baixados ou julgados e baixados.	TJMG 8 - Reduzir, até 31/12/2024, em 50% (cinquenta por cento) o estoque dos processos aptos a serem julgados e baixados na Primeira Instância, em relação ao ano anterior.	5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG.	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR.
	3.11 - Taxa de redução de processos paralisados.	TJMG 9 - Reduzir, até 31/12/2024, em 40% (quarenta por cento) os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias na Primeira Instância, sem motivo legal, em relação ao ano anterior.	5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG. 44 - Unidade Judiciária Eficiente. 44 - Unidade Judiciária Eficiente - 2024.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE. Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR.
	3.12 - Taxa de redução de mandados judiciais em atraso.	TJMG 10 - Reduzir, até 31/12/2024, em 50% (cinquenta por cento) os mandados judiciais em atraso na Primeira Instância.	5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG.	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR.
	3.13 - Taxa de congestionamento das ações de execução cível (Justiça Comum).	TJMG 11 - Reduzir, até 31/12/2024, para 70% (setenta por cento) a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução cível (Justiça Comum).	5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG.	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR.
	3.14 - Taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento no 1º grau.	TJMG 12 - Reduzir, até 31/12/2024, para 70% (setenta por cento) a taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento (Justiça Comum).	5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG.	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR.
	3.15 - Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal municipal.	TJMG 13 - Reduzir, até 31/12/2024, para 60% (sessenta por cento) a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal.	5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG.	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

<p>3.19 - Taxa de cumprimento das atividades previstas para o ano de 2024 na iniciativa "Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional".</p>	<p>TJMG 17 - Executar, até dezembro de 2024, 70% (setenta por cento) das atividades previstas para o ano na iniciativa "Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional".</p>	<p>21 - Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
<p>3.25 - Percentual de execução do plano de automatização dos mandados judiciais da Central Eletrônica de Mandados e Diligências - CEMAD na comarca-piloto.</p>	<p>TJMG 108 - Concluir, até 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas para a implantação da primeira fase da CEMAD na comarca-piloto.</p>	<p>39 - Central Eletrônica de Mandados e Diligências - CEMAD.</p>	<p>Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.</p>
<p>3.30 - Taxa de execução do Plano de Integração do Sistema PJe com o SISBAJUD.</p>	<p>TJMG 78 - Executar, até 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas no plano de Integração do Sistema PJe com o SISBAJUD.</p>	<p>66 - Integração do Sistema PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD.</p>	<p>Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.</p>
<p>3.31 - Taxa de execução do Plano de Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.</p>	<p>TJMG 79 - Executar, até 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas no Plano de Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.</p>	<p>67 - Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.</p>	<p>Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.</p>
<p>3.32 - Taxa de execução das atividades do Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais.</p>	<p>TJMG 80 - Concluir, até dezembro de 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas para o ano no Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais.</p>	<p>68 - Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
<p>3.34 - Número de audiências, sentenças, decisões e despachos proferidos, em processos cíveis e criminais, em caráter de cooperação no Programa Pontualidade 5.0.</p>	<p>TJMG 85 - Proferir, em 2024, 60.000 (sessenta mil) atos (audiências, sentenças, decisões e despachos), em processos cíveis e criminais, em caráter de cooperação no Programa Pontualidade 5.0.</p>	<p>6 - Programa Pontualidade 5.0.</p>	<p>Presidência.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	<p>3.36 - Taxa de virtualização e indexação dos processos cíveis e criminais que aportarem fisicamente na Segunda Instância.</p>	<p>TJMG 87 - Virtualizar e indexar, em 2024, 100% (cem por cento) dos processos cíveis e criminais aptos tecnicamente que aportarem fisicamente na Segunda Instância.</p>	<p>3 - Virtualizar 5.0 - 2ª Instância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP.</p>
	<p>3.37 - Taxa de análise e distribuição de feitos que dizem respeito às matérias urgentes em até 24 (vinte e quatro) horas.</p>	<p>TJMG 88 - Analisar e distribuir 95% (noventa e cinco por cento) dos feitos que dizem respeito às matérias urgentes em até 24 (vinte e quatro) horas.</p>	<p>3 - Virtualizar 5.0 - 2ª Instância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP.</p>
	<p>3.38 - Taxa de análise e distribuição de feitos que dizem respeito às matérias não urgentes em até 24 (vinte e quatro) horas.</p>	<p>TJMG 89 - Analisar e distribuir 95% (noventa e cinco por cento) dos feitos que dizem respeito às matérias não urgentes em até 24 (vinte e quatro) horas após o cadastro e triagem.</p>	<p>3 - Virtualizar 5.0 - 2ª Instância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP.</p>
	<p>3.42 - Taxa de execução do Projeto de Gerenciamento Eficaz das Ações Coletivas.</p>	<p>TJMG 93 - Executar 100% (cem por cento) das atividades previstas no Projeto de Implantação de Gerenciamento Eficaz das Ações Coletivas para o ano de 2024.</p>	<p>74 - Gerenciamento Eficaz das Ações Coletivas.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
	<p>3.43 - Taxa de cumprimento das atividades previstas no Programa de Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância.</p>	<p>TJMG 94 - Executar, em 2024, 80% (oitenta por cento) das atividades previstas para o ano no Programa de Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância.</p>	<p>76 - Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Centro de Aperfeiçoamento Gerencial de 2ª Instância - CEAGESI.</p>
	<p>3.45 - Número de recursos excepcionais que superem o prazo de 60 (sessenta) dias de conclusão, apurados no último dia útil do expediente forense (19/12/2024).</p>	<p>TJMG 99 - Decidir 100% dos recursos excepcionais que superarem o prazo de 60 (sessenta) dias de conclusão, apurados no último dia útil do expediente forense (19/12/2024).</p>	<p>46 - Programa de Reestruturação e Integração dos Serviços Públicos Geridos pela Terceira Vice-Presidência.</p>	<p>3ª Vice-Presidência.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

3.47 - Taxa de implantação da iniciativa Unidade Judiciária Eficiente no Estado de Minas Gerais.	TJMG 110 - Implantar, no ano de 2024, a iniciativa Unidade Judiciária Eficiente - 2024 em 50 (cinquenta) unidades Judiciárias.	44 - Unidade Judiciária Eficiente - 2024.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
3.48 - Taxa de cumprimento das atividades previstas no Projeto Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.	TJMG 114 - Executar, em 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas para o ano no projeto-piloto Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.	82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
3.49 - Taxa de cumprimento das atividades previstas no Projeto Promovendo a Gestão da Litigância.	TJMG 116 - Executar, em 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas no Projeto Promovendo a Gestão da Litigância.	83 - Promovendo a Gestão da Litigância.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
3.50 - Taxa de cumprimento das atividades previstas no Projeto Potencializando a Cooperação entre Instâncias, com Eliminação Progressiva da Carta de Ordem.	TJMG 117 - Executar, em 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas no Projeto Potencialização da Cooperação entre Instâncias, com Eliminação Progressiva da Carta de Ordem.	84 - Potencialização da Cooperação entre Instâncias, com Eliminação Progressiva da Carta de Ordem.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
3.51 - Índice de tramitação processual em até 60 (sessenta) dias.	TJMG 91 - Movimentar 95% (noventa e cinco por cento) do acervo processual em prazo inferior a 60 (sessenta) dias.	4 - Programa Agiliza-Jus. 76 - Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes. 84 - Potencialização da Cooperação entre Instâncias, com Eliminação Progressiva da Carta de Ordem.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD; Centro de Aperfeiçoamento Gerencial de 2ª Instância - CEAGESI.
3.52 - Índice de processos conclusos para o respectivo cartório em até 90 (noventa) dias.	TJMG 115 - Devolver para o respectivo cartório 95% (noventa e cinco por cento) dos processos conclusos no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data da conclusão.	4 - Programa Agiliza-Jus. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	<p>3.53 - Percentual de execução do Plano de Implantação do Piloto da Central de Processos Eletrônicos - CPE de Turmas Recursais.</p>	<p>TJMG 119 - Implantar o Piloto da Central de Processos Eletrônicos - CPE de Turmas Recursais, na 1ª e 2ª Turmas Recursais do Grupo Jurisdicional de Montes Claros, no 1º semestre de 2024.</p>	<p>85 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Piloto da Central de Processos Eletrônicos - CPE de Turmas Recursais na 1ª e 2ª Turmas Recursais do Grupo Jurisdicional de Montes Claros.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
	<p>3.54 - Número de Varas de Feitos Tributários de Minas Gerais e de Belo Horizonte e Central de Cumprimento de Sentença, na Primeira Instância, com eproc instalado.</p>	<p>TJMG 121 - Instalar, em 2024, o eproc na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais; na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte, abrangendo todas as classes processuais de competência dessas unidades judiciárias, com exceção da Carta Precatória de Execução Fiscal; e na Central de Cumprimento de Sentença - CENTRASE/Fazendária da Comarca de Belo Horizonte, envolvendo somente a expedição do ofício precatório para a tramitação no eproc do Segundo Grau, sob a gestão da Assessoria de Precatórios - ASPREC.</p>	<p>87 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais eproc - 1ª Fase.</p>	<p>Presidência: Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico - eproc - CGeproc/TJMG (Portaria Conjunta nº 1.530/PR/2024).</p>
	<p>3.55 - Número de Câmaras Cíveis de Direito Público e Assessoria de Precatórios, na Segunda Instância, com eproc instalado.</p>	<p>TJMG 122 - Instalar, em 2024, o eproc na 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª e 19ª Câmaras Cíveis de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, abrangendo os recursos interpostos nas ações iniciadas no eproc; na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais e na 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte, abrangendo as ações de competência originária em matéria fiscal e tributária; e, por fim, na Assessoria de Precatórios - ASPREC.</p>	<p>87 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais eproc - 1ª Fase.</p>	<p>Presidência: Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico - eproc - CGeproc/TJMG (Portaria Conjunta nº 1.530/PR/2024).</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	4.1 - Índice de julgamento das ações de improbidade e combate à corrupção.	CNJ 4 - Identificar e julgar, até 31/12/2024, 65% (sessenta e cinco por cento) das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	4 - Programa Agiliza-Jus. 11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição. 66 - Integração do Sistema PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. 67 - Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD. Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.
	4.4 - Taxa de execução das atividades previstas para o fortalecimento do Sistema de Integridade.	TJMG 23 - Executar, até dezembro de 2024, 90% (noventa por cento) das atividades previstas para o ano, visando ao fortalecimento do Sistema de Integridade.	36 - Fortalecimento do Sistema de Integridade.	Presidência.
5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	5.1 - Índice de Conciliação.	CNJ 3 - Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 (um) ponto percentual em relação a 2023. Cláusula de barreira: 17% (dezessete por cento) de Índice de Conciliação.	6 - Programa Pontualidade 5.0. 7 - Programa de Estruturação de Políticas Públicas Autocompositivas de Solução de Conflitos. 12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial. 45 - Projeto de Aprimoramento de Extração, Tratamento e Explicitação de Dados Relativos às Políticas Autocompositivas. 47 - Programa de Otimização do Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.	Presidência: Gerência de Suporte aos Juizados Especiais - GEJESP. 3ª Vice-Presidência.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	<p>5.6 - Taxa de aumento de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade tratados no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs no setor pré-processual ou no programa Paternidade para Todos.</p>	<p>TJMG 27 - Aumentar, em 2024, 5% (cinco por cento) no número de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade em relação ao ano anterior.</p>	<p>7 - Programa de Estruturação de Políticas Públicas Autocompositivas de Solução de Conflitos. 47 - Programa de Otimização do Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.</p>	<p>3ª Vice-Presidência.</p>
	<p>5.9 - Percentual de sessões agendadas nos CEJUSCs.</p>	<p>TJMG 97 - Aumentar, em 2024, uma média de pelo menos 3% (três por cento) no número de sessões agendadas nos CEJUSCs em relação ao ano anterior.</p>	<p>7 - Programa de Estruturação de Políticas Públicas Autocompositivas de Solução de Conflitos. 45 - Projeto de Aprimoramento de Extração, Tratamento e Explicitação de Dados Relativos às Políticas Autocompositivas. 47 - Programa de Otimização do Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.</p>	<p>3ª Vice-Presidência.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

		5.10 - Número de comarcas atendidas com a Justiça Restaurativa.	TJMG 98 - Realizar, em pelo menos 20% (vinte por cento) das comarcas, iniciativas de Justiça Restaurativa no ano de 2024.	7 - Programa de Estruturação de Políticas Públicas Autocompositivas de Solução de Conflitos. 45 - Projeto de Aprimoramento de Extração, Tratamento e Explicitação de Dados Relativos às Políticas Autocompositivas. 46 - Programa de Reestruturação e Integração dos Serviços Públicos Geridos pela Terceira Vice-Presidência. 47 - Programa de Otimização do Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.	3ª Vice-Presidência.
6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.		6.1 - Taxa de julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade em até 100 (cem) dias.	TJMG 29 - Julgar, em 2024, em até 100 (cem) dias, 80% (oitenta por cento) dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos após trânsito em julgado do tema - 2º Grau (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias).	4 - Programa Agiliza-Jus. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes. 83 - Promovendo a Gestão da Litigância.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
		6.3 - Índice de priorização de ações coletivas.	TJMG 59 - Julgar, até 31/12/2024, 85% (oitenta e cinco por cento) das ações coletivas distribuídas até 31/12/2022 no 2º Grau.	4 - Programa Agiliza-Jus. 68 - Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais. 74 - Gerenciamento Eficaz das Ações Coletivas. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE. 1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	<p>6.4 - Taxa de julgamento de IRDR/IAC em até 280 (duzentos e oitenta) dias.</p>	<p>TJMG 118 - Julgar, em 2024, 80% (oitenta por cento) dos IRDRs/IACS em até 280 (duzentos e oitenta) dias após a admissão, (desconsiderado o tempo médio de permanência em carga a advogados ou órgãos externos - 25 dias).</p>	<p>4 - Programa Agiliza-Jus. 75 - Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes. 83 - Promovendo a Gestão da Litigância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
	<p>6.5 - Taxa de Juízo de admissibilidade de IRDR/IAC em até 90 (noventa) dias.</p>	<p>TJMG 113 - Exercer, em 2024, o juízo de admissibilidade em 100% (cem por cento) dos IRDRs/IACs em até 90 (noventa) dias após a distribuição do requerimento.</p>	<p>4 - Programa Agiliza-Jus. 75 - Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados. 82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes. 83 - Promovendo a Gestão da Litigância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
<p>7 - Promoção da Sustentabilidade.</p>	<p>7.1 - Taxa de execução do Plano de Logística Sustentável.</p>	<p>TJMG 31 - Executar, até dezembro de 2024, 80% (oitenta por cento) das atividades previstas para o ano no Plano de Logística Sustentável.</p>	<p>2 - Plano de Logística Sustentável - PLS.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
<p>8 - Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.</p>	<p>8.1 - Taxa de execução das atividades previstas para o ano de 2024, da iniciativa Fortalecimento das Políticas Judiciárias de Melhoria do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo.</p>	<p>TJMG 32 - Executar 90% (noventa por cento) das atividades previstas para o ano no cronograma da iniciativa Fortalecimento das Políticas Judiciárias de Melhoria do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo, até 31 de dezembro de 2024.</p>	<p>29 - Fortalecimento das Políticas Judiciárias de Melhoria do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo.</p>	<p>Presidência: Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF.</p>
	<p>8.10 - Taxa de apenados custodiados pela Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte cadastrados sistema SAREF (projeto-piloto).</p>	<p>TJMG 112 - Cadastrar, no Sistema SAREF (projeto - piloto), no mínimo 10% (dez por cento) dos apenados custodiados pela Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte, até 28/06/2024 (universo de 10.000 apenados).</p>	<p>80 - Implantação do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial - SAREF (projeto-piloto na VEP/BH).</p>	<p>Presidência: Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	9.10 - Índice de difusão da Cultura da Inovação (Cumprimento da Resolução do CNJ nº 395/2021).	CNJ 9 - Implantar, no ano de 2024, 2 (dois) projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.	43 - Programa Inova TJMG.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
	9.1 - Número de unidades judiciárias de 1º Grau que implantaram o Desdobramento do Planejamento Estratégico.	TJMG 40 - Implantar o Desdobramento do Planejamento Estratégico - DPE em 45 (quarenta e cinco) unidades judiciárias de 1º Grau até 31/12/2024.	11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição.	Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.
	9.3 - Taxa de execução do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos.	TJMG 42 - Cumprir 100% (cem por cento) das atividades do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos previstas até 31/12/2024.	19 - Gestão de Documentos Eletrônicos.	2ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED.
	9.5 - Taxa de execução das atividades previstas no Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED.	TJMG 44 - Executar, até dezembro de 2024, 70% (setenta por cento) das atividades previstas para o ano no Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED.	22 - Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
	9.13 - Taxa de entregas realizadas pelo UAI-Lab previstas no Programa Inova TJMG.	TJMG 62 - Cumprir, até dezembro de 2024, 100% (cem por cento) das entregas previstas para o ano no Programa Inova TJMG.	43 - Programa Inova TJMG.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
	9.15 - Taxa de conclusão das entregas previstas no Projeto Integração de Informações Administrativas por Meio de Indicadores no Qlik Sense.	TJMG 64 - Concluir pelo menos 70% (setenta por cento) das entregas previstas na iniciativa Integração de Informações Administrativas por Meio de Indicadores no Qlik Sense para o ano de 2024, até 31/12/2024.	42 - Integração de Informações Administrativas por Meio de Indicadores no Qlik Sense.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	9.17 - Taxa de implantação de salas de depoimento especial nas comarcas de Minas Gerais.	TJMG 66 - Implantação de Salas de Depoimento Especial em 100% (cem por cento) das comarcas previstas para o ano de 2024.	49 - Projeto de Implantação de Salas de Depoimento Especial.	Presidência: Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ.
	9.21 - Taxa de execução do Plano de Implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.	TJMG 84 - Executar, até março de 2024, 100% (cem por cento) das atividades necessárias à implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.	71 - Implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
	9.22 - Taxa de execução do Projeto de Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.	TJMG 95 - Executar, no ano de 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas no projeto de Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.	72 - Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.	1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP.
	9.23 - Taxa de cumprimento das atividades previstas no Projeto de Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.	TJMG 96 - Executar, em 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas para o ano, no Programa de Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.	75 - Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
	9.24 - Taxa de execução das etapas previstas para Integração do ORW ao SGP.	TJMG 102 - Realizar 100% (cem por cento) das atividades da etapa de integração do ORW ao SGP até dezembro de 2024.	77 - Melhorias no Precatório com o ORW.	Presidência: Assessoria de Precatórios - ASPREC.
	9.25 - Taxa de Termos de Autorização para Ocupação ou de Termos de Recebimento Provisório emitidos.	TJMG 109 - Emitir, até 31/12/2024, Termo de Autorização de Ocupação - TAO ou, quando não houver ocupação, Termo de Recebimento Provisório - TRP, para pelo menos 70% (setenta por cento) das obras previstas para o ano no Plano de Obras - universo de 33 (trinta e três) obras.	20 - Plano de Aceleração de Obras.	Presidência: Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial - DENGEP.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

		9.26 - Taxa de execução do Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação.	TJMG 123 - Concluir 84% (oitenta e quatro por cento) das entregas previstas para o Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação, até dezembro de 2024.	81 - Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação.	Presidência.
		9.27 - Número de entregas ágeis iniciadas para o desenvolvimento do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária.	TJMG 125 – Iniciar, até 19/12/2024, o desenvolvimento de pelos menos 2 (duas) entregas ágeis relativas ao Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária.	88 - Programa de Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Financeira e Orçamentária do TJMG.	Presidência: Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional - DEPLAG; Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN; Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR.
		9.28 - Taxa de execução das etapas previstas para implantação do sistema de precatórios do TJSC.	TJMG 126 - Realizar, até dezembro de 2024, 100% (cem por cento) das atividades planejadas para o ano de 2024 visando à implantação do sistema de precatórios do TJSC.	89 - Implantação do Sistema de Precatórios do TJSC.	Presidência: Assessoria de Precatórios - ASPREC; Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR.
Aprendizado e Crescimento	10 - Otimização da Gestão de Pessoas.	10.1 - Índice de cumprimento das metas definidas nos Planos Anuais de Desenvolvimento - PAD.	TJMG 48 - Alcançar, até dezembro de 2024, percentual médio de cumprimento (média ponderada) de no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) com relação às metas previstas no PDA 2024.	14 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEF ciclo 2021-2026 - Educação Institucional - Planos de Desenvolvimento Anuais (PDI EJEF - PDA).	2ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP.
		10.5 - Taxa de consolidação do Programa de Pós-Graduação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.	TJMG 67 - Cumprir, até dezembro de 2024, 67% (sessenta e sete por cento) das etapas/entregas de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEF previstas para o período de 2021-2026.	50 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEF ciclo 2021-2026 - Programa de Pós-Graduação da EJEF (PDI EJEF - PÓS).	2ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	10.6 - Taxa de cumprimento das atividades previstas para implementação da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação no âmbito da Justiça de Primeira e Segunda Instâncias.	TJMG 104 - Executar, em 2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas para o ano para a implementação da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação no âmbito da Justiça de Primeira e Segunda Instâncias.	78 - Implementação de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação.	Presidência: Comissão Paritária e Multidisciplinar de Estudos, Prevenção e Recebimento de Reclamações Acerca do Assédio Moral no Trabalho no Âmbito da Justiça Comum do Estado de Minas Gerais (1ª e 2ª Instâncias) - COASSED (1ª e 2ª Instâncias) (Resolução do TJMG nº 1.018/2023).
11 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	11.2 - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas ao Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD.	TJMG 127 - Concluir, até 19/12/2024, 59% (cinquenta e nove por cento) do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD.	57 - Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
	11.3 - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas ao Projeto de Gestão de Receitas do TJMG.	TJMG 69 - Cumprir, até 31/12/2024, 100% (cem por cento) das atividades previstas para o ano no Projeto de Gestão de Receitas do TJMG.	55 - Gestão de Receitas do TJMG.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
	11.5 - Taxa de créditos não relativos aos processos administrativos apurados com crédito a receber e incobráveis registrados no SIAFI.	TJMG 106 - Registrar, no SIAFI, até 31/10/2024, 100% (cem por cento) dos créditos não tributários relativos aos processos administrativos apurados com crédito a receber e incobráveis informados pela AGE ao TJMG.	56 - Implantação da Gestão dos Créditos do TJMG.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
	11.6 - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas à extração de dados atualizados do Sistema SIARE referente ao Processo Tributário Administrativo - PTA originados da CNPDP e inclusão no banco de dados do Sistema RUPE.	TJMG 107 - Executar 100% (cem por cento) das atividades previstas no Projeto de Implantação da Gestão de Créditos necessárias à extração de dados atualizados do Sistema SIARE referentes ao Processo Tributário Administrativo - PTA originados da CNPDP e inclusão no banco de dados do Sistema RUPE, até 30/11/2024.	56 - Implantação da Gestão dos Créditos do TJMG.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

	12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados.	12.3 - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - iGovTIC-JUD.	TJMG 54 - Manter, em 2024, o TJMG na faixa do nível de maturidade de "Excelência", atingindo pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) na avaliação do iGov-TIC.	24 - Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Presidência: Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR.
		12.5 - Taxa de implementação das atividades previstas no Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG em 2024.	TJMG 46 - Implementar, até dezembro de 2024, 70% (setenta por cento) das atividades previstas para o ano no Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG.	27 - Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.



ANEXO II

(a que se refere o art. 1º da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.624, de 27 de novembro de 2024)

“ANEXO II

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º da [Portaria Conjunta da Presidência nº 1.550](#), de 7 de maio de 2024)

QUADRO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024

Macrodesafio	Nome da Iniciativa	Unidade Gestora
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	1a - Projetos Sociais - APAC.	Presidência: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC/GMF
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	1c - Projetos Sociais - COINJ - Entrega Legal.	Presidência: Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	1d - Projetos Sociais - PAI-PJ.	Presidência: Programa de Atenção ao Paciente Judiciário - PAI-PJ/GMF
7 - Promoção da Sustentabilidade.	2 - Plano de Logística Sustentável - PLS.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	3 - Virtualizar 5.0 - 2ª Instância.	1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa. 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	4 - Programa Agiliza-Jus.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	5 - Esforço Concentrado para Elevar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-JUS do TJMG.	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correicional - DIRCOR.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	6 - Programa Pontualidade 5.0.	Presidência.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

<p>2 - Ampliação da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.</p>	<p>7 - Programa de Estruturação de Políticas Públicas Autocompositivas de Solução de Conflitos.</p>	<p>3ª Vice-Presidência.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa. 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição.</p>	<p>Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.</p>	<p>12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.</p>	<p>Presidência: Gerência de Suporte aos Juizados Especiais - GEJESP.</p>
<p>1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito. 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>13 - Fortalecimento e Implementação de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar.</p>	<p>Presidência: Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - COMSIV.</p>
<p>10 - Otimização da Gestão de Pessoas.</p>	<p>14 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEJ ciclo 2021-2026 - Educação Institucional - Planos de Desenvolvimento Anuais (PDI EJEJ - PDA).</p>	<p>2ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP.</p>
<p>9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>19 - Gestão de Documentos Eletrônicos.</p>	<p>2ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED.</p>
<p>9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>20 - Plano de Aceleração de Obras.</p>	<p>Presidência: Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial - DENGEP.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>21 - Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
<p>9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>22 - Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
<p>12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados.</p>	<p>24 - Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.</p>	<p>Presidência: Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados.	27 - Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
8 - Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.	29 - Fortalecimento das Políticas Judiciárias de Melhoria do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo.	Presidência: Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF.
4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	36 - Fortalecimento do Sistema de Integridade.	Presidência.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	39 - Central Eletrônica de Mandados e Diligências - CEMAD.	Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	42 - Integração de Informações Administrativas por Meio de Indicadores no Qlik Sense.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	43 - Programa Inova TJMG.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	44 - Unidade Judiciária Eficiente.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	44 - Unidade Judiciária Eficiente - 2024.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	45 - Projeto de Aprimoramento de Extração, Tratamento e Explicitação de Dados Relativos às Políticas Autocompositivas.	3ª Vice-Presidência.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	46 - Programa de Reestruturação e Integração dos Serviços Públicos Geridos pela Terceira Vice-Presidência.	3ª Vice-Presidência.
2 - Ampliação da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	47 - Programa de Otimização do Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.	3ª Vice-Presidência.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	49 - Projeto de Implantação de Salas de Depoimento Especial.	Presidência: Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

10 - Otimização da Gestão de Pessoas.	50 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEJ ciclo 2021-2026 - Programa de Pós-Graduação da EJEJ (PDI EJEJ - PÓS).	2ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	52 - Núcleos de Justiça 4.0 - 2ª Instância.	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.	55 - Gestão de Receitas do TJMG.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.	56 - Implantação da Gestão dos Créditos do TJMG.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.	57 - Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	64 - Projeto de Divulgação e Estímulo à Realização de Campanhas de Apadrinhamento.	Presidência: Coordenadoria da Infância e da Juventude - COINJ.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	65 - Projetos Sociais - Núcleo de Voluntariado do TJMG e Comitê PopRua/Jus.	Presidência: Núcleo de Voluntariado - NV.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	66 - Integração do Sistema PJe com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD.	Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	67 - Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.	Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	68 - Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais.	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	71 - Implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	72 - Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.	1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.</p>	<p>74 - Gerenciamento Eficaz das Ações Coletivas.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
<p>6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios. 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>75 - Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>76 - Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Centro de Aperfeiçoamento Gerencial de 2ª Instância - CEAGESI.</p>
<p>9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>77 - Melhorias no Precatório com o ORW.</p>	<p>Presidência: Assessoria de Precatórios - ASPREC.</p>
<p>10 - Otimização da Gestão de Pessoas.</p>	<p>78 - Implementação de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação.</p>	<p>Presidência: Comissão Paritária e Multidisciplinar de Estudos, Prevenção e Recebimento de Reclamações Acerca do Assédio Moral no Trabalho no Âmbito da Justiça Comum do Estado de Minas Gerais (1ª e 2ª Instâncias) - COASSED (1ª e 2ª Instâncias) (Resolução do TJMG nº 1.018/2023).</p>
<p>1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.</p>	<p>79 - Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade - Programa D.I.A.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
<p>8 - Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.</p>	<p>80 - Implantação do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial - SAREF (projeto-piloto na VEP/BH).</p>	<p>Presidência: Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF.</p>
<p>9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>81 - Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação.</p>	<p>Presidência.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.</p>	<p>82 - Gestão de Litigância e de Metas para Gabinetes.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.</p>	<p>83 - Promovendo a Gestão da Litigância.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>84 - Potencialização da Cooperação entre Instâncias, com Eliminação Progressiva da Carta de Ordem.</p>	<p>1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.</p>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>85 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Piloto da Central de Processos Eletrônicos - CPE de Turmas Recursais na 1ª e 2ª Turmas Recursais do Grupo Jurisdicional de Montes Claros.</p>	<p>Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE.</p>
<p>1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito. 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>86 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Fóruns e CEJUSCs Digitais.</p>	<p>Presidência. 3ª Vice-Presidência. Corregedoria-Geral de Justiça.</p>
<p>3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</p>	<p>87 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais eproc - 1ª Fase.</p>	<p>Presidência: Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico - eproc - CGeproc/TJMG (Portaria Conjunta nº 1.530/PR/2024).</p>
<p>9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>88 - Programa de Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Financeira e Orçamentária do TJMG.</p>	<p>Presidência: Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional - DEPLAG; Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN; Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR.</p>
<p>9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.</p>	<p>89 - Implantação do Sistema de Precatórios do TJSC.</p>	<p>Presidência: ASPREC - Assessoria de Precatórios; Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR.</p>

LISTA DE AÇÕES EDUCACIONAIS DA EJEF PROMOVIDAS EM 2024

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
1	14º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos	De 13/05/2024 a 08/08/2024	Presencial	496	Magistrados; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
2	1ª Semana Nacional dos Juizados Especiais	De 05/06/2024 a 07/06/2024	EAD	5	da 1ª Instância;	Não
3	2º Congresso Internacional de Justiça Restaurativa do TJMG - Presencial	De 21/11/2024 a 22/11/2024	Presencial	11	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Sim
4	2º Congresso Internacional de Justiça Restaurativa do TJMG - Transmissão	De 21/11/2024 a 22/11/2024	Transmissão ao vivo	11	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Sim
5	35º ENCOR - Ouro Preto	De 06/03/2024 a 08/03/2024	Semipresencial	20	Magistrados; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
6	5º ENCOR-GES - Ouro Preto	De 08/03/2024 a 08/03/2024	Presencial	3	Somente para gestores; da 1ª Instância;	Não
7	A Atuação dos Comissários da Infância e da Juventude e dos Agentes de Proteção no TJMG - Turma 2/2024	De 01/08/2024 a 06/12/2024	EAD	14	Servidores; Público externo;	Sim
8	A Atuação dos Comissários da Infância e da Juventude e dos Agentes de Proteção no TJMG -Turma 6	De 19/02/2024 a 26/07/2024	EAD	14	Magistrados; Servidores;	Sim
9	A Atuação dos Juízes Leigos	De 07/02/2024 a 17/12/2024	EAD	15	Terceirizados; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
10	A Conciliação Criminal	De 22/03/2024 a 22/03/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
11	A implantação do SCDP no TJMG - Aprovadores - Grupo1 Turma 1	De 13/03/2024 a 13/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
12	A implantação do SCDP no TJMG - Aprovadores - Grupo1 Turma 2	De 15/03/2024 a 15/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
13	A implantação do SCDP no TJMG - Aprovadores - Grupo1 Turma 3	De 20/03/2024 a 20/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
14	A Implantação do SCDP no TJMG - Aprovadores - Grupo1 Turma 4	De 26/03/2024 a 26/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
15	A implantação do SCDP no TJMG - Aprovadores - Grupo2 Turma 1	De 21/03/2024 a 21/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
16	A implantação do SCDP no TJMG - Aprovadores - Grupo2 Turma 2	De 22/03/2024 a 22/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
17	A implantação do SCDP no TJMG - Aprovadores - Grupo2 Turma 3	De 25/03/2024 a 25/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
18	A implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) no TJMG - Gestores - Turma 1	De 12/03/2024 a 12/03/2024	Presencial	2	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
19	A implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) no TJMG - Gestores - Turma 2	De 12/03/2024 a 12/03/2024	Presencial	2	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
20	A implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) no TJMG - Gestores - Turma 3	De 14/03/2024 a 14/03/2024	Presencial	2	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
21	A implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) no TJMG - Gestores - Turma 4	De 14/03/2024 a 14/03/2024	Presencial	2	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
22	A Política Antimanicomial do Poder Judiciário	De 13/03/2024 a 22/04/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
23	A Política Antimanicomial do Poder Judiciário - Turma 2/2024	De 11/09/2024 a 17/10/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
24	A proteção da privacidade trazida pela LGPD	De 19/02/2024 a 29/02/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores; Estagiários;	Sim
25	Abuso do Direito de Ação e seu Enfrentamento no Contexto do TJMG - Turma 1/2024	De 16/10/2024 a 26/11/2024	Semipresencial	34	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
26	Administração do tempo Turma 1/2024	De 05/04/2024 a 10/06/2024	EAD	6	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
27	Administração Financeira Pessoal - Turma 12 - Autoinstrucional	De 01/04/2024 a 10/06/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
28	Administração Financeira Pessoal - Turma 2/2024	De 05/08/2024 a 20/08/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
29	Adoção Internacional e o Direito à Convivência Familiar - 2/2024	De 24/10/2024 a 13/11/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
30	Adoção Internacional e o Direito à Convivência Familiar - turma 16	De 02/05/2024 a 29/05/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
31	Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Turma 2/2024	De 02/09/2024 a 03/10/2024	EAD	24	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
32	Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Turma 4	De 19/02/2024 a 26/07/2024	EAD	24	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
33	Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação Judiciais - Turma 6	De 19/03/2024 a 09/05/2024	EAD	30	Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
34	Aperfeiçoamento em Mediação Empresarial - turma 1/2024	De 25/09/2024 a 13/11/2024	EAD	35	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
35	Aprenda a construir robôs de RPA	De 20/02/2024 a 29/02/2024	Presencial	20	Magistrados; Servidores;	Sim
36	Aprenda a construir robôs de RPA para automatizar processos repetitivos - Turma 2/2024	De 04/11/2024 a 29/11/2024	Semipresencial	40	Magistrados; Servidores;	Sim
37	Aspectos Relevantes do Direito de Família - Turma 1/2024	De 01/10/2024 a 07/11/2024	EAD	26	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
38	Assédio Moral, Sexual e Discriminação - Módulo II	De 19/02/2024 a 28/02/2024	Semipresencial	16	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
39	Assédio Moral, Sexual e Discriminação - Módulo III	De 04/03/2024 a 05/03/2024	Semipresencial	8	Magistrados; Servidores;	Sim
40	Assédio Moral, Sexual e Discriminação - Módulo IV	De 01/04/2024 a 01/04/2024	Semipresencial	4	Magistrados; Servidores;	Sim
41	Atendimento humanizado no judiciário mineiro às pessoas em situação de rua - turma 2/2024	De 17/07/2024 a 06/12/2024	EAD	10	Público externo; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
42	Atendimento humanizado no judiciário mineiro às pessoas em situação de rua - Turma 3	De 19/02/2024 a 26/07/2024	EAD	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
43	Atos Virtuais: Videoconferência, PJe Mídias e Audiência Digital - Turma 2/2024	De 17/09/2024 a 12/12/2024	EAD	12	Servidores; da 1ª Instância;	Sim
44	Atualização e Aperfeiçoamento do Processo Judicial Eletrônico- PJe - Módulo Cível	De 02/04/2024 a 16/04/2024	EAD	6	Magistrados; Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
45	Atualização e Aperfeiçoamento do Processo Judicial Eletrônico- PJe - Módulo Criminal	De 02/04/2024 a 16/04/2024	EAD	6	Magistrados; Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
46	Atualização Gramatical - Turma 12	De 29/02/2024 a 15/04/2024	EAD	30	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
47	Atualização Gramatical - Turma 2/2024	De 12/08/2024 a 25/09/2024	EAD	30	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
48	Aula Magna Inaugural do Semestre Letivo da EJEJ - EAD	De 02/08/2024 a 02/08/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
49	Aula Magna Inaugural do Semestre Letivo da EJEJ - PRESENCIAL	De 02/08/2024 a 02/08/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
50	Aula Magna Pós-graduação lato sensu em Gestão Pública Judiciária - pessoas, eficiência e inovação	De 12/04/2024 a 12/04/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
51	Avaliação de Desempenho por Competências para gestores - turma 1/2024	De 21/08/2024 a 04/12/2024	EAD	8	Magistrados; Somente para gestores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância; Servidores;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
52	Avaliação de Desempenho por Competências para servidores - turma 2/2024	De 17/09/2024 a 12/12/2024	EAD	8	Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
53	Avaliação de Desempenho por Competências para Servidores - Turma 8	De 07/02/2024 a 19/06/2024	EAD	8	Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
54	BNMP 3.0 - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - Turma 1	De 13/11/2024 a 13/11/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores;	Sim
55	BNMP 3.0 - Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - Turma 2	De 27/11/2024 a 27/11/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores;	Sim
56	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Administrativo - Turma 1	De 14/10/2024 a 14/10/2024	Presencial	5	Servidores; da 1ª Instância;	Sim
57	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 1	De 15/10/2024 a 15/10/2024	Presencial	5	Servidores;	Sim
58	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 10	De 29/10/2024 a 29/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
59	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 11	De 30/10/2024 a 30/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
60	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 2	De 16/10/2024 a 16/10/2024	Presencial	5	Servidores; da 1ª Instância;	Sim
61	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 3	De 17/10/2024 a 17/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
62	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 4	De 18/10/2024 a 18/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
63	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 5	De 21/10/2024 a 21/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
64	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 6	De 22/10/2024 a 22/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
65	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 7	De 23/10/2024 a 23/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
66	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 8	De 24/10/2024 a 24/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
67	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Central de Mandados - Oficiais de Justiça - Turma 9	De 25/10/2024 a 25/10/2024	Presencial	5	Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
68	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Contadoria - Turma 1	De 14/10/2024 a 15/10/2024	Presencial	10	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
69	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Contadoria - Turma 2	De 16/10/2024 a 17/10/2024	Presencial	10	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
70	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Distribuidor de Feitos - Turma 1	De 04/10/2024 a 04/10/2024	Presencial	5	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
71	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Distribuidor de Feitos - Turma 2	De 11/10/2024 a 11/10/2024	Presencial	5	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
72	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Gabinete - Turma 1	De 30/09/2024 a 03/10/2024	Presencial	14	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
73	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Gabinete - Turma 2	De 07/10/2024 a 10/10/2024	Presencial	14	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
74	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Secretaria - Turma 1	De 30/09/2024 a 04/10/2024	Presencial	25	Magistrados; Servidores; Estagiários;	Sim
75	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Secretaria - Turma 2	De 07/10/2024 a 11/10/2024	Presencial	25	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
76	Capacitação do projeto-piloto do Sistema eproc - Varas de Feitos Tributários - Perfil Secretaria - Turma 3	De 14/10/2024 a 18/10/2024	Presencial	25	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
77	Capacitação em acessibilidade - Módulo Conteúdo	De 04/09/2024 a 23/09/2024	EAD	15	Servidores;	Sim
78	Capacitação em acessibilidade - Módulo Desenvolvimento	De 12/08/2024 a 28/08/2024	EAD	15	Servidores;	Sim
79	Capacitação em Conciliação - Turma 3/2024	De 29/07/2024 a 12/11/2024	EAD	100	Servidores; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
80	Capacitação em Conciliação - Turma 4/2024	De 16/09/2024 a 19/12/2024	EAD	100	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
81	Capacitação em Mediação - Turma 2/2024	De 15/10/2024 a 25/11/2024	EAD	100	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
82	Capacitação em Mediação - Turma 9	De 29/04/2024 a 10/07/2024	EAD	100	Magistrados; Servidores; Estagiários; Público externo;	Sim
83	Capacitação Interna CGJ - Sistema eproc - Turma 1/2024	De 02/12/2024 a 10/12/2024	Presencial	35	Servidores; Terceirizados; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Sim
84	Capacitação no Sistema eproc - 2ª instância - Gabinete - Grupo 1	De 23/09/2024 a 27/09/2024	Presencial	20	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
85	Capacitação no Sistema eproc - 2ª instância - Gabinete - Grupo 2	De 23/09/2024 a 27/09/2024	Presencial	20	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
86	Capacitação no Sistema eproc - 2ª instância - Gabinete - Grupo 3	De 30/09/2024 a 04/10/2024	Presencial	20	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
87	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete das Câmaras de Direito Público de competência Tributária e Fiscal - Turma 1/2024	De 04/11/2024 a 14/11/2024	Presencial	24	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
88	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete das Câmaras de Direito Público de competência Tributária e Fiscal - Turma 2/2024	De 04/11/2024 a 14/11/2024	Presencial	24	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
89	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete das Câmaras de Direito Público de competência Tributária e Fiscal - Turma 3/2024	De 04/11/2024 a 14/11/2024	Presencial	24	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
90	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete das Câmaras de Direito Público de competência Tributária e Fiscal - Turma 4/2024	De 04/11/2024 a 14/11/2024	Presencial	24	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
91	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete das Câmaras de Direito Público de competência Tributária e Fiscal - Turma 5/2024	De 04/11/2024 a 14/11/2024	Presencial	24	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
92	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete das Câmaras de Direito Público de competência Tributária e Fiscal - Turma 6/2024	De 04/11/2024 a 14/11/2024	Presencial	24	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
93	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete do Órgão Especial e 1ª Seção Cível - Turma 1/2024	De 04/11/2024 a 07/11/2024	Presencial	16	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
94	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete do Órgão Especial e 1ª Seção Cível - Turma 2/2024	De 18/11/2024 a 22/11/2024	Presencial	16	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
95	Capacitação no Sistema eproc - 2ª Instância - Perfil Gabinete do Órgão Especial e 1ª Seção Cível - Turma 3/2024	De 25/11/2024 a 28/11/2024	Presencial	16	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
96	Capacitação no Sistema Meu Gabinete - Turma 1	De 21/02/2024 a 22/02/2024	EAD	6	Magistrados; Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
97	Capacitação no Sistema Meu Gabinete - Turma 2	De 20/03/2024 a 21/03/2024	EAD	6	Magistrados; Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
98	Capacitação no Sistema Meu Gabinete - Turma 3	De 24/04/2024 a 25/04/2024	EAD	6	Magistrados; Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
99	Capacitação para Atermadores dos Juizados Especiais - turma 12	De 21/02/2024 a 20/06/2024	EAD	5	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
100	Capacitação para Atermadores dos Juizados Especiais - turma 2	De 10/07/2024 a 06/12/2024	EAD	5	Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
101	Caravana Virtual da Rede de Centros de Inteligência - Nota Técnica nº 11 de 2023	De 25/11/2024 a 25/11/2024	Transmissão ao vivo	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
102	Ciclo de Palestras de Conciliação e Mediação em Direito das Famílias - 5º Live	De 23/02/2024 a 23/02/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
103	Ciclo de Palestras de Conciliação e Mediação em Direito das Famílias - 6º live	De 17/04/2024 a 17/04/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
104	Ciclo de Palestras de Conciliação e Mediação em Direito das Famílias - 7º live	De 04/06/2024 a 04/06/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
105	Circuito de Palestras: Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Semana 1	De 07/08/2024 a 07/08/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
106	Circuito de Palestras: Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Semana 2	De 14/08/2024 a 14/08/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
107	Circuito de Palestras: Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Semana 3	De 21/08/2024 a 21/08/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
108	Circuito de Palestras: Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - Semana 4	De 27/08/2024 a 27/08/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
109	Código de Conduta do TJMG	De 05/12/2024 a 18/12/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários;	Sim
110	Colóquio - Lei de Drogas: desafios e perspectivas no Brasil - Presencial	De 16/09/2024 a 16/09/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Não
111	Colóquio - Lei de Drogas: desafios e perspectivas no Brasil - Transmissão	De 16/09/2024 a 16/09/2024	Transmissão ao vivo	3	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários;	Não
112	Congresso Diálogo de Cortes: a complementaridade entre a ordem jurídica brasileira e a internacional - PRESENCIAL	De 29/10/2024 a 30/10/2024	Presencial	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
113	Congresso Diálogo de Cortes: a complementaridade entre a ordem jurídica brasileira e a internacional- EAD	De 29/10/2024 a 30/10/2024	Transmissão ao vivo	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
114	Congresso IBERC/TJMG - Responsabilidade Civil nos Tribunais no Século XXI	De 18/04/2024 a 19/04/2024	Presencial	12	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
115	Conhecendo o Poder Judiciário e o papel do CNJ - Turma 2/2024 - Autoinstrucional	De 19/08/2024 a 30/08/2024	EAD	5	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
116	Conhecendo o Poder Judiciário e o papel do CNJ - Turma 6 - Autoinstrucional	De 05/04/2024 a 28/06/2024	EAD	5	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
117	Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ - Turma- 3/2024	De 30/09/2024 a 13/12/2024	EAD	5	Estagiários;	Sim
118	Conhecendo o Qlik Sense - Turma 1/2024	De 26/09/2024 a 16/10/2024	EAD	7	Magistrados; Servidores; Estagiários;	Sim
119	Cooperação Judiciária - alcance, possibilidades e ferramentas	De 04/06/2024 a 04/06/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Sim
120	Cooperação Judiciária - elementos e desafios	De 11/06/2024 a 24/07/2024	EAD	30	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
121	Criação, facilitação e coordenação de grupos para homens autores de violência contra as mulheres - ETAPA 3	De 24/10/2024 a 07/11/2024	Semipresencial	9	Servidores;	Sim
122	Criação, facilitação e coordenação de grupos para homens autores de violência contra as mulheres - ETAPAS 1 e 2	De 23/09/2024 a 07/11/2024	Semipresencial	40	Servidores;	Sim
123	Crianças e adolescentes em situação de rua e o papel da justiça: promoção e garantia de direitos	De 28/05/2024 a 08/07/2024	EAD	42	Magistrados; da 1ª Instância;	Sim
124	Curso Atos Virtuais: Videoconferência, PJe Mídias e Audiência Digital - Turma 2	De 29/01/2024 a 20/06/2024	EAD	12	Servidores; da 1ª Instância; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim
125	Curso de Capacitação em Conciliação EaD - Turma 22	De 26/02/2024 a 27/05/2024	EAD	100	Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
126	Curso de Capacitação em Conciliação EaD - Turma 23	De 27/05/2024 a 26/08/2024	EAD	100	Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
127	Curso de Microsoft Word	De 05/11/2024 a 18/12/2024	EAD	30	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
					da 1ª Instância; da 2ª Instância;	
128	Curso Desvendando Precedentes - Tema 27	De 21/03/2024 a 21/03/2024	EAD	1	Magistrados; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
129	Curso Desvendando Precedentes - Tema 28	De 03/04/2024 a 03/04/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Não
130	Curso Desvendando Precedentes - Tema 29	De 18/04/2024 a 18/04/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
131	Curso Desvendando Precedentes - Tema 30	De 09/05/2024 a 09/05/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
132	Curso Desvendando Precedentes - Tema 31	De 23/05/2024 a 23/05/2024	Transmissão ao vivo	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
133	Curso Desvendando Precedentes Tema 25 "Reflexões sobre a aplicação do sistema de precedentes qua"	De 23/02/2024 a 23/02/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
134	Curso Desvendando Precedentes Tema 26	De 07/03/2024 a 07/03/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
135	Curso Direito à Saúde e Racionalidade Judicial	De 19/04/2024 a 26/04/2024	Semipresencial	9	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
136	Curso Management 3.0 - Práticas de Gestão e Liderança - Turma 1	De 04/03/2024 a 19/03/2024	EAD	24	Somente para gestores; da 2ª Instância;	Sim
137	Curso Management 3.0 - Práticas de Gestão e Liderança - Turma 2	De 05/08/2024 a 28/08/2024	EAD	24	Somente para gestores; da 2ª Instância;	Sim
138	Curso Prático de Libras - Módulo I - Turma 2	De 20/02/2024 a 05/03/2024	EAD	11	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
139	Curso Prático de Libras - Módulo I - Turma 3	De 24/04/2024 a 16/12/2024	EAD	11	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
140	Curso Preparatório para o Teletrabalho - JPe Cartórios - Turma 2/2024	De 04/09/2024 a 31/12/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
141	Curso Preparatório para o Teletrabalho - JPe DIRSUP - Turma 2/2024	De 04/09/2024 a 31/12/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
142	Curso Preparatório para o Teletrabalho - Módulo Básico - Turma 2/2024	De 04/09/2024 a 18/12/2024	EAD	23	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
143	Curso Preparatório para o Teletrabalho - PJE - Turma 2/2024	De 04/09/2024 a 31/12/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
144	Curso Preparatório para o Teletrabalho - SEI - Turma 2/2024	De 04/09/2024 a 31/12/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
145	Curso Preparatório para o Teletrabalho SEEU - Turma 2/2024	De 04/09/2024 a 31/12/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
146	Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - Turma 16	De 05/06/2024 a 16/07/2024	Semipresencial	40	Magistrados; Servidores; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
147	Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça - Turma 1	De 11/11/2024 a 11/12/2024	Semipresencial	45	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância;	Sim
148	Desdobramento do Planejamento Estratégico Aplicado - Turma 1/2024	De 14/10/2024 a 02/12/2024	EAD	40	Magistrados; Servidores;	Sim
149	Desvendando Precedentes Tema 32: Racionalização das execuções fiscais à luz do tema 1184	De 13/06/2024 a 13/06/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
150	Desvendando Precedentes Tema 33 Desafios na aplicação dos precedentes	De 27/06/2024 a 27/06/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
151	Direito à Saúde e Racionalidade Judicial - turma 2/2024	De 23/08/2024 a 23/08/2024	Semipresencial	9	Magistrados; Servidores; Estagiários;	Sim
152	Direito do Consumidor em Debate - EAD	De 06/09/2024 a 06/09/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
153	Direito do Consumidor em Debate - PRESENCIAL	De 06/09/2024 a 06/09/2024	Presencial	4	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
154	Direitos Indígenas e a Atuação da Justiça Estadual - Autoinstrucional 1/2024	De 24/06/2024 a 24/07/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
155	Direitos Indígenas e a Atuação da Justiça Estadual - Autoinstrucional Turma 2/2024	De 20/09/2024 a 18/10/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
156	Discriminações positivas e as comissões complementares às autodeclarações de negras(os) e indígenas	De 16/05/2024 a 17/06/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
157	Elaboração de Atos Normativos	De 04/11/2024 a 25/11/2024	Presencial	12	Servidores; da 2ª Instância;	Sim
158	Encontro de Juízes de Direito Coordenadores de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs	De 28/11/2024 a 29/11/2024	Presencial	10	Magistrados; da 1ª Instância;	Sim
159	Encontros gerenciais - SEJUD - tema: Estratégias para a gestão eficiente	De 29/04/2024 a 29/04/2024	Presencial	4	Magistrados; Servidores; Somente para gestores; de Belo Horizonte;	Não
160	Encontros gerenciais - SEJUD - tema: Planejamento com foco em metas	De 23/02/2024 a 23/02/2024	Presencial	4	Magistrados; Servidores; Somente para gestores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Não
161	Encontros gerenciais SEJUD - tema: Transformação e Resiliência: Cartórios e liderança em foco.	De 25/06/2024 a 25/06/2024	Presencial	4	Magistrados; Servidores; Somente para gestores; de Belo Horizonte;	Não
162	Equilíbrio Emocional no TJMG - Turma 2/2024	De 28/08/2024 a 01/10/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
163	Equilíbrio Emocional no TJMG - Turma 7	De 29/02/2024 a 03/04/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
164	Essência da Justiça Restaurativa - Turma 1/2024	De 08/10/2024 a 06/11/2024	EAD	21	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Público externo;	Sim
165	Ética do Juiz - Presencial	De 08/11/2024 a 08/11/2024	Presencial	1	Magistrados;	Não
166	Ética e Serviço Público - Turma 2/2024	De 12/08/2024 a 10/09/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
167	Ética e Serviço Público - turma 3/2024	De 30/09/2024 a 13/12/2024	EAD	20	Estagiários;	Sim
168	Ética e Serviço Público turma 1	De 24/06/2024 a 24/07/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
169	Excel: dominando a ferramenta no seu dia a dia	De 03/09/2024 a 03/10/2024	EAD	23	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
170	Excelência no Atendimento - T 2/2024	De 16/07/2024 a 17/12/2024	EAD	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
171	Excelência no Atendimento - Turma 36	De 06/02/2024 a 19/06/2024	EAD	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
172	Ferramentas autocompositivas para Oficiais e Oficiais de Justiça - Oferta Permanente	De 11/04/2024 a 27/06/2024	EAD	24	Servidores; do Interior; de Belo Horizonte; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
173	Ferramentas autocompositivas para Oficiais e Oficiais de Justiça - Turma 2 - Oferta Permanente	De 16/07/2024 a 06/12/2024	EAD	24	Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
174	Formação de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade - Turma 1/2024	De 11/06/2024 a 26/06/2024	Semipresencial	20	Magistrados; Servidores;	Sim
175	Formação de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade - Turma 2/2024	De 12/09/2024 a 27/09/2024	Semipresencial	20	Servidores; Público externo;	Sim
176	Formação de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade - Turma 3/2024	De 11/11/2024 a 26/11/2024	Semipresencial	20	Magistrados; Servidores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
177	Formação de Expositores das Oficinas sobre o Envelhecimento e suas repercussões no campo da Justiça - Turma 1/2024	De 18/11/2024 a 10/12/2024	EAD	14	Magistrados; Servidores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
178	Formação de Formadores - Nível 2: Orientadores de prática jurisdicional supervisionada e de vitalici	De 11/06/2024 a 21/06/2024	Semipresencial	20	Magistrados; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim
179	Formação de laboratoristas ENCANTAR: Trilha I: Entusiasta da Inovação	De 12/03/2024 a 14/03/2024	Presencial	24	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
180	Formação de laboratoristas ENCANTAR: Trilha II: Futurismo e Pesquisa	De 16/05/2024 a 23/05/2024	EAD	12	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
181	Formação de Multiplicadores para o Programa Conhecendo o Judiciário - Turma 1/2024	De 14/05/2024 a 14/06/2024	EAD	15	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
182	Formação de Multiplicadores para o Programa Conhecendo o Judiciário - Turma 2/2024	De 18/11/2024 a 09/12/2024	Semipresencial	15	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
183	Formatação e estruturação de acórdãos e ementas - Turma 1	De 09/05/2024 a 27/06/2024	EAD	20	Magistrados;	Sim
184	Fundamentos de Estatística para Ciência de Dados	De 26/09/2024 a 26/11/2024	EAD	40	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
185	Gestão de Documentos Pessoais - Turma 12 - Autoinstrucional	De 11/04/2024 a 03/06/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
186	Gestão de Riscos e Sistema Agatha - Turma 1/2024	De 26/08/2024 a 29/11/2024	EAD	13	Magistrados; Servidores; da 2ª Instância;	Sim
187	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Divinópolis	De 10/05/2024 a 10/05/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
188	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Governador Valadares	De 23/02/2024 a 23/02/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
189	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Ipatinga	De 14/06/2024 a 14/06/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
190	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Juiz de Fora	De 24/05/2024 a 24/05/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
191	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Manhuaçu	De 12/07/2024 a 12/07/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
192	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Muriaé	De 13/09/2024 a 13/09/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; do Interior;	Sim
193	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Passos	De 30/08/2024 a 30/08/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
194	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Poços de Caldas	De 27/09/2024 a 27/09/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
195	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Pouso Alegre	De 26/04/2024 a 26/04/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
196	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - São João del-Rei	De 12/04/2024 a 12/04/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
197	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Sete Lagoas	De 08/03/2024 a 08/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
198	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Teófilo Otoni	De 27/06/2024 a 27/06/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
199	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Uberaba	De 08/02/2024 a 08/02/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
200	Gestão Documental na prática: descomplicando o arquivo - Varginha	De 21/03/2024 a 21/03/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
201	Gestão Participativa - Manhuaçu	De 27/05/2024 a 24/06/2024	Semipresencial	20	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
202	Gestão Participativa - Montes Claros	De 15/04/2024 a 13/05/2024	Semipresencial	20	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
203	Gestão Participativa - Poços de Caldas	De 20/05/2024 a 17/06/2024	Semipresencial	20	Magistrados; Servidores; Estagiários; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
204	Gestão Participativa - Uberaba	De 19/02/2024 a 18/03/2024	Semipresencial	20	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
205	Google Planilhas - Turma 2	De 06/03/2024 a 02/04/2024	EAD	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Sim
206	Google Planilhas - Turma 2/2024	De 24/07/2024 a 06/08/2024	EAD	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
207	Google Planilhas - Turma 3/2024	De 31/10/2024 a 12/12/2024	EAD	10	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
208	Identidade de gênero: histórias, conceitos e trajetórias	De 14/06/2024 a 27/06/2024	EAD	10	da 1ª Instância; da 2ª Instância; Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim
209	Igualdade de Gênero: Julgar com perspectiva de gênero turma 2	De 13/06/2024 a 15/07/2024	EAD	30	Magistrados; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
210	III Encontro Justiça em Rede contra a violência doméstica e familiar - Protocolo Mineiro de Atuação	De 08/05/2024 a 10/05/2024	Presencial	21	Magistrados; Servidores; Público externo;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
211	Inclusão Social e no Trabalho de Pessoas com Deficiência - Turma 2/2024	De 15/07/2024 a 04/12/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
212	Inclusão Social e no Trabalho de Pessoas com Deficiência - Turma 7	De 11/04/2024 a 09/05/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Público externo;	Sim
213	Introdução à Inovação - Turma 2/2024	De 17/09/2024 a 12/12/2024	EAD	8	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
214	Introdução à Inovação - turma 5	De 06/02/2024 a 19/06/2024	EAD	8	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
215	Introdução ao Programa de Estágio no TJMG - 3ª turma	De 11/01/2024 a 26/07/2024	EAD	12	Estagiários;	Sim
216	Introdução ao Programa de Estágio no TJMG - Turma 2/2024	De 09/07/2024 a 31/12/2024	EAD	12	Estagiários;	Sim
217	Introdução em Gamificação	De 24/01/2024 a 23/02/2024	Semipresencial	20	Magistrados; Servidores;	Sim
218	Introdução em Storytelling	De 20/02/2024 a 27/02/2024	Semipresencial	12	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
219	IV AGIR - Atualização Gerencial - Tema: Semeando Conexões - Turma 1	De 18/03/2024 a 19/03/2024	Presencial	12	Somente para gestores; da 1ª Instância;	Sim
220	IV AGIR - Atualização Gerencial - Tema: Semeando Conexões - Turma 2	De 20/05/2024 a 21/05/2024	Presencial	12	Somente para gestores;	Sim
221	IV AGIR - Atualização Gerencial - Tema: Semeando Conexões - Turma 3	De 29/08/2024 a 30/08/2024	Presencial	12	Somente para gestores;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
222	IV AGIR - Atualização Gerencial - Tema: Semeando Conexões - Turma 4	De 23/09/2024 a 24/09/2024	Presencial	12	Somente para gestores;	Sim
223	IX ENJESP - IX Encontro dos Juizes de Direito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de MG	De 05/06/2024 a 07/06/2024	Presencial	12	Magistrados; da 1ª Instância;	Não
224	Java Básico - Turma 1/2024	De 01/08/2024 a 25/10/2024	EAD	40	Servidores; Magistrados; Estagiários;	Sim
225	Jornada do Conhecimento - Turma 1/2024	De 11/03/2024 a 22/03/2024	EAD	22	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
226	Jornada do Conhecimento - Turma 2/2024	De 08/04/2024 a 19/04/2024	EAD	22	Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
227	Jornada do Conhecimento - Turma 3/2024	De 06/05/2024 a 17/05/2024	EAD	22	Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
228	Jornada do Conhecimento - Turma 4/2024	De 03/06/2024 a 14/06/2024	EAD	22	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância;	Sim
229	Jornada do Conhecimento - Turma 5/2024	De 24/06/2024 a 05/07/2024	EAD	22	Servidores; da 1ª Instância;	Sim
230	Jornada do Conhecimento - Turma 6/2024	De 19/08/2024 a 30/08/2024	EAD	22	Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
231	Jornada do Conhecimento - Turma 7/2024	De 16/09/2024 a 04/10/2024	EAD	22	Estagiários; Servidores; da 1ª Instância;	Sim
232	Jornada do Conhecimento - Turma 8/2024	De 07/10/2024 a 18/10/2024	EAD	22	Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
233	Jornada do Conhecimento - Turma 9/2024	De 21/10/2024 a 08/11/2024	EAD	22	Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
234	Judiciário & Mineração de Processos (JuMP-CNJ)	De 08/08/2024 a 08/08/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
235	Juízo de Admissibilidade de Recursos Excepcionais	De 29/04/2024 a 13/05/2024	EAD	20	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
236	Juízo de Admissibilidade de Recursos Excepcionais - Turma 2	De 06/06/2024 a 24/06/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; da 2ª Instância;	Sim
237	Juízos de admissibilidade e de conformidade de recursos extraordinários - Turma 2/2024	De 28/08/2024 a 09/12/2024	EAD	7	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
238	Juízos de admissibilidade e de conformidade de recursos extraordinários - Turma 3	De 27/02/2024 a 26/07/2024	EAD	7	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
239	L3 - Legal analytics Lab	De 16/04/2024 a 06/08/2024	Semipresencial	68	Magistrados; Servidores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
240	Lançamento da Revista do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais - EAD	De 01/03/2024 a 01/03/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
241	Lançamento da Revista do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais - PRESENCIAL	De 01/03/2024 a 01/03/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
242	Liderança Inovadora	De 17/07/2024 a 30/07/2024	EAD	10	Magistrados; Servidores;	Sim
243	Medidas Socioeducativas e Medidas de Proteção Cíveis Aplicadas a Crianças e Adolescentes - Turma 1/2024	De 23/08/2024 a 23/08/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; Público externo; do Interior; da 2ª Instância;	Sim
244	Mesa Cível: Alienação Parental e seus Aspectos Jurídico-legais	De 06/06/2024 a 06/06/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Não

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
245	Mesa Criminal: Acordo de Não Persecução Penal: Aspectos Teóricos e Práticos	De 09/05/2024 a 09/05/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Não
246	Negociação e Administração de Conflitos - Turma 1/2024	De 05/12/2024 a 17/12/2024	Semipresencial	16	Servidores; da 2ª Instância;	Sim
247	Noções Básicas de Processo Eletrônico no Âmbito da Justiça de 2ª Instância	De 04/10/2024 a 12/12/2024	EAD	12	Servidores; Estagiários; da 2ª Instância;	Sim
248	Noções Básicas de Segurança Institucional Judiciária - Turma 1	De 22/11/2024 a 19/12/2024	EAD	15	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
249	Noções Básicas de Utilização dos Painéis da Corregedoria-Geral de Justiça - turma1/2024	De 05/11/2024 a 19/11/2024	EAD	8	Magistrados; Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
250	Noções Introdutórias Sobre Justiça Restaurativa - Turma 2/2024	De 01/08/2024 a 03/12/2024	EAD	34	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
251	Noções Introdutórias Sobre Justiça Restaurativa - Turma 7	De 08/02/2024 a 20/06/2024	EAD	34	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
252	O Emprego da Vírgula em 4 Lições - Turma 13	De 21/02/2024 a 05/04/2024	EAD	16	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
253	O Emprego da Vírgula em 4 Lições - Turma 14	De 17/09/2024 a 12/12/2024	EAD	16	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
254	O Serviço de Família Acolhedora e o Programa Entrega Legal - Núcleo Regional de Contagem - Santa Luzia	De 10/10/2024 a 10/10/2024	Presencial	5	Magistrados; Servidores; Terceirizados; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
255	O Serviço de Família Acolhedora e o Programa Entrega Legal - Núcleo Regional de Ipatinga - Itabira	De 07/11/2024 a 07/11/2024	Presencial	5	Magistrados; Servidores; Público externo; do Interior; Estagiários;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
256	O Serviço de Família Acolhedora e o Programa Entrega Legal - Núcleo Regional de Muriaé - Teixeiras	De 08/11/2024 a 08/11/2024	Presencial	5	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância;	Sim
257	O sistema brasileiro de precedentes e sua operacionalidade estratégica no TJMG - Turma 2/2024	De 22/10/2024 a 03/12/2024	Semipresencial	34	Magistrados;	Sim
258	O sistema brasileiro de precedentes e sua operacionalidade estratégica no TJMG - Turma 3	De 29/02/2024 a 22/04/2024	Semipresencial	34	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
259	Oficina - Assédio Moral, Sexual e Discriminação	De 08/05/2024 a 09/05/2024	Semipresencial	8	Magistrados; Servidores;	Sim
260	Oficina - Dia da Inovação em Alfenas	De 10/06/2024 a 10/06/2024	Presencial	7	Magistrados; Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Não
261	Oficina de Aprimoramento das cláusulas contratuais de proteção de dados pessoais do TJMG	De 12/11/2024 a 12/12/2024	Semipresencial	24	Servidores; de Belo Horizonte; da 2ª Instância;	Sim
262	Oficina de Inovação: Gente que faz: decifrando as soft skills do código humano para inovação pública	De 07/06/2024 a 07/06/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
263	Oficina de Parentalidade - 10 anos acolhendo famílias na Comarca de Uberaba - presencial	De 03/10/2024 a 03/10/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
264	Oficina de Parentalidade - 10 anos acolhendo famílias na Comarca de Uberaba - transmissão	De 03/10/2024 a 03/10/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
265	Oficina Jurídica e Gerencial - Contagem	De 01/03/2024 a 01/03/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
266	Oficina Jurídica e Gerencial - Diamantina	De 07/06/2024 a 07/06/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
267	Oficina Jurídica e Gerencial - Manhuaçu	De 19/04/2024 a 19/04/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância;	Sim
268	Oficina Jurídica e Gerencial - Patos de Minas	De 05/04/2024 a 05/04/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; do Interior;	Sim
269	Oficina Jurídica e Gerencial - Teófilo Otoni	De 22/03/2024 a 22/03/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância;	Sim
270	Oficina Jurídica e Gerencial - Varginha e São Lourenço	De 17/05/2024 a 17/05/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
271	Oficina Prática em Questões Controvertidas da Jurisdição Penal	De 02/02/2024 a 02/02/2024	Presencial	8	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
272	Oficina Relações Humanas no Trabalho Pouso Alegre	De 10/05/2024 a 10/05/2024	Presencial	4	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
273	Palestra Agenda ESG e o Setor Público - Oportunidades, desafios e riscos do setor Judiciário	De 02/05/2024 a 02/05/2024	Presencial	4	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
274	Palestra Alienação Parental - Abordagem e mecanismos de enfrentamento - Turma 1/2024	De 27/11/2024 a 27/11/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; do Interior; da 1ª Instância;	Não
275	Palestra Caminhos na Adoção: encontros e desencontros entre crianças, adolescentes, família-Turma 10	De 09/04/2024 a 23/04/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Sim
276	Palestra Dia da Inovação em Alfenas	De 10/06/2024 a 10/06/2024	Presencial	3	Magistrados; Servidores; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância;	Não
277	Pesquisa em Ação: Judiciário Mdiatizado	De 17/12/2024 a 17/12/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; do Interior;	Não
278	Política de Autocomposição no TJMG: casos Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa - Turma 12	De 08/02/2024 a 20/06/2024	EAD	15	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
					da 1ª Instância; da 2ª Instância;	
279	Política de Autocomposição no TJMG: casos Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa - Turma 2/2024	De 31/07/2024 a 18/12/2024	EAD	15	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância; da 2ª Instância; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim
280	Práticas de Secretaria - Módulo Cível - Nível Básico - Turma 1/24	De 14/11/2024 a 12/12/2024	EAD	15	Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
281	Preparação para o Amanhã	De 13/05/2024 a 27/06/2024	EAD	20	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
282	Preparatório para o Teletrabalho - Turma 5 - módulo básico	De 15/01/2024 a 22/08/2024	EAD	23	Magistrados; Servidores; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância; de Belo Horizonte;	Sim
283	Preparatório para o Teletrabalho - turma 5 - PJE	De 15/01/2024 a 30/08/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
284	Preparatório para o Teletrabalho turma 5 - JPe Cartórios	De 15/01/2024 a 30/08/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
285	Preparatório para o Teletrabalho turma 5 - JPe DIRSUP	De 15/01/2024 a 30/08/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
286	Preparatório para o Teletrabalho turma 5 - SEEU	De 15/01/2024 a 30/08/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
287	Preparatório para o Teletrabalho turma 5 - SEI	De 15/01/2024 a 30/08/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
288	Preparatório para Postulantes à Adoção - Turma 2/2024	De 09/07/2024 a 12/12/2024	EAD	21	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
289	Preparatório para Postulantes à Adoção - Turma 6	De 15/01/2024 a 25/06/2024	EAD	21	Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
290	Processo Estrutural e o Tema 698 do STF	De 23/05/2024 a 27/06/2024	Semipresencial	33	Magistrados; Servidores;	Sim
291	Programa de Desenvolvimento ESG	De 14/08/2024 a 30/10/2024	Presencial	64	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte;	Sim
292	Programa Nós - Formação Teórica e Prática - Turma 1/2024	De 10/06/2024 a 29/07/2024	Presencial	70	Público externo;	Sim
293	Programa Nós - Formação Teórica e Prática - Turma 2/2024	De 15/10/2024 a 10/12/2024	Presencial	70	Público externo;	Sim
294	Programa Reflexões e Debates - A Responsabilidade Civil na Reforma do Código Civil - EAD	De 18/06/2024 a 18/06/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
295	Programa Reflexões e Debates - A Responsabilidade Civil na Reforma do Código Civil - PRESENCIAL	De 18/06/2024 a 18/06/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
296	Programa Reflexões e Debates - As Obrigações Processuais Penais Positivas - EAD	De 21/10/2024 a 21/10/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
297	Programa Reflexões e Debates - As Obrigações Processuais Penais Positivas - PRESENCIAL	De 21/10/2024 a 21/10/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
298	Programa Reflexões e Debates - Controle Judicial do Acordo de Não Persecução - PRESENCIAL	De 30/09/2024 a 30/09/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
299	Programa Reflexões e Debates - Controle Judicial do Acordo de Não Persecução- EAD	De 30/09/2024 a 30/09/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
300	Programa Reflexões e Debates - Limites da revisão contratual - EAD	De 02/12/2024 a 02/12/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
301	Programa Reflexões e Debates - Limites da revisão contratual - PRESENCIAL	De 02/12/2024 a 02/12/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
302	Programa Reflexões e Debates - Os Contratos na Perspectiva da Reforma do Código Civil - PRESENCIAL	De 26/11/2024 a 26/11/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Não
303	Programa Reflexões e Debates - Os Contratos na Perspectiva da Reforma do Código Civil - TRANSMISSÃO	De 26/11/2024 a 26/11/2024	Transmissão ao vivo	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo;	Não
304	Programa Reflexões e Debates: Tema: Desvendando a Cadeia de Custódia- EAD	De 25/11/2024 a 25/11/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
305	Programa Reflexões e Debates: Tema: Desvendando a Cadeia de Custódia- PRESENCIAL	De 25/11/2024 a 25/11/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
306	Programa Reflexões e Debates: Tema: Setembro Amarelo, Mês de Prevenção ao Suicídio - Se precisar, peça ajuda - PRESENCIAL	De 26/09/2024 a 26/09/2024	Presencial	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte;	Não
307	Programa Reflexões e Debates: Tema: Setembro Amarelo, Mês de Prevenção ao Suicídio- Se precisar, peça ajuda - EAD	De 26/09/2024 a 26/09/2024	EAD	2	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
308	Project Thinking Essentials - Turma 1	De 20/05/2024 a 24/05/2024	Presencial	18	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
309	Project Thinking Essentials - Turma 2	De 04/11/2024 a 14/11/2024	Presencial	18	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
310	Proteção e tratamento de dados pessoais e aplicação no TJMG - Turma 1/2024	De 30/10/2024 a 12/11/2024	EAD	8	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
311	Provas Digitais	De 08/04/2024 a 10/04/2024	Presencial	24	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
312	Quando nasce um pai: orientações básicas sobre Paternidade Responsável - Turma 2/2024	De 29/07/2024 a 13/12/2024	EAD	8	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
313	Quando Nasce um pai: Turma 5	De 11/01/2024 a 26/07/2024	EAD	8	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
314	Redação de textos documentais e epistolares no âmbito do Poder Judiciário - turma 2/2024	De 19/07/2024 a 02/12/2024	EAD	40	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
315	Redação de textos documentais e epistolares no âmbito do Poder Judiciário - Turma 4	De 07/02/2024 a 19/06/2024	EAD	40	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
316	Saúde em Cena - turma 1	De 01/08/2024 a 05/09/2024	EAD	24	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
317	Saúde Mental no Trabalho e no Poder Judiciário - Turma 1/2024	De 01/08/2024 a 23/09/2024	EAD	35	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores;	Sim
318	Semeando novos líderes - Módulo Líder de pessoas - Turma 1/2024	De 18/09/2024 a 28/10/2024	EAD	24	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
319	Semeando novos líderes - Módulo Líder de si mesmo - Turma 1/2024	De 23/09/2024 a 18/10/2024	EAD	13	Magistrados; Servidores; Somente para gestores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
320	Semeando novos líderes - Módulo Líder estratégico - Turma 1/2024	De 12/11/2024 a 18/12/2024	EAD	25	Magistrados; Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
321	Seminário - Lançamento Oficial do Plano Estadual pela Primeira Infância 2024-2026 - Primeira Infância: compromissos e ações	De 03/12/2024 a 03/12/2024	Transmissão ao vivo	6	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
322	Seminário - Lançamento Oficial do Plano Estadual pela Primeira Infância 2024-2026 - Primeira Infância: compromissos e ações - Presencial	De 03/12/2024 a 03/12/2024	Presencial	6	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
323	Seminário Desafios Contemporâneos do Direito - EAD	De 05/12/2024 a 06/12/2024	EAD	6	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
324	Seminário Desafios Contemporâneos do Direito - PRESENCIAL	De 05/12/2024 a 06/12/2024	Presencial	10	Magistrados; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
325	Seminário Temático II - Das penas e seus critérios de aplicação: teoria e prática.	De 09/08/2024 a 09/08/2024	Presencial	8	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
326	Seminário: Desafios da Adoção na Atualidade	De 24/05/2024 a 24/05/2024	Presencial	7	Magistrados; Servidores; Estagiários;	Não
327	Siscom Windows/CEMPE: Módulo I - Sistemas de expedição de mandados judiciais e outros documentos	De 15/04/2024 a 26/04/2024	EAD	7	Servidores; da 1ª Instância;	Sim
328	Siscom Windows/CEMPE: Módulo II - Gerenciar o cumprimento de mandados judiciais - Turma 1	De 16/05/2024 a 04/06/2024	EAD	6	Servidores; da 1ª Instância;	Sim
329	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA Turma 2/2024	De 06/08/2024 a 12/12/2024	EAD	17	Magistrados; Servidores; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
					da 1ª Instância; da 2ª Instância;	
330	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA: atualizações e desafios	De 16/07/2024 a 30/07/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância;	Sim
331	Sistema Nacional de Gestão de Bens - SNGB: Capacitação para utilização - Turma 1/2024	De 05/11/2024 a 05/11/2024	Transmissão ao vivo	3	Magistrados; Servidores;	Sim
332	Sniper - Capacitação para utilização - Turma 1/2024	De 01/08/2024 a 14/08/2024	EAD	4	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
333	Técnicas de comunicação e em comunicação não violenta - turma 4	De 21/02/2024 a 20/06/2024	EAD	35	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
334	Técnicas de comunicação e em comunicação não violenta turma 2/2024	De 22/07/2024 a 17/12/2024	EAD	35	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
335	Tirando suas dúvidas sobre a Expedição de Requisições de Pagamento no eproc	De 14/06/2024 a 14/06/2024	EAD	2	Servidores; de Belo Horizonte; do Interior;	Sim
336	Treinamento para Expedição de Requisições de Pagamento no eproc	De 15/05/2024 a 15/05/2024	EAD	2	Servidores; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; Somente para gestores;	Sim
337	Tribunal do Novo Júri	De 20/03/2024 a 22/03/2024	Presencial	20	Magistrados; Servidores; da 1ª Instância;	Sim
338	Uai-Live: A importância das ações de inclusão e equidade racial no setor público	De 21/11/2024 a 21/11/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
339	UAILive Tech - Tema: Hackeando o ChatGPT: o que é e como a inteligência artificial generativa pode t	De 24/01/2024 a 24/01/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância; da 2ª Instância; de Belo Horizonte; do Interior;	Não

#	Ação educacional	Período	Modalidade	Carga horária	Público	PDA 2024
340	USE - Uso Seguro e Eficiente da Energia - Turma 2/2024	De 01/08/2024 a 26/09/2024	EAD	40	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Somente para gestores; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
341	USE - Uso Seguro e Eficiente da Energia Turma 1/2024	De 25/04/2024 a 25/06/2024	EAD	40	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
342	Visão geral dos registros públicos e do direito notarial e sua fiscalização - Turma 2/2024	De 12/07/2024 a 09/12/2024	EAD	38	Magistrados; Servidores; Estagiários; da 1ª Instância;	Sim
343	Visão geral dos registros públicos e do direito notarial e sua fiscalização - Turma 6	De 20/02/2024 a 20/06/2024	EAD	38	Magistrados; Servidores; Estagiários; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
344	Webinário Justiça e a Equidade Racial	De 18/11/2024 a 18/11/2024	EAD	3	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; de Belo Horizonte; do Interior; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Não
345	WEBINÁRIO SOBRE ADOÇÃO INTERNACIONAL - TURMA 5	De 07/05/2024 a 20/05/2024	EAD	1	Magistrados; Servidores; Terceirizados; Estagiários; Público externo; da 1ª Instância; da 2ª Instância;	Sim
346	Workshop: contribuições da Justiça restaurativa para a Atuação da Assistente Social Judicial	De 10/05/2024 a 10/05/2024	Presencial	6	Servidores; do Interior; da 1ª Instância;	Não
347	XXII Encontro de Gestores	De 16/05/2024 a 16/05/2024	Presencial	4	Somente para gestores; de Belo Horizonte; da 1ª Instância;	Não
348	XXIII Encontro de Gestores - Potencializar resultados - EPROC e Secretarias Unificadas	De 10/12/2024 a 10/12/2024	Presencial	4	Somente para gestores;	Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 10

RELATÓRIO Nº 21815880 / 2025 - TJMG/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UO 4031

EXERCÍCIO: 2024

ANEXO V - ITEM III - E)

ART. 5º, INCISO IV, DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2025 - TCEMG

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO TOTAL DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Unidade Orçamentária - Código	Unidade Executora - Código	Elemento Despesa - Código	Funcional Programática - Formatado	Projeto_Atividade - Descrição	Natureza Item Despesa - Código Form	Fonte Recurso - Código	Procedência - Código	Valor Despesa Realizada 2022	Valor Despesa Realizada 2023	Evolução 2022 X 2023	Valor Despesa Realizada 2024	Evo 2024
4031	1030002	92	02.061.706.2025.0001	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	3.3.90.92.02	77	1	200.714,78	16.977,88	-92%	427.163,76	
4031	1030002	92			4.4.90.92.02	77	1	-	-	0%	4.468,02	
4031	1030002	92	02.061.706.2055.0001	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	3.3.90.92.02	60	1	-	20.758.249,91	100%	55.618.575,79	
4031	1030002	92			3.3.90.92.02	60	7	-	37.516.216,94	100%	101.530.133,00	
4031	1030002	92	02.061.706.2091.0001	OBRAS E GESTAO PREDIAL	3.3.90.92.02	77	1	311.996,73	855.389,73	174%	488.777,68	
4031	1030002	92			4.4.90.92.02	77	1	973.643,58	593.391,55	-39%	4.791.348,90	
4031	1030002	92	02.061.706.4395.0001	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	3.3.90.92.01	77	1	404,00	-	-100%	-	
4031	1030002	92			3.3.90.92.02	77	1	350.015,64	599.009,65	71%	315.958,56	
4031	1030002	92			3.3.91.92.02	77	1	156,18	939,90	502%	-	
4031	1030002	92	02.128.706.2109.0001	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	3.3.90.92.02	77	1	20.607,10	13.158,03	-36%	69.892,06	
TOTAIS								1.857.538,01	60.353.333,59	3149%	163.246.317,77	

Fonte : Fonte : Business Objects - BO - Armazém de Informações - SIAFI/MG

Contadora: Roxana Emília Nazaré Pereira de Carvalho - CRCMG 072.052/O



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 10

RELATÓRIO Nº 21815432 / 2025 - TJMG/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UO4031

EXERCÍCIO: 2024

ANEXO V - ITEM 3 - D)

ART. 5º, INCISO IV, DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2025 - TCEMG

INSTRUMENTO NORMATIVO	DATA DE REGISTRO NO SIAFI	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR ANULADO
DECRETO NE 86 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 4	02/02/24	02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	38.531,32
DECRETO NE 279 DE 16 DE ABRIL DE 2024, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 31	17/04/24	02 061 706 4395 0001 4490 0 60 1	-	335.000,00
		02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	781.667,00
		02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	1.116.667,00
DECRETO NE 442 DE 26 DE JUNHO DE 2024, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 76	27/06/24	02 061 706 4395 0001 4490 0 60 1		31.251.609,00
		02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1		3.890.534,73



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 10

RELATÓRIO Nº 21815432 / 2025 - TJMG/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UO4031

EXERCÍCIO: 2024

ANEXO V - ITEM 3 - D)

ART. 5º, INCISO IV, DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2025 - TCEMG

INSTRUMENTO NORMATIVO	DATA DE REGISTRO NO SIAFI	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR ANULADO
DECRETO NE 86 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 4	02/02/24	02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	38.531,32
DECRETO NE 279 DE 16 DE ABRIL DE 2024, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 31	17/04/24	02 061 706 4395 0001 4490 0 60 1	-	335.000,00
		02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	781.667,00
		02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	1.116.667,00
DECRETO NE 442 DE 26 DE JUNHO DE 2024, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 76	27/06/24	02 061 706 4395 0001 4490 0 60 1		31.251.609,00
		02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1		3.890.534,73

TOTAL	-	37.414.009,05
-------	---	---------------

FONTE: SIAFI/MG

Contadora: Roxana Emília Nazaré Pereira de Carvalho - CRCMG

072.052/O



Documento assinado eletronicamente por **Roxana Emilia Nazare Pereira de Carvalho, Gerente**, em 08/04/2025, às 14:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Antônio Codo Santos, Diretor(a) Executivo(a)**, em 10/04/2025, às 14:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, Presidente**, em 10/04/2025, às 18:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21815432** e o código CRC **6200BE6B**.

0030527-24.2025.8.13.0000

21815432v10



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 10

RELATÓRIO Nº 21815880 / 2025 - TJMG/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UO 4031

EXERCÍCIO: 2024

ANEXO V - ITEM III - E)

ART. 5º, INCISO IV, DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2025 - TCEMG

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO TOTAL DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Unidade Orçamentária - Código	Unidade Executora - Código	Elemento Despesa - Código	Funcional Programática - Formatado	Projeto_Atividade - Descrição	Natureza Item Despesa - Código Form	Fonte Recurso - Código	Procedência - Código	Valor Despesa Realizada 2022	Valor Despesa Realizada 2023	Evolução 2022 X 2023	Valor Despesa Realizada 2024	Evolução 2023 X 2024
4031	1030002	92	02.061.706.2025.0001	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	3.3.90.92.02	77	1	200.714,78	16.977,88	-92%	427.163,76	2416%
4031	1030002	92			4.4.90.92.02	77	1	-	-	0%	4.468,02	100%
4031	1030002	92	02.061.706.2055.0001	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	3.3.90.92.02	60	1	-	20.758.249,91	100%	55.618.575,79	168%
4031	1030002	92			3.3.90.92.02	60	7	-	37.516.216,94	100%	101.530.133,00	171%
4031	1030002	92	02.061.706.2091.0001	OBRAS E GESTAO PREDIAL	3.3.90.92.02	77	1	311.996,73	855.389,73	174%	488.777,68	-43%
4031	1030002	92			4.4.90.92.02	77	1	973.643,58	593.391,55	-39%	4.791.348,90	707%
4031	1030002	92	02.061.706.4395.0001	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	3.3.90.92.01	77	1	404,00	-	-100%	-	0%
4031	1030002	92			3.3.90.92.02	77	1	350.015,64	599.009,65	71%	315.958,56	-47%
4031	1030002	92			3.3.91.92.02	77	1	156,18	939,90	502%	-	-100%
4031	1030002	92	02.128.706.2109.0001	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	3.3.90.92.02	77	1	20.607,10	13.158,03	-36%	69.892,06	431%
TOTAIS								1.857.538,01	60.353.333,59	3149%	163.246.317,77	170%

Fonte : Fonte: Business Objects - BO - Armazém de Informações - SIAFI/MG

Contadora: Roxana Emília Nazaré Pereira de Carvalho - CRCMG 072.052/O



Documento assinado eletronicamente por **Roxana Emilia Nazare Pereira de Carvalho, Gerente**, em 10/04/2025, às 09:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Antônio Codo Santos, Diretor(a) Executivo(a)**, em 10/04/2025, às 14:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, Presidente**, em 10/04/2025, às 18:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21815880** e o código CRC **6999C4FC**.
